



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CPI - SISTEMA CARCERÁRIO		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 2111/07	DATA: 21/11/2007
INÍCIO: 16h46min	TÉRMINO: 21h36min	DURAÇÃO: 04h48min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 04h48min	PÁGINAS: 98	QUARTOS: 58

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

TEREZINHA NUNES – Deputada Estadual e Presidenta da Comissão de Defesa da Cidadania da Assembléia Legislativa de Pernambuco.  
LENILSON FREITAS – Coordenador da Pastoral Carcerária do Estado de Pernambuco.  
SÉRGIO CARVALHO – Coordenador da Pastoral Carcerária de Pernambuco.  
BRENO ROCHA – Presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários.  
JAYME ASFORA FILHO – Presidente da OAB.  
TEREZA JOACY GOMES DE MELO – Defensora Pública Geral do Estado de Pernambuco.  
ADEILDO NUNES – Juiz Titular da Vara de Execuções Penais do Estado de Pernambuco.  
RODRIGO PELEGRINO – Secretário de Justiça e Cidadania do Estado de Pernambuco.  
JORGE DA COSTA PINTO NEVES – Presidente do Conselho Penitenciário do Estado de Pernambuco.  
VILMA WALDOMIRO CARVALHO DE MELO – Representante do Movimento Nacional de Direitos Humanos.  
BRUNO CÉSAR AZEVEDO ISIDRO – Juiz de Execuções Penais de Guarabira, Estado da Paraíba.  
ROLDÃO JOAQUIM DOS SANTOS – Secretário de Desenvolvimento Social do Estado de Pernambuco.  
MARCO AURÉLIO FARIAS DA SILVA – Promotor de Justiça.  
AGLANY MARIA DE ALMEIDA – Agente Penitenciária.  
RICARDO COUTINHO VALENÇA – Agente Penitenciário.

SUMÁRIO: Oitiva da sociedade civil de Pernambuco e do Governo do Estado a respeito do sistema penitenciário.

OBSERVAÇÕES

Reunião realizada na Assembléia Legislativa de Pernambuco.  
Houve exibição de imagens.  
Houve falha na gravação, aproximadamente, de 2 minutos.  
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.



**A SRA. TEREZINHA NUNES** - Boa-tarde a todas e a todos. Sejam bem-vindos à Assembléia Legislativa de Pernambuco. Como Presidente da Comissão de Defesa da Cidadania, procurada pela CPI do Sistema Carcerário no sentido de ter um encontro com as autoridades públicas do Estado após a visita às penitenciárias pernambucanas, nós resolvemos ceder este espaço aos Deputados da CPI para que ouvissem a sociedade civil de Pernambuco e o Governo do Estado a respeito do sistema penitenciário.

Então eu vou passar a palavra para o Presidente da CPI, o Deputado Neucimar Fraga, que vai conduzir os trabalhos nesta tarde.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Boa-tarde a todos. Neste momento, declaramos abertos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Federal criada com a finalidade de investigar e diagnosticar o sistema carcerário brasileiro.

A CPI da Câmara Federal foi criada no dia 22 de agosto do ano de 2007, sob requerimento do Deputado Domingos Dutra, que hoje é o Relator desta Comissão, e nós estamos aqui representando a Câmara Federal com a CPI do nosso sistema carcerário.

Esta visita ao Estado de Pernambuco já estava no calendário da CPI porque o Estado de Pernambuco figura, nos dados estatísticos passados pelo DEPEN oficialmente à Comissão Parlamentar de Inquérito, como um dos Estados que têm estatística de maior violência dentro do sistema prisional do Brasil.

Segundo os dados oferecidos pelo DEPEN, de janeiro de 2006 a junho de 2007, nós tivemos quase 200 mortes dentro do sistema prisional do Estado de Pernambuco. Nesse mesmo período, tivemos cerca de 1.800 mortes no Brasil. Ou seja, cerca de 10% das mortes dentro do sistema prisional brasileiro ocorreram no Estado de Pernambuco. Para um país como o Brasil, que não tem a pena de morte como pena máxima, termos num período de 18 meses quase 2.000 mortes dentro do sistema é um índice muito alto. Nós costumamos dizer que o Brasil não tem pena de morte mas que nós temos morte sem pena dentro do sistema prisional. Com certeza, estes números estão atualizados até junho. Vamos fechar o segundo semestre do ano de 2007 no final de dezembro, e, com certeza, as mortes ocorridas aqui em Pernambuco e outros Estados a partir de julho aumentarão essa estatística sobre a violência dentro dos presídios brasileiros. No mesmo período, nós tivemos



mais de 30 mil fugas dentro do sistema prisional brasileiro, e nós estamos preocupados com esses dados. É por isso que a Comissão, aqui representada pelos Parlamentares da Câmara Federal, achou importante e necessário visitarmos o Estado de Pernambuco.

E eu quero convidar neste momento para compor a Mesa o Relator da Comissão, o Deputado Domingos Dutra, do PT do Maranhão. (*Palmas.*) Quero convidar também para compor a Mesa o 1º Vice-Presidente desta Comissão, o Deputado Bruno Rodrigues, do PSDB de Pernambuco. (*Palmas.*) Quero também convidar para compor a Mesa o Deputado Paulo Rubem (*palmas.*) e o Deputado Tenório, aqui do Estado vizinho de Alagoas. (*Palmas.*)

Queríamos também registrar a presença na Comissão — nós fizemos um acordo, porque não tem espaço para todos — dos demais Parlamentares que são assíduos nesta Comissão: nosso 2º Vice-Presidente, o Deputado Luiz Carlos Busato, do Rio Grande do Sul (*palmas*); o Deputado Felipe Bornier, do Estado do Rio de Janeiro (*palmas*); o Deputado William Woo, de São Paulo (*palmas*), e a Deputada Luciana, também do Estado de São Paulo (*palmas*). Esses Deputados estão conosco aqui, além de técnicos e assessores da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Queremos agradecer à Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco por ceder este espaço para a realização desta audiência pública da Comissão Parlamentar de Inquérito. Eu já estive aqui em outra oportunidade, em 2005, presidindo a CPI do Tráfico de Órgãos Humanos. Naquela época, investigávamos uma quadrilha que agia aqui no Estado de Pernambuco traficando seres humanos para Durban, na África do Sul, e lá retirando órgãos para vender, CPI da qual fui autor e Presidente na Câmara Federal, a CPI do Tráfico de Órgãos Humanos.

Nós queremos agradecer à Deputada Presidenta da Comissão... É de Direitos Humanos ou é de Defesa...? Da Comissão de Defesa da Cidadania, que abriu aqui esta sessão.

Temos algumas pessoas que foram convidadas por esta Comissão para estar conosco aqui debatendo a questão do sistema prisional do Estado de Pernambuco.

Queremos convidar para estar conosco aqui o Dr. Roldão Joaquim dos Santos, Secretário de Desenvolvimento Social do Estado de Pernambuco. (*Palmas.*) Queremos também convidar o Dr. Rodrigo Pelegrino, Secretário de Justiça e



Cidadania. (*Palmas.*) Queremos convidar também o Dr. Adeildo Nunes, juiz titular da Vara de Execuções Penais do Estado de Pernambuco. (*Palmas.*) Queremos convidar também o Dr. Bruno César Azevedo Isidro, que é juiz de Execuções Penais de Guarabira, na Paraíba. (*Palmas.*) Queremos convidar também o Dr. Jayme Jemil Asfora, Presidente da OAB. (*Palmas.*) Nós vamos pedir à Secretaria que providencie algumas cadeiras extras. Queremos convidar também a Dra. Tereza Joacy Gomes de Melo, Defensora Pública-Geral do Estado de Pernambuco. (*Palmas.*) Dr. Breno Rocha, Presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários do Estado de Pernambuco. (*Palmas.*) Queremos também convidar o Dr. Lenilson Freitas, Coordenador do Conselho Penitenciário. (*Palmas.*) Houve um engano aqui. Dr. Jorge Neves, Presidente do Conselho Penitenciário. (*Palmas.*) O Dr. Lenilson Freitas é Coordenador da Pastoral Carcerária de Pernambuco.

Acho que foi muito convidado e pouca cadeira. É possível providenciar outras cadeiras para nós? Assim que chegarem as cadeiras nós vamos providenciando os espaços. Vou pedir à Secretaria que agilize para nós aí umas cadeiras.

Nós queremos agradecer a presença de todos os nossos convidados. Queremos agradecer a presença da sociedade civil organizada do Estado de Pernambuco; queremos agradecer a presença das demais autoridades aqui, Vereadores... Não sei se temos mais Deputados Estaduais presentes. Ao Deputado Luciano Moura queríamos agradecer pela presença, o Vice-Presidente da Comissão, aos Vereadores, Prefeitos, imprensa aqui presente, lideranças políticas, religiosas, lideranças comunitárias, lideranças sindicais, lideranças de associações que estão conosco participando desta audiência e a todos aqueles que se interessam e lutam pelo sistema penitenciário e pela vida em nosso País.

Como já dissemos no início desta audiência, a CPI foi criada com a finalidade de investigar e diagnosticar o sistema carcerário brasileiro, a atuação de facções criminosas dentro dos presídios, investigar a corrupção dentro do sistema prisional, fazer um diagnóstico sobre a população carcerária no Brasil, o IDH da população carcerária, fazer um trabalho também para discutir e debater um modelo de projeto arquitetônico para os presídios brasileiros. Nós temos algumas divergências. Temos propostas modernas de alguns arquitetos que defendem um novo conceito arquitetônico, e nós queremos defender até a possibilidade de padronização desse sistema arquitetônico dentro dos presídios brasileiros.



Estamos discutindo também com a CPI normas e procedimentos dentro do sistema prisional brasileiro. Hoje no Brasil cada Estado tem o seu sistema, cada diretor impõe a sua forma de administrar o presídio. A CPI entende que seria bom para o sistema se tivéssemos uma uniformização de procedimentos e normas dentro dos presídios. Por que o Estado adota um procedimento e outros não adotam o mesmo procedimento? E cada diretor impõe a sua forma de administrar o presídio. Então têm presídios que funcionam bem, porque o diretor se dedica e aplica uma norma; outros enfrentam resistência porque um diretor aplica norma diferente. Então queremos buscar o equilíbrio desse conceito de disciplina e norma dentro do sistema prisional, para que possamos ter um sistema equilibrado e que cumpra com a sua função.

Esse é o objetivo da nossa visita aqui, conhecer a realidade também do Estado de Pernambuco, sermos parceiros do Estado na solução dos problemas. Nós não viemos aqui apenas para identificar e apontar os problemas para a sociedade pernambucana não. A CPI veio aqui porque nós queremos ser parceiros do Estado de Pernambuco para solucionar os problemas do Estado. Se for preciso, poderemos marcar audiências, em conjunto, da CPI com o Governo Federal, com o Governo do Estado e com o DEPEN, para buscarmos o apoio e prioridade de investimento, por parte do Governo Federal, para o sistema prisional do Estado de Pernambuco.

Nós também estamos preocupados com essa questão. Sabemos que a questão financeira tem sido um dos problemas apontados por todos os Estados para resolverem a questão do sistema prisional.

Nós temos uma discussão também a respeito do conceito de agentes penitenciários ou polícia penitenciária, inclusive a Câmara já aprovou uma PEC na Comissão Especial, instituindo e criando a Polícia Penitenciária no Brasil. Nós temos um problema sério. Temos variação salarial de agentes que saem de 400 a 6 mil reais. Têm uns Estados que pagam 6 mil reais a um agente, tem Estado que paga 400 reais a um agente. Nós temos custo de preso que varia de 600 a 6 mil reais o custo do preso por mês para o Estado. Então, esses números, nós vamos estar discutindo e debatendo com os especialistas. E nós temos alguns conceitos defendidos por alguns especialistas na área penal e na área processual penal, que poderiam servir de alternativas para que possamos ter um sistema prisional eficiente.



A CPI entende que o primeiro papel do sistema prisional é interromper a trajetória do crime, é o que a sociedade espera quando um elemento acusado é preso, julgado e condenado, que a trajetória daquele criminoso na comunidade fosse interrompida. Mas hoje nós sabemos que o sistema não cumpre essa função, porque a maior do crime continua sendo comandada de dentro dos presídios brasileiros.

Queremos também quebrar alguns tabus. Durante muitos anos foi feito um discurso muito fácil: não adianta construir mais escolas, temos que construir mais presídios. Alguns governantes não construíram nem escolas e nem presídios, e hoje nós temos um déficit de vaga no sistema carcerário de cerca de 220 mil vagas e temos também um déficit na área educacional. Muitas pessoas não têm acesso à educação por falta de vagas. E muitos governos, Deputada, têm dificuldade em investir no sistema prisional, porque a população também tem resistência. Muitas pessoas pensam que investir no sistema prisional é dar regalia para preso. Nós estamos convencidos de que investir em sistema prisional é garantir a segurança da população. Também estamos convencidos de que se nós não investirmos no sistema prisional brasileiro, nós não vamos resolver o problema da violência que assola o nosso País.

Esta é a linha da CPI: investigar todas as denúncias que surgem na Comissão. É por isso que intercalamos os trabalhos realizados lá na Câmara, em audiências públicas com especialistas, com as visitas e oitivas, conhecendo a realidade de cada Estado. E com essa missão, estamos aqui no Estado de Pernambuco e vamos iniciar a nossa audiência pública neste momento.

Quero passar a palavra ao Relator, Deputado Domingos Dutra, e logo em seguida vamos passar a palavra às autoridades convidadas para prestarem depoimento e darem a sua colaboração esta Comissão.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Sr. Presidente, Deputado Neucimar Fraga, Deputado Bruno Rodrigues, Deputado Tenório, Deputado Luís Carlos Busato, Deputado Felipe Bornier, Deputado William Woo, Deputada Luciana Genro, Deputada Terezinha Nunes, Presidente da Comissão de Direitos Humanos; Srs. convidados, senhores e senhoras que estão aqui nos assistindo neste momento, Sr. Presidente, eu pedi a palavra neste momento porque considero que é importante para orientar os depoimentos dos convidados.



Nós encontramos, tanto no Presídio Aníbal Bruno quanto no Colônia Penal Feminina, um caos. Se se pode definir, poderia resumir num caos: superlotação; pessoas amontoadas como bichos, como animais, pior do que animais; presos majoritariamente reclamando de falta de assistência jurídica, não têm advogado, não conhecem advogado; presos que estão ali há muito tempo e a instrução processual não terminou; presos que já deviam estar soltos estão presos porque a execução penal não funcionou; presos que já deviam ter passado de um regime para outro, mas estão lá num regime no regime fechado; presos com alvará de soltura e continuam presos; 550 mulheres num espaço que era para 150; crianças presas sem condenação; maus-tratos; corrupção; presos que pagam para ter companheiras; presos que pagam para ter um botijão de gás; presos que pagam para ter um pouco mais de conforto; estrutura física inadequada; domínio dos chaveiros no interior do presídio; comércio no interior do presídio.

Então, Sr. Presidente, eu faço 2 perguntas para todos. Primeiro, por que chegou aos caos? Segundo, quais são as alternativas?

Do que nós vimos, Sr. Presidente, a rigor poderíamos ir embora porque já teríamos material suficiente para colocar no nosso relatório. Não quero dizer que seja o caso de Pernambuco. Aqui é o retrato do sistema carcerário do Brasil. Já visitamos o interior de São Paulo, a CPI já visitou o Paraná, já visitou o Espírito Santo e já visitou alguns presídios de Brasília. Cada um tem a sua realidade. Mas nós visitamos onde estava, vamos dizer assim, a elite do sistema carcerário, e aqui nós visitamos a miséria do sistema carcerário.

Então eu faria essas 2 indagações para todos, porque a responsabilidade aqui é do Estado, do Estado-Executivo, do Estado-Juiz, do Estado-Ministério Público. Eu faço essas 2 indagações para orientar aqui a contribuição dos expositores. Por que chegou aos caos e que sugestões a Comissão poderá levar para termos alguma luz no final do túnel?

Encerro, Sr. Presidente, talvez adiantando uma opinião a partir do que eu vi hoje, a partir daquilo que a gente vê pelos jornais, que talvez haja 2 questões complicadíssimas e que talvez levem a essa situação do sistema carcerário. Uma é que os presos não votam, por isso muita gente não se interessa e, segunda, ali só estão os pobres — na linguagem popular, os lascados — a maioria negros. Junta essas 2 coisas e aí passa a ter uma indiferença do Estado.



Então, eu gostaria, até com certa emoção, de fazer essa colocação para todos os depoentes, porque aqui tem sociedade civil e tem o Estado presente. Portanto, eu faço essas 2 indagações primeiras, sem prejuízo de indagações mais detalhadas, que a Relatoria se reserva o direito de fazer posteriormente. Eu fiz essas 2 porque acho que elas são bastante abrangentes. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Agradecemos ao Deputado Domingos Dutra, Relator desta Comissão, pela sua posição.

Nós vamos orientar os trabalhos desta Comissão da seguinte forma. Nós temos aqui os Parlamentares, que depois da exposição poderão fazer perguntas às autoridades e também terão a oportunidade de tecer comentários sobre o que presenciou no Estado de Pernambuco.

Nós temos a presença do Estado, que vai estar aqui para falar dos relatórios, dos números, e para responder também alguns questionamentos que serão feitos pela sociedade civil organizada aqui presente. Então, nós vamos iniciar esta audiência pública e quero dizer que é a oportunidade que nós estamos dando à sociedade civil organizada do Estado de Pernambuco para se posicionar a respeito do sistema.

Nós temos algumas denúncias que chegam até a Comissão de forma informal. Mas se nós tivermos aqui denúncias feitas a esta Comissão, nesta audiência pública, nós poderemos aprofundar as investigações a respeito dessas denúncias. Então, se algum membro de alguma representação aqui civil do Estado de Pernambuco quiser fazer uso da palavra, solicitar a palavra, a CPI vai oferecer o espaço para fazer qualquer tipo de denúncia sobre o sistema carcerário e nós vamos, depois, aprofundar as investigações a respeito dessas denúncias. Não vamos tomar todas como verdade, nem vamos descartar nenhuma possibilidade até que, após as investigações, nós possamos chegar a um veredicto final e emitirmos uma opinião da CPI a respeito das denúncias.

Nós vamos começar ouvindo o Coordenador da Pastoral Carcerária do Estado de Pernambuco, Dr. Lenilson Freitas. Vamos conceder um tempo de 5 minutos para a exposição de cada convidado e, depois, eles terão oportunidade de responder perguntas feitas pelos Parlamentares ou outros membros e presentes que solicitarem a palavra. Então, com a palavra o Dr. Lenilson Freitas, Coordenador da Pastoral Carcerária em Pernambuco, pelo tempo de 5 minutos.





**O SR. LENILSON FREITAS** - Senhoras e senhores, boa-tarde. Quero saudar a Mesa na pessoa da Exma. Deputada Terezinha Nunes. Gostaria de convidar para ficar ao meu lado o assessor jurídico, colaborador voluntário, Dr. Sérgio Carvalho, que tanto tem ajudado a nós conhecer um pouco da legislação para poder pôr em prática. Cinco minutos é tão bom e é tão pouco, mas o bom é porque nós estamos aqui na Casa que é chamada do povo, para que os Srs. Deputados possam ouvir o povo. A Pastoral Carcerária, que está presente em todos os Estados da Federação, é a Igreja Católica Apostólica Romana. Nós estamos vinculados à CNBB — Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Estamos ligados à 8.<sup>a</sup> Comissão, que é a da justiça e da caridade. Senhoras e senhores, pasmem, não tenho muito a dizer do caos. O caos é esse que a gente conhece. Mas eu queria lembrar uma frase da Constituição, em seu art. 5.<sup>o</sup>, que diz assim no inciso III: *“Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano e degradante”*. E com o olhar misericordioso de Jesus Cristo libertador, eu olho nesta frase os agentes penitenciários, eu olho os técnicos, eu olho todos aqueles que estão a serviço do Estado para recuperar o preso. Eles são tão torturados quanto são as famílias dos presos, quanto são os presos. Por que isso acontece ou vem acontecendo? Por falta de compromisso sério dos nossos governantes do passado e, podemos dizer, do presente. Preso não dá voto, mas, senhoras e senhores, ele tira voto; tira e tira muito voto. E nós, como sociedade, não podemos mais permitir que as pessoas sejam confinadas naqueles espaços, que os senhores não viram nada. A visita ao Aníbal Bruno foi maquiada, sim. Vocês não ficaram à vontade. Não tiveram tempo, chegaram às 10 horas, não tiveram tempo suficiente para conhecer 10% da unidade. Imaginem o Estado de Pernambuco! Imaginem as cadeias públicas e as outras unidades prisionais! Seria bom se tivéssemos tempo para ouvir mais os presos, mais os funcionários, mais os gerentes. Mesmo diante desse caos, no nosso Estado de Pernambuco tem pessoas sérias e comprometidas. Às vezes os governantes não o são, mas nós podemos lembrar. O Sérgio Brasileiro é um agente penitenciário que, para mim, é um dos melhores ou foi um dos melhores diretores. Por não concordar com o Governo atual, talvez pela política, pela ideologia, ele foi afastado da unidade ou não foi mais convidado a ficar. E a gente não entende por que é que uma pessoa que está dando certo, tem trabalho sério... Tem problemas? Tem. Tem horas que a gente acha que ele está torturando fulano e beltrano, a gente fica indignado, mas a gente quer



entender. Coloque-se no lugar dele, coloque-se no lugar de um Cide, sem estrutura no Aníbal Bruno, para coordenar, para administrar 4 mil homens, com 7 agentes penitenciários; coloque-se no lugar de um Flávio, lá em Igarapu, com 5, 6 agentes por plantão para coordenar e trabalhar bem, cuidar bem de 1.300 presos, sem falar nos problemas gravíssimos. Temos pessoas sérias. Tem pessoas interessadas, mas a gente fica com um pé atrás, porque a gente não sente compromisso de ir a público. Por outro lado, tem outra coisa, que é a mídia sensacionalista, que ganha lucro em nome disso. A ela só interessam alguns programas sensacionalistas que nós temos no nosso Estado. Ela faz apologia ao crime. Ela cria o ódio, a revolta da população para os presos. E os nossos Deputados — alguns —, Vereadores, Prefeitos e Governador ficam com medo ou temerosos de ir à televisão e dizer que preso tem que ser reeducado. Preso tem que ser ressocializado, sim. Preso tem que entrar como ladrão e sair como cidadão comum, e isso não é feito. E eu quero passar a palavra — porque são 5 minutos, não quero ultrapassar o tempo — para o meu colega, o meu companheiro Dr. Sérgio Carvalho, que tanto colabora com a Pastoral Carcerária. É uma oportunidade muito boa de estarmos aqui os agentes penitenciários, de estar a sociedade civil. O bom seria que essa audiência terminando hoje e que nós marcássemos a nossa, para a gente continuar conversando, levando proposta e melhorar o sistema prisional do nosso Estado. Dr. Sérgio, por favor, conclua.

**O SR. SÉRGIO CARVALHO** - Boa tarde aos senhores, boa tarde à Comissão. Em primeiro lugar, eu gostaria de parabenizar o trabalho da Pastoral Carcerária, que faz um trabalho junto aos presos. Respondendo o questionamento do Sr. Relator quanto aos problemas que nós temos e quais as soluções, o problema não é no sistema carcerário; o problema vem bem antes do sistema carcerário, até na elaboração do Legislativo, no qual faz leis que não dizem a que vêm, não são aplicadas de forma coerente, às vezes, tanto pelo Executivo quanto pelo próprio Poder Judiciário. Então, é um problema que vem mais a fundo, dentro do próprio Poder Legislativo. A questão da solução para alguns problemas que nós temos seria até seguir o modelo que passou a pouco tempo no *Fantástico*, o modelo privacionista do sistema carcerário, onde seriam feitas unidades, na qual o preso pagaria por certas regalias que hoje em dia são pagas de forma até corrupta dentro dos presídios. E seria uma alternativa, respondendo ao Relator, o questionamento



dele. Então, passando do sistema Legislativo para o sistema do Executivo, no caso da Polícia, da própria apuração feita pela Polícia Judiciária, nós temos inquéritos, nós temos indiciamentos aí absurdos, onde há uma polícia desestruturada, totalmente sucateada, onde procura simplesmente fazer o indiciamento do acusado sem, simplesmente, ter um direito de defesa, porque, como muitos aqui são operadores do direito, sabem que a fase do procedimento policial diante da autoridade policial é feita de forma inquisitória, onde você não tem nenhuma alternativa de defesa, o máximo que ocorre é um advogado acompanhando para não permitir certas arbitrariedades perante o cidadão. E o sistema é esse. É um sistema falido, que eu conheço, que todos nós temos conhecimento, desde o Poder Legislativo até o Poder Executivo e passando pelo Poder Judiciário, onde a falta de estrutura, tanto do Estado Juiz quanto do Estado Legislativo quanto do Estado Executivo, faz com que se torne a sociedade esse caos que nós vivemos. Não temos condições de sair com as nossas famílias para um pátio, para uma festa, para um parque, porque o cidadão que está opressivo tenta resgatar alguma coisa junto à violência, pregando o roubo, pregando o furto, pregando a extorsão e passando pela própria corrupção que está dentro do Estado. As soluções são as mais drásticas possíveis. É toda uma revisão legislativa, é toda uma revisão da estrutura do aparato governamental, para que nós possamos ter um modelo de sociedade na qual, como bem frisou o missionário, o preso saia ressocializado e não saia marginalizado mais do que quando ele adentra no sistema carcerário. A solução que eu vejo é essa: uma reforma. E creio que dentro desta Comissão muito bem presidida sairão algumas alternativas para que o Estado possa dar um avanço na melhor prestação ao seu preso. E, por fim, para não tomar muito espaço, porque muitas pessoas ainda vão debater, é o clamor que a sociedade faz, que o Estado proponha medidas que possam solucionar a situação precária do sistema prisional. Agradeço a atenção. Boa tarde. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Agradecemos ao Dr. Lenilson Freitas e também ao advogado que o acompanha no trabalho da Pastoral Carcerária.

Quero conceder a palavra agora ao Dr. Breno Rocha, que é Presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários do Estado de Pernambuco, que terá a palavra pelo tempo de 5 minutos. (*Palmas.*)



E quero mais uma vez deixar claro que esta é uma oportunidade para que quem tem denúncia para fazer possa fazê-la, e da forma mais clara, para que a Comissão possa apurar.

Com a palavra o Deputado Domingos Dutra.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Eu só queria que V.Exa. comunicasse aos depoentes que quem tiver informações que queira prestar de forma reservada, como o primeiro depoente já me comunicou aqui, o Sr. Lenilson Freitas, que prefere fazer uma reservada com os Deputados para informar. Quem não se sentir à vontade para informar o que tiver, a gente faz uma audiência reservada só com os Parlamentares. Quem estiver à vontade para dizer o que puder, que diga. Esta CPI não parte, como as demais CPIs, de indiciar ninguém. A CPI tem objetivo de ajudar a encontrar uma saída para o sistema carcerário, entendendo que, sem essa saída, a criminalidade de fora terá muita dificuldade de solução. Portanto, a gente pede sinceridade. Pedimos que quem tiver informação nos passe, e quem não se sentir à vontade solicite à Presidência para fazer reservada, que a CPI o fará.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Com a palavra o Dr. Breno Rocha.

**O SR. BRENO ROCHA** - Boa tarde a todos; boa tarde, Presidente da CPI do Sistema Carcerário, na pessoa de quem cumprimento os demais representantes da Mesa; boa tarde, meus colegas, agentes penitenciários que estão presentes; aos familiares dos presos, que neste momento fazem um protesto, que talvez não tenha sido percebido por todos, mas que se encontram vestindo véus pretos, tal qual viúvas que são, viúvas, talvez não todas de seus maridos, mas viúvas da assistência que o Estado tem negado a elas; e aos senhores e senhoras demais presentes, meu muito boa tarde. Presidente, infelizmente, eu acredito que a vinda da CPI ao Estado de Pernambuco foi prejudicada pelos eventos de extrema violência que têm acontecido no nosso Estado na última semana, que culminaram com as rebeliões no presídio Aníbal Bruno, no presídio de Arcoverde e, ontem, com o motim no presídio de Igarauçu. Por que digo isso? Porque me parece que a idéia e o anseio desta CPI é tratar principalmente de questões conceituais. O senhor, na sua preleção, coloca com muita propriedade a questão do papel do agente penitenciário, esse profissional que sofre e que tem uma verdadeira falta de compreensão social do seu papel, que



empurra esse servidor dia após dia a uma esquizofrenia funcional, profissional, dividido entre a função que ele vive na prática, no interior da unidade prisional, e a função que a sociedade de certo modo diz querer dele e cobra especificamente outra. Talvez a definição desse papel seja, antes de mais nada, o pontapé inicial para sair dessa situação, como quer saber o ilustre Relator. Mas, como eu dizia, infelizmente nós tivemos momentos de profunda violência, momentos de muita dor no Estado de Pernambuco, momentos de medo, enfim, todos esses sentimentos que são aflorados em rebeliões tão violentas como as que a gente teve. E esse assunto termina tomando a pauta, termina se impondo em detrimento dos temas conceituais que seriam, eu penso, mais importantes de serem discutidos numa oportunidade tão preciosa como esta de falar para uma CPI. Mesmo tendo consciência desse prejuízo que teve a CPI, os agentes penitenciários de Pernambuco vão tentar contribuir da melhor forma possível, inclusive com o envio de quilos de denúncias que nós produzimos aqui, ao longo de uma atuação política que se dá nos últimos 5 anos, e que, obviamente, será impossível relatar tudo agora. Mas a gente vai tentar entrar nesse debate, ajudando a construir esse debate a partir da nossa percepção desses problemas. Pergunto ao Relator por que essa situação chegou onde chegou. Às vezes a gente esquece que o nosso País se construiu a partir do sistema prisional. O Brasil era um imenso e vasto presídio semi-aberto de Portugal, e essa informação não é uma dedução minha, mas Euclides da Cunha já nos lembra isso em *Os Sertões*, aquele belíssimo tratado sociológico. E quando o Brasil surge com esse perfil, imediatamente a negação desse perfil, a negação dessa situação prisional faz parte e vai permear toda a estrutura e o desenvolvimento da nossa sociedade. Nós vamos, da mesma forma que negar a estrutura sociológica e antropológica, na qual a gente iniciou enquanto sociedade, negar também a questão prisional relegando-a principalmente aos negros. Isso também não tem nenhuma novidade. Uma vez estabelecida essa relação germinal nossa com a prisão e a relação de negação nossa com a prisão, o que foi que a gente fez? A gente tratou a prisão como coisa de pobre mesmo. Muito recentemente na história do nosso País, talvez com menos de 5 anos, é que a gente começa a ter cursos de pós-graduação em administração prisional, é que a gente vai começar a ter a intelectualidade brasileira voltada para pesquisar a questão prisional. Até então isso não acontecia. O que acontece na prática? Vem administrar o sistema penitenciário normalmente quem não o conhece,



desconhece-o, acha que prisão é curral, cercada de muros, e amontoada de seres humanos lá dentro. Trazem discursos falaciosos sobre direitos humanos, como se aquilo fosse uma preocupação da administração, mas, na prática, a gente sabe que não está. Ou então quando acontece pior. Foi muito feliz o nosso Relator quando disse que assistiu em Pernambuco à miséria do sistema penitenciário. Aqui, o sistema penitenciário está entregue a uma família. O Secretário de Ressocialização, que está à frente do sistema penitenciário, que é o Sr. Humberto Viana, tem como assessor para segurança penitenciária o primo dele, Sr. Isaac Viana, e tem o responsável pelo suprimento — quem faz as compras no sistema penitenciário — o sobrinho dele, Sr. Ulysses Viana. Então, aqui está, essa idéia que eu ouvi aqui de privatizar, eu acho que Pernambuco já é um bom exemplo de que isso não funciona, porque aqui ele já está não apenas privatizado, mas restrito à administração de uma família, coisa que a gente vem denunciando, Sr. Relator, desde o momento em que foi nomeado, do momento em que as nomeações foram feitas, mas até agora, infelizmente, não há nenhuma gestão política governamental social. E, aí, o meu colega que me antecedeu aqui da Pastoral Carcerária tem razão; a imprensa só se debruça sobre o problema na hora da rebelião, porque também não faz nenhuma menção de discutir com mais seriedade esse problema do sistema penitenciário pernambucano ter sido entregue à administração familiar dos Vianas, em Pernambuco. E, aí, alguns perfis ou vieses têm agravado mais ainda a nossa situação particular, que serve também como um prisma de uma questão mais universal que, com certeza, os senhores encontrarão também no Brasil. Talvez sejam elementos para sair dessa situação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Um minuto para concluir.

**O SR. BRENO ROCHA** - O cerceamento ao debate, à expressão, à denúncia, diferente desta oportunidade que os senhores estão dando aqui, ele tem sido importante para manter a situação do sistema penitenciário como está. Em todos os Estados, os agentes penitenciários que vivenciam essa situação de caos, mais proximamente, e que têm elementos para denunciar, eles têm sido perseguidos. Hoje mesmo, o Governador, numa infeliz coincidência, creio eu, com esta CPI, acaba de mandar uma mensagem à Assembléia Legislativa do Estado, contemplando o agente penitenciário que fizer denúncias, o agente penitenciário que prestar qualquer declaração à imprensa sobre as condições do sistema



penitenciário, a ser sumariamente punido através de um dispositivo que temos aqui em Pernambuco, que é o art. 14. Ele tem os vencimentos diminuídos pela metade e vai responder a inquérito, porque prestou um serviço à sociedade, que é fazer as denúncias sobre o sistema penitenciário.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - A CPI aproveita a oportunidade e solicita ao denunciante que possa encaminhar a esta Comissão ainda hoje a cópia dessa mensagem.

**O SR. BRENO ROCHA** - Obrigado. É importante também fazer um — V.Exa. já me lembrou do tempo e eu não quero esticar mais a minha participação, ou melhor, até quero, mas vejo que não vou ter tempo para isso — contraponto, porque eu acho que não me sentiria bem em sair daqui sem fazer esse contraponto. Veja bem, a gente encontra, em vários lugares, aqui, em Pernambuco também, essa idéia de privatização como saída para o sistema penitenciário. Quero dizer, como cidadão pernambucano, que me sinto completamente envergonhado com esse tipo de discussão sendo feita principalmente aqui, que é a casa de Joaquim Nabuco, pernambucano que passou a vida inteira lutando contra a escravidão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Para concluir por causa do tempo.

**O SR. BRENO ROCHA** - Pernambuco foi o primeiro Estado do Brasil a acabar com o direito à pena particular. O senhor de engenho, que era dono do seu escravo, em Pernambuco, em 1874, desculpa, em 1842, não poderia mais punir o seu escravo, tinha que mandar para que o Estado fizesse a pena, quando o escravo cometesse o crime. E aqui, em Pernambuco, estamos começando a abrir mão desse marco histórico e pegar os nossos presos, herdeiros absolutos desses escravos, pois negros que são, e encaminhar à empresa privada, executar a pena que, desde o século XIX, resgatamos isso para o Estado. Encerrando, agora, é preciso discutir essas questões dentro de um prisma especificamente teórico, acadêmico; não é possível mais fazer um sistema penitenciário de adivinhação, de múltipla escolha, e principalmente garantir aos que, às vezes, até se expõem, fazendo denúncias, correndo até risco de vida, que, pelo menos, o direito de fazer as denúncias eles tenham, não sejam punidos sumariamente. Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Agradecemos ao Dr. Breno Rocha.



Queremos registrar a presença dos Deputados Estaduais, Mavíael Cavalcante e Edson Vieira, que estão conosco, aqui; Dr. Geraldo Magela, que é Promotor de Justiça do Estado de Pernambuco; Dr. Marcelo Santa Cruz, que é o Vereador da cidade de Olinda; e Dra. Wilma Melo, que é articuladora dos direitos humanos em Pernambuco.

Vamos passar a palavra, neste momento, ao Dr. Jayme Asfora Filho, Presidente da OAB, do Estado de Pernambuco.

**O SR. JAYME ASFORA FILHO** - Sr. Deputado Neucimar Fraga, Presidente da CPI, em nome de quem saúdo os demais integrantes da CPI federal; Sra. Deputada Terezinha Nunes, em nome de quem saúdo os Deputados Estaduais, aqui, presentes; Dra. Tereza Joaci, em nome de quem saúdo os advogados aqui presentes; defensores públicos aqui presentes; Dr. Roldão, em nome de quem saúdo as demais autoridades presentes. Vou ser breve, porque adentrar no diagnóstico ou tentar demonstrar ou provar ou visualizar o caos em que se encontra o sistema penitenciário não é necessário. Todos os que estão aqui sabem em que situação se encontra o sistema carcerário prisional hoje. Os que visitaram sabem que esse é um problema nacional; e nós todos, advogados, e nós, da OAB, sabemos exatamente da dramaticidade dessa questão. Corrupção sistêmica que abrange setores da polícia militar, setores do Executivo, os próprios presos, advogados, às vezes, e, em alguns Estados, alguns lugares, setores do próprio Judiciário e etc. Isso é uma coisa que precisa ser resolvida; superlotação, que o Aníbal Bruno não comporta mais ninguém, que um presídio de 4 mil pessoas não tem mais sentido, todos nós sabemos também. Mas, como vai ser isso? Soluções imediatas vão sair desse relatório: construção de novas unidades prisionais, unidades menores, ressocialização. Hoje, não há ressocialização. Cuidado e apoio ao egresso. Hoje, não há cuidado nem apoio ao egresso. O egresso sai ao deus-dará; não tem nenhum tipo de apoio nem de ajuda do Estado. Ressocialização também. De ressocialização não se fala. O que acontece hoje? Do jeito que está, o resultado é esse mesmo. Não poderia ser diferente. A OAB tem proposto algumas coisas do ponto de vista concreto e pragmático, que é essa que vou listar aqui. Eu sintetizaria em três ações imediatas, além de outras que, quando adentrar no trabalho da Comissão, que está sendo acompanhado pela Comissão de Direitos Humanos da OAB, e depois quando obtivermos o relatório final, vamos continuar a





fazer o trabalho, a incrementar o trabalho de fiscalização do sistema penitenciário e de fazer valer o art. 44 do Estatuto da OAB, que diz que *“cabe à OAB velar pelos direitos humanos, pelo Estado Democrático de Direito e pela concretização da justiça social”*. Não é possível esse sistema melhorar sem uma defensoria pública mais estruturada. Em Pernambuco, há mais de 90 comarcas vagas — essa é a primeira sugestão — sem defensor público. A remuneração dos defensores é aviltante. Há um projeto de lei aqui, na Assembléia, que tenta regulamentar a autonomia financeira, administrativa e orçamentária para as defensorias. É preciso andar e é preciso que o Executivo também regulamente, efetivamente, esse projeto, para que não seja só um duodécimo ou uma autonomia para inglês ver. Os defensores concursados estão prestes a fazer minguar todo o estoque do concurso, porque estão passando para outros concursos, dada a baixa remuneração da defensoria. Dos que foram nomeados ano passado, de um total de 130, alguma coisa assim, foram nomeados 45, já 20 saíram para outros concursos. E do estoque restante, que não há justificativa para a não-nomeação imediata, dado que há vagas e há como se compatibilizar recursos para isso, muitos já saíram, e não estão dispostos a assumir o cargo de defensor público. Semana retrasada, nós, da OAB, mandamos ofício a S.Exa., o Governador do Estado, nº 811/2007, cobrando a nomeação desses defensores. Vou ser breve aqui. Mais duas sugestões, do ponto de vista concreto: é preciso se acabar com a função desses chaveiros sendo exercida por detento. Há um mito de que o chaveiro, a ser um detento, cria mais harmonia na prisão. Esse mito caiu por terra por uma série de fatos, sobretudo com as últimas rebeliões. O chaveiro é um dos elos mais importantes, se não o protagonista ou um dos protagonistas dessa corrupção sistêmica. O chaveiro cobra por tudo; ele é dono do pavilhão; ele faz o que quer no pavilhão. Tem que acabar com essa coisa que existe em poucos Estados de o chaveiro ser um detento igual ao outro, criando castas dentro do presídio. Nós propomos também isso. E como se faz isso? Isso remete à nossa terceira preocupação. Estruturando a carreira dos agentes penitenciários que ganham pouco, são insuficientes. Recebi, agora, mesmo, da Associação do Servidor do Sistema Penitenciário, um dossiê, que vou ler com muita atenção, do companheiro Nivaldo Oliveira Júnior. Eu já estive com os defensores, com os agentes penitenciários, com o Breno e os outros, na OAB, quando o Deputado Paulo Rubem promoveu uma reunião muito oportuna, e a



Deputada Terezinha não esteve presente, na última quarta-feira, quando da preparação da vinda nessa CPI. Sabemos que é preciso estruturar, há pouquíssimos agentes penitenciários. Os agentes penitenciários trabalham submetidos a todo o tipo de humilhação e dificuldades no dia-a-dia para o exercício da profissão. O Dr. Breno já colocou aqui, e não adianta eu repetir. Então, era preciso que acabasse esse figura do chaveiro. E, por último, era preciso também que se fizesse valer ou se cumprisse — e nós vamos enviar ofício ao S.Exa. o Governador, e assim eu encerro a minha fala —, se cumprisse a Lei nº 13.153, de 4 de dezembro de 2006. Essa lei diz que o Poder Executivo poderia autorizar, em caráter excepcional, a renovar, pelo prazo de 12 meses, os contratos dos guardas especiais temporários. Isso em dezembro do ano passado, quer dizer, os contratos poderiam ser prorrogados improrrogavelmente até o final deste ano, daqui a um mês e pouco, dezembro de 2007. E o art. 2º e o art. 3º diziam que o Poder Executivo deveria abrir concurso público, no prazo máximo de 60 dias, para contratar, mediante concurso público, servidores efetivos para fazer a função importantíssima para a sociedade e para o sistema de guarda externa dos presídios. Hoje, os presídios funcionam de maneira absolutamente precária. A segurança é absolutamente precária. Não há segurança. O que acontece hoje é a ponta do *iceberg* na nossa avaliação, e podia ser muito pior. E só se explica que não é pior, entre outros motivos, por questões sociológicas, porque a falta de segurança que há hoje permite e possibilita que haja motins e rebeliões de muito mais alta intensidade. Então, eu termino com isso. Nós vamos enviar ainda hoje ofício ao Governador do Estado, cobrando, requisitando a abertura imediata de concurso público para a guarda externa dos presídios, para que se regularize essa função, que é uma função nobre, função essencial e exclusiva de Estado. E, por último, digo que já temos tratativas em andamento com a Secretaria de Ressocialização, com a Secretaria de Justiça e de Cidadania, que são ambas peças da Secretaria de Desenvolvimento Social, comandadas pelo Secretário Roldão Torres, com quem também já tivemos algumas conversas, todas para melhorar esses tipos de problemas, para criar um mutirão — um mutirão aqui a gente está chamando de força-tarefa — para unir esforços da Defensoria, que precisa se estruturar, porque com o pouco que tem precisa fazer isso, mas eu acho que Tereza Joacy vai ajudar nisso também, claro, o Judiciário, o Ministério Público e a OAB para tentar limpar essa pauta. Enquanto esses presídios que vão ser



construídos no ano que vem estão sendo construídos, enquanto o concurso está sendo aberto e medidas estão sendo tomadas, pelo menos a gente não fica aí, correndo o risco de presos serem mortos ou morrerem na prisão sem sequer terem motivo para estarem lá. Presos ilegais, prisões processuais que já expiraram o prazo processual, prisões ilegais, situações ilegais que acontecem aos montes, como sabe a Pastoral Carcerária, como sabem todos os que fazem o sistema penitenciário. Há milhares de pessoas que não deveriam estar presas, que poderiam já estar fora, ou porque já cumpriram a pena, ou porque não havia sequer indícios para estarem presas etc. Então, nos vamos fazer essa força-tarefa, o Estado vai contar com a OAB, já tivemos várias conversas, inclusive com o Secretário Rodrigo Pelegrino, através da nossa Comissão de Direitos Humanos, e eu me coloco à disposição da CPI. A OAB se preocupa bastante com essa questão e estará acompanhando o desenvolvimento final dos trabalhos da CPI através da sua Comissão de Direitos Humanos. Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Nós que agradecemos.

Queremos também registrar a presença da Dra. Gerusa Torres de Lima, Procuradora de Justiça daqui do Estado de Pernambuco; do Dr. Marco Aurélio Farias de Silva, Promotor de Justiça também no Estado de Pernambuco, e da Dra. Leda Pessoa, Defensora Pública e Gerente de Promoções de Defesa dos Direitos Humanos, também aqui do Estado de Pernambuco.

Queremos passar a palavra neste momento à Dra. Tereza Joacy Gomes de Melo, Defensora Pública Geral do Estado de Pernambuco, pelo tempo também de 5 minutos.

**A SRA. TEREZA JOACY GOMES DE MELO** - Boa-tarde. Cumprimento a todos na pessoa do meu prezado Secretário Dr. Roldão, que vem desempenhando com muita altivez a Secretaria da qual a Defensoria Pública ainda faz parte. Agradecer também ao Presidente da OAB, Dr. Jayme Asfora, por esta força que vem dando a essa instituição, ainda tão nova e tão pobre como a nossa Defensoria Pública do Estado de Pernambuco. Mas sempre continuamos à espera de dias melhores e tudo indica que está a acontecer. Há pouco tempo, eu dizia ao Dr. Jayme Asfora, talvez até em função de um ofício que ele tenha encaminhado ao Governador do Estado, Eduardo Campos, e também pelo reforço do Secretário e do próprio Procurador-Geral do Estado, nós estamos bem perto de alcançarmos aquilo



que mais se deseja no momento, que é a nomeação de mais defensores públicos. Na verdade, nós já perdemos muitos defensores públicos. Só esta semana, para se ter uma idéia, nós perdemos 5 defensores públicos concursados, que passaram no concurso da Advocacia-Geral da União. Perdemos defensores públicos porque passaram no concurso da Bahia, quer dizer, na Bahia, onde se ganha mais do que em Pernambuco.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - E quanto ganha aqui?

**A SRA. TEREZA JOACY GOMES DE MELO** - Aqui é na faixa de 2.900 a 3 mil reais. É mais ou menos isso.

**O SR. DEPUTADO WILLIAM WOO** - E quanto ganha um delegado de polícia aqui?

**A SRA. TEREZA JOACY GOMES DE MELO** - A mesma coisa também, a mesma coisa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Pode continuar.

**A SRA. TEREZA JOACY GOMES DE MELO** - Então, mas isso nós estamos vendo agora, está havendo progresso na nossa Defensoria Pública — principalmente estamos com um projeto de lei aqui, na Assembléia Legislativa, em que foi proposto pelo próprio Governador a autonomia financeira e administrativa, já prevendo o orçamento para a Defensoria Pública. Então, não vamos aqui contar apenas... A única coisa que existe na Defensoria Pública atualmente é a deficiência de defensores públicos. Não temos realmente defensores públicos. Para ser ter uma idéia, principalmente, nas comarcas do interior, eu sirvo para o Dr. Adeildo, um juiz por quem eu tenho muito respeito e muita admiração — e, às vezes, eu estou em casa e me pergunto como ele carrega nas costas o peso de tanta coisa na cabeça desse juiz das execuções penais. Não vamos aqui culpar Governo, culpar Judiciário, culpar Ministério Público, culpar Defensoria Pública. Eu acho que existe uma co-responsabilidade. Todos nós, a começar até da própria sociedade. É lamentável o que aconteceu? É. E digo aos senhores: se eu fosse prestar depoimentos aqui de 15 anos que eu vivi no Tribunal do Júri, vivenciando o dia-a-dia, ouvindo as conversas dos presos — porque antes de eles serem interrogados, eles sempre entram em contato com o defensor público —, era coisa de uns fazerem chorar, outros de fazerem sorrir, outros de darem gargalhada e outros de você enlouquecer pelas histórias e histórias contadas por eles. E, às vezes, eu pergunto: como o Dr.



Adeildo carrega tudo isso? Quando há uma rebelião, vamos em cima do diretor, vamos em cima do juiz das execuções penais. Temos aqui também o Dr. Flávio, um grande juiz que contribui muito também com a Vara das Execuções Penais. E eu queria fazer apenas uma referência, porque eu achei muito bonito e queria agradecer — e não o conhecia, estou conhecendo hoje o Deputado Paulo Rubem. Foi tirado ontem no site da ANADEP, e gostaria de pedir licença para ler porque realmente retrata o que eu ia falar e que o Dr. Paulo Rubem falou e também o nosso querido Jayme Asfora. Então, ele diz o seguinte: *“Aníbal Bruno. Algumas questões urgentes. A rebelião ocorrida no Presídio Aníbal Bruno no Recife, nos últimos 2 dias, pode ser vista de várias maneiras. A primeira delas, com os olhos focados nas telas de TV, sobretudo nos programas ditos policiais, certamente tratará o fato mais como uma manifestação da insatisfação de bandidos e criminosos que não merecem moleza ou facilidades. Outra visão poderá focar o fato tratando apenas das falhas do sistema prisional, já que o Presídio Aníbal Bruno está superlotado, e isso gera uma certa quantidade de pólvora acumulada, com elevado risco de rebelião, mais violência e mais homicídios. Em primeiro lugar, deve-se destacar a violência cometida pelo Estado contra as pessoas, antes de elas terem cometido quaisquer crimes”*. Aqui eu entendi, Deputado, que o senhor quer dizer justamente aquilo que a Defensoria combate tanto, que é aquele princípio que está na nossa Constituição Federal, quando diz que ninguém será considerado culpado antes de sentença com trânsito em julgado. Lamentavelmente — e não vamos culpar nem Judiciário, nem Governo —, temos uma lei de crimes hediondos que veio certamente ajudar muito para a superlotação carcerária. Quando se trata de crimes hediondos, o preso não tem direito nada, porque antes tinha o direito a uma liberdade provisória, a uma fiança, principalmente quando era primário e não tinha antecedentes criminais. O que a gente vê no Tribunal do Júri... No ano passado, eu e a minha colega, a Dra. Fernanda, realizamos 147 julgamentos no Tribunal do Júri. Essas pessoas, Deputados — e falto principalmente a esses que não são daqui do nosso Estado e que querem realmente conhecer a realidade —, essas pessoas que foram submetidas a julgamento, 147, salvo engano, num tribunal que também tem apenas 2 defensores públicos e mais de 90 julgamentos, muitas delas, quando chegam ao tribunal do Júri é após 3, 4 anos que estão presas, só aí é que são submetidas a julgamento. E, na maioria dos processos, graças à consciência do Ministério Público,



como fiscal da lei, quando chega aquela hora pedir absolvição, porque não há provas. Antes, não podia soltar porque essa pessoa foi denunciada por homicídio qualificado, e homicídio qualificado se trata de crime hediondo, e o preso não tem direito nada. Infelizmente, é essa a nossa realidade. E, quanto às varas de execuções penais, sei que o Dr. Adeildo também sente falta de defensores públicos, mas temos uma grande defensora pública lá, a Dra. Maria Elaine, e ela me deu há pouco tempo o número, ela sozinha, na vara de defensores públicos: hoje estão sob seu comando 420 processos, isso para apenas um defensor público. Então, é deficiente? É. Mas é deficiente a Defensoria Pública? A deficiência é grande. No Tribunal do Júri, foram criados agora mais 2 tribunais, Terceiro e Quarto Tribunal do Júri. Esses 2 tribunais do júri estão sem defensores públicos. Da mesma maneira que a juíza me falava agora que estava sentindo dificuldade também em relação a promotor de justiça e teve de acumular. O que eu lamento muito é que esses presos sofrem, e isso eu digo desde o começo. Ouvi o Dr. Jayme Asfora falar, e lamentavelmente, Dr. Jayme Asfora e demais autoridades aqui presentes e pessoas aqui que estão me ouvindo, o principal problema de todos os presídios é o chaveiro ser o próprio preso que toma conta dos outros presos. E se formos fazer um levantamento, veremos que quando eles saem de lá saem muito ricos, porque ali eles facilitam o tráfico de drogas, ali eles facilitam a mulher, tomam o colchão de um que está dormindo para dar ao outro porque aquele pagou. Os soldados, os agentes penitenciários estão lá na frente, não estão sabendo o que se passa ali no pavilhão. Eu já tive casos que eu acho que são de arrepiar quando se conta, como o de um preso que foi assassinado dentro de uma cela, na chamada de isolamento, a cela de castigo — e eu me pergunto: como é que existe uma cela de castigo se a pessoa já está num castigo eterno? É uma morte lenta. Se não temos pena de morte, temos uma morte lenta, vai se morrendo pouco a pouco. E ouvi vi certa vez, salvo engano, de Evandro Lins e Silva, quando ele disse, isso eu não esqueço nunca, que os presos invejam os canis e as coudelarias, porque os cães vivem muito melhor do que eles. E essa é a nossa realidade, é a nossa posição no sistema prisional, mas não é somente em Pernambuco, não, é no Brasil todo, não é somente Pernambuco. Talvez seja um dos piores? Talvez, no momento. Mas, quando acabou aqui, estourou uma rebelião também em Maceió. Será que pelos mesmos motivos? Uma coisa vai puxando a outra? Às vezes, a imprensa também contribui para que se



alastre, fujam também as expectativas, porque ninguém sabe o que um diretor de presídio sofre ali dentro não, no dia-a-dia. Ele pode ser ameaçado 24 horas por dia por pessoas desesperadas, pessoas desenganadas, pessoas que não têm mais o que perder. Num dos últimos júris que eu fiz aqui, eu lembro que o rapaz já tinha mais de 50 anos de cadeia, e ele fica sabendo mais do que o próprio advogado, do que o próprio promotor, e diz: *"Ah, agora eu vou confessar tudo, eu já tenho 50, não passa de 30"*. E vai contando, vai contando o tempo, *"daqui a pouco eu estou fora"*. Quer dizer, aos poucos, eles vão se acomodando àquela vida animalesca. A Defensoria Pública deveria estar presente, sim, em todos os presídios; a Defensoria Pública era para sempre estar à disposição do juiz de execuções penais quando fosse visitar algum presídio, para que o defensor fosse; a Defensoria Pública era para estar presente num presídio quando chegasse alguém preso em flagrante, para ver de que se trata esse flagrante, se é uma coisa pequena, não vamos mandar logo esse homem para o presídio, vamos ver se resolve por aqui mesmo, vamos entrar com uma medida urgente, mas lamentavelmente ...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Rodrigues) - Um minuto, por favor.

**A SRA. TEREZA JOACY GOMES DE MELO** - ... há falta de pessoal. Agora, eu confio no Governo, que está realmente empenhado, pelo menos em termos de Defensoria Pública, em melhorar o quanto antes o problema da Defensoria Pública, aumentando o número de defensores públicos. Então, vamos tentando aos poucos melhorar ainda mais a nossa Defensoria e contribuir para a ressocialização e a melhora desses que sofrem e padecem nos presídios. Muito obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Rodrigues) - Obrigado. A Comissão agradece a participação da Dra. Tereza Joacy, Defensora Pública Geral do Estado, e convida, para dar prosseguimento, o Dr. Adeildo Nunes, Juiz Titular da Vara de Execuções Penais do Estado de Pernambuco.

**O SR. ADEILDO NUNES** - Minhas saudações ao Deputado Neucimar Fraga, Presidente da CPI do Sistema Carcerário; saúdo o Deputado Domingos Dutra, Relator desta mesma CPI; uma saudação especial aos Deputados Paulo Rubem Santiago e Bruno Rodrigues, pernambucanos, que com muita honra estão lá orgulhando Pernambuco; uma saudação à Deputada Terezinha Nunes, que desde que assumiu, que tomou posse como Deputada, tem realizado essas reuniões constantemente, debatendo essas questões que envolvem os mais variados



problemas, especialmente no tocante ao sistema carcerário. E eu queria dar conhecimento, para quem não sabe, que sempre estamos discutindo esses problemas do sistema carcerário aqui, às quartas-feiras, na reunião da Comissão de Cidadania, e eu sempre que sou convidado estou aqui também, de uma forma ou de outra, participando. Saúdo os demais componentes da Mesa, as inúmeras pessoas, autoridades e demais Deputados aqui presentes, Federais e Estaduais — e estou vendo, promotores de Justiça, advogados, defensores públicos, estudantes —, enfim, a todos faço a minha saudação; colega juiz da Paraíba, outro colega, Flávio, está aqui presente, infelizmente não dá para nominar todos. Eu queria dizer, primeiro, que não me cabe aqui enumerar quais seriam os cruciantes problemas do sistema penitenciário, eu diria até que isso seria impossível. Prometo ao Deputado Domingos Dutra que o farei por *e-mail*, via eletrônica, prometo que em 5 dias farei isso. Infelizmente, não teria o tempo suficiente para trazer a minha opinião, que pode não ser a verdadeira, mas de 9 anos de juiz de execução penal, posso assegurar que tenho, sim, uma série de situações que comprovam esse caos, Deputado Domingos Dutra, de que V.Exa. trouxe mais ou menos, talvez 1%, mas que é de muita significância. Eu queria apresentar 2 ou 3 soluções somente. Uma eu fiz já na quarta-feira passada, por ocasião do encontro na Ordem dos Advogados do Brasil, quando também fui convidado, e o Deputado Paulo Rubem Santiago também estava presente, o Presidente da OAB, a Deputada Terezinha, outros segmentos da sociedade aqui, Marcelo Santa Cruz e outras pessoas também. Eu apresentei, sim, uma sugestão porque acho que está na hora de haver um controle externo no sistema penitenciário. Fiz isso e até fiquei gratificado, porque o Deputado Paulo Rubem Santiago anotou. O Poder Judiciário, a partir do Conselho Nacional de Justiça — e eu posso falar um pouco do Judiciário porque sou juiz —, transmudou-se com o Conselho Nacional de Justiça, criado com a Emenda nº 45. Para quem não sabe, Pernambuco hoje tem 4 juízes presos. Não sei se é inédito no Brasil, mas, de qualquer maneira, era uma coisa que, antes da Emenda nº 45, não se via. Todos aqui — e eu sou talvez o mais novo de todos — hão de convir que nós tínhamos um juiz preso, quer dizer, já temos um juiz preso, e não estou nem dizendo se eles são culpados ou são inocentes. É evidente que não posso dizer isso, porque eu, acima de tudo, preservo a Constituição. O que eu estou dizendo é que, pelo menos, existe algum indício e que essas pessoas, portanto, por serem





juízes, têm de eventualmente pelo menos serem afastadas do cargo. Portanto, estou pregando esse controle externo no sistema penitenciário, porque eu acho que deve haver um órgão de fora para realizar essa fiscalização em todos os sentidos, exceto a esfera judicial, porque iria tirar o princípio da autonomia do juiz, e nem o Conselho Nacional de Justiça pode fazer isso, como se sabe, porque é um conselho meramente fiscalizatório e da esfera administrativa. Mas é preciso a gente detectar que determinado agente penitenciário, lá no Presídio de Urso Branco, fez isso e foi punido e que foi o Conselho de fora que puniu. Portanto, a minha primeira solução seria esta, senhores e senhoras aqui presentes: esse conselho externo, evidentemente composto por pessoas da sociedade. Nós aqui conhecemos o sistema penitenciário, podem ter certeza disso, principalmente os Deputados que estão chegando pela primeira vez aqui. Nós que estamos aqui sabemos tudo do sistema penitenciário. Perguntem o que está havendo em Pernambuco. É lamentável que em 5 minutos não possa ... Mas pode perguntar a Wilma Melo, que está aqui sentada, como é o penitenciário, que ela diz tudo, nos últimos 10 anos: “É assim, é assim, acontece isso, acontece aquilo”. Todo mundo sabe o que acontece. Essas pessoas é que necessariamente teriam de participar de um conselho desse, porque são pessoas que têm muita experiência na vida carcerária. Eu acho que esse conselho, portanto — e é uma idéia que eu levei inclusive quando estive na CPI, a convite da CPI, há 3 meses, eu fiz uma exposição lá de 2 horas e 40 minutos quase, os Deputados aqui presentes, membros da CPI, se lembram, eu fiquei muito orgulhoso em poder também levar a experiência minha como juiz de execução penal. Acho que não dá para enumerar, eu teria outras e outras soluções, mas, em primeiro lugar, eu me preocupo muito com a questão da corrupção no sistema penitenciário. A corrupção no sistema penitenciário só vai ser resolvida no dia em que houver esse controle externo, em que o lado de fora realmente realize essa investigação. Já houve época em Pernambuco em que eu tinha uma Secretaria de Defesa Social que controlava o Sistema Penitenciário, a Polícia Civil, a Militar e o Corpo de Bombeiros. Então, ela investigava, ela prendia, ela soltava, fazia tudo, uma única secretaria .e isso dificultou muito. Agora, está na hora de ter uma Secretaria de Administração Penitenciária em Pernambuco também. Estou trazendo isso muito mais para Pernambuco agora, especificamente para o Aníbal Bruno. Está na hora de se fazer uma direção colegiada naquele presídio. Por que uma pessoa só? Além de



não ter condições físicas para controlar 4 mil homens, é preciso ter uma direção colegiada, e não é só no Aníbal Bruno, não, eu diria que em todos os presídios haveria necessidade. Presídio com mais de 300 presos tem de ter uma administração colegiada, diretor de segurança, diretor de saúde, diretor de educação etc., no mesmo patamar. Acho que está na hora de fazer isso também. Eu sempre preguei e continuo pregando: o Aníbal Bruno é um presídio que tem de ser desativado, nós não podemos mais continuar com ele, convivendo no centro de uma cidade, praticamente. Acontece uma rebelião, fecha a rua. Não adianta reformar, não adianta mutirão. Olha, eu já estou acostumado com mutirão. Faz mutirão e, com 5 meses, 6 meses, volta a mesma situação. O problema é mais grave, vamos lá no fundo do poço até tirar os problemas que temos. Por que a Defensoria Pública não funciona em Pernambuco? Por quê? Por que esse sistema penitenciário de Pernambuco não é informatizado? Por que tem de ter um chaveiro dentro de um presídio para controlar o próprio preso? Qual é a moral que um preso tem para controlar outro preso? Punir essas pessoas?! Será possível que nós vamos continuar convivendo com rebeliões e rebeliões, mortes e mortes, ninguém é punido? É sempre assim, Deputado Bruno. Isso não é só em Pernambuco, não, morrem 10,111, como em Carandiru. Temos o exemplo lá — não sei se é culpado ou inocente, mas até agora não tem ninguém punido. Acho que a ausência de punição estimula o crime e estimula a corrupção. Se o Estado é impotente para conter a corrupção, que crie esse controle externo. Eram essas as minhas posições. Eu teria muito mais, evidentemente, mas não tenho tempo, e agradeço profundamente a oportunidade. Muito obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Rodrigues) - A Comissão agradece a participação do Dr. Adeildo Nunes e convida, neste momento, para fazer uso da palavra, o Dr. Rodrigo Pelegrino, Secretário-Executivo de Justiça e Cidadania.

**O SR. RODRIGO PELEGRINO** - Exmo. Sr. Deputado Neucimar Fraga, Deputado Domingos Dutra; Deputado Paulo Rubem Santiago; Deputado Bruno Rodrigues, na pessoa de quem estendo a saudação a todos os Deputados Federais aqui presentes; Exma. Sra. Deputada Terezinha Nunes, na pessoa de quem saúdo a Casa; colegas advogados; Dr. Jayme Asfora; Secretário Roldão Joaquim; Dr. Adeildo Nunes; Dr. Marco Aurélio; Dr. Jorge Neves; minhas senhoras e meus senhores, serei breve também nas minhas colocações aqui para esta honrada CPI.



Vou me ater ao objeto indagado no início da fala do nobre Deputado Neucimar Fraga, salvo engano: *“Por que chegamos a esse ponto e quais as alternativas”*. Quando se fala em sistema penitenciário — e os Srs. Deputados estão nesse périplo nacional, tomando todas as informações acerca do problema do sistema —, é necessário que se observe o problema enquanto sistema. É sistema por quê? Porque envolve diversos órgãos, diversos agentes públicos e, em alguns casos, até privados, dentro da estrutura do que se chama Sistema Penitenciário Nacional, e é sob essa ótica que deve ser atacada a questão. Concordo com o nobre Juiz Magistrado Dr. Adeildo Nunes, quando diz que o nosso Estado, o nosso País, é pródigo em ações emergenciais. É, sim. Vivemos ao sabor das ações emergenciais, quase que sempre a reboque da ausência de políticas públicas que consigam, de forma estrutural, criar um sistema que tenha início, meio e fim enquanto necessidade de punição e necessidade de ressocialização do apenado. Elencar questões pontuais, como mudança de chaveiro, claro que precisamos mudar isso; elencar a necessidade pontual de ampliação do número de penitenciárias, claro que temos de fazer isso, mas precisamos também de uma visão para o sistema penitenciário, em que ele se insira dentro de uma política de segurança pública nacional. É mediante essa inserção, que envolve nessa política Orçamento, envolve dotação financeira e a vontade política de executar algumas ações que sejam estruturantes... Por que chegamos a esse ponto? Por uma ausência de política, uma política dirigida para o Sistema Penitenciário Nacional, que não define ao longo de tanto tempo, em discussão com a sociedade civil, com Deputados, com as instituições públicas, se é um sistema ressocializante ou se é um sistema punitivo. É preciso que se enfrente isso. É preciso que se enfrente no País onde foi criada uma CPMF para resolver o problema da saúde nacional, e a CPMF hoje resolveu um problema de caixa de governo, onde nós não podemos mais, em nome da governabilidade — isso é uma verdade —, sob pena de penalizar os contribuintes, deixar de lançar mão dessa CPMF. Não podemos mais estar imaginando que uma solução sistêmica vai se dar de forma pontual. Vivemos uma crise grave em âmbito nacional, uma crise de corrupção onde o controle externo é elemento fundamental, seja em que Poder for. Os Deputados — e eu faço um parêntese, não é porque estou aqui na Casa dos Deputados — sofrem diariamente esse controle externo, diariamente e de 4 em 4 anos, mediante eleições. Essa é uma grande verdade. O Poder Executivo também



sofre, o Poder Judiciário tem de ter esse controle externo, assim como o sistema penitenciário. Concordo também, Dr. Adeildo Nunes, com essa proposta. Temos de criar um sistema de controle externo do sistema penitenciário nacional. Porque o crime organizado não é um poder paralelo — e essa frase não é original minha, salvo engano é da Deputada do Rio de Janeiro, Dra. Denise Fraga —, não é um poder paralelo. É um poder transversal ao Estado e ele perpassa diversos segmentos. Vivemos no Brasil uma crise sistêmica, e não se sabe onde nós vamos chegar e também como nós vamos estruturá-la. É por isso que, para se falar como se chegou a isso, eu resumiria com falta de visão sistêmica para política penitenciária nacional e falta de investimento sério. Porque se nós formos realizar plebiscito para ouvir o clamor das ruas em relação ao sistema penitenciário, certamente a maioria da população está pouco se lixando — e me desculpe a expressão chula — para aqueles que estão encarcerados lá na ponta do sistema. Existem diversas pessoas aqui que militam, a Pastoral, segmentos que acompanham o drama desses presos, e a população, a grande maioria, não quer saber do sistema penitenciário nacional. Enfim, alternativas. Quanto às alternativas, além dessas eventualmente pontuais que estão identificadas, e todos os senhores devem estar ouvindo que para o ano certamente teremos aqui em Pernambuco um número razoável de construção de mais penitenciárias, certamente teremos uma reestruturação de algumas dessas penitenciárias, mas nós precisamos também de uma definição, e os senhores Deputados são talvez, um dos mais responsáveis hoje para tentar “regravitar” a direção da política penitenciária nacional. Então, eu acho que, como sugestão — e aí nós vamos encaminhar, porque estávamos preparando Srs. Deputados, uma série de sugestões pontuais, que acho, modestamente, que vão enriquecer, estou com o cartão do senhor, e, em breve, vamos encaminhar isso para o Deputado Bruno Rodrigues e para os outros Deputados aqui presentes. Apenas vou dizer que, nessa crise última que houve recentemente com a rebelião, eu tive a oportunidade de, juntamente com o Gabinete de Crise aqui do Governo do Estado, participar do afastamento dos que se chamam amotinados, mas dos que estavam na rebelião no Presídio Aníbal Bruno. Ingressei lá na penitenciária. E a ação depois da rebelião foi executada de forma pacífica, por orientação do Governador do Estado. Sabemos da situação que é grave dentro do Presídio Aníbal Bruno, e imediatamente a essa ação, foi convocada, por uma



sugestão do próprio Conselho Estadual de Direitos Humanos, uma sessão específica, na qual estiveram presentes o próprio Conselho Estadual de Direitos Humanos; o Secretário de Ressocialização, Humberto Viana, e a SDS — Secretaria de Defesa Social, através do delegado Joaquim Neto, representando o Gabinete de Crise. Um rol de requerimentos foi formulado pelo Movimento Nacional de Direitos Humanos, o Conselho Estadual recebeu essas pessoas, leu esse requerimento, foi lavrada uma ata, e vamos encaminhar essa ata, agora, neste momento, para a CPI. Nela consta o debate que foi feito em relação ao procedimento da crise recente. Agradeço esta oportunidade, sei que o tempo é curto, e coloco, como tem colocado o Dr. Roldão Joaquim, toda a Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos à disposição dos envolvidos nessas questões para um diálogo franco, um diálogo aberto e que certamente vamos ter, espero, oxalá, em médio prazo, uma “regravitação” pelo menos situacional do sistema penitenciário do Estado. Muito obrigado e boa-tarde. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Rodrigues) - A Comissão agradece as palavras e a participação do Dr. Rodrigo Pelegrino, Secretário-Executivo de Justiça e Cidadania, e convida, neste momento, para fazer uso da palavra o Dr. Jorge Neves, Presidente do Conselho Penitenciário do Estado de Pernambuco.

**O SR. JORGE DA COSTA PINTO NEVES** - Sr. Presidente, Deputado Bruno Rodrigues, Sra. Deputada Terezinha Nunes, demais Deputados, o Pernambuco Paulo Rubens e os visitantes, Sr. Presidente da Ordem Jayme Asfora, Secretário Roldão Joaquim dos Santos, demais autoridades, Srs. Defensores, advogados, Vereador Marcelo Santa Cruz, agentes penitenciários, o Presidente que iniciou a sessão, o Relator, fez 2 perguntas. E, aqui, dos que me antecederam apenas um falou o que vou dizer: a questão é de decisão política, não há decisão política há muito tempo, e não é de nível estadual, é federal. O problema é estrutural do sistema penitenciário, superpopulação, como todos falaram. Todo mundo sabe que há superpopulação. Pernambuco hoje tem (*falha na gravação*) ... apenas uma missão política aqui de Pernambuco. É uma questão da Defensoria Pública. No Governo passado, tive a honra de ser Secretário de Justiça no final do Governo, fez-se um concurso público e aproveitou-se poucos defensores. Como foi dito aqui pela ilustre Defensora-Geral, alguns saíram porque o salário é de 3 mil reais iniciais, e fizeram concurso até de nível médio em Tribunais, onde ganham mais, e foram



embora, mas tem que ser nomeado, Secretário. V.Exa. está sensibilizado, mas tem de ser nomeado logo, e destinando para o sistema penitenciário. Tem ainda defensores que podem ser nomeados. No concurso foram aprovados 135, que podem ser aproveitados. Ainda tem gente que pode ser aproveitada. Acho que isso é imediato, tem de ser. Todos os presídios em que fui no interior... não foi defensor há muito tempo. E o que acontece? Vou dar 2 exemplos que V.Exas. tiveram aqui no Recife: Palmares. Na cozinha, um dos presos que trabalha foi condenado agora, em 2007, a 5 anos, por furto. Ele está há 3 anos e pouco e já podia ser indultado. Cabe ao Conselho dar o parecer e o juiz é quem decide ouvindo o Ministério Público. Podia estar indultado, porque é uma pena de menos de 6 anos, mas a Justiça demorou. O Judiciário não está aqui, está o juiz, que sofre, mas o Judiciário, o Tribunal, a Corregedoria deveria estar aqui, porque os processos se eternizam no Judiciário. Então a pessoa fica presa lá e não é julgada. Vou dar o exemplo: Vitória. Tem um até que tem um apelido, "Vira Doido", não sei o que lá. Eu conversei com ele. Eu pinço, como Presidente, pessoas que vejo mais agitadas, e vi que ele não foi ouvido ainda, 1 ano e 10 meses. Não tem defensor. Não é culpa da doutora nem do anterior, nem dos anteriores, é uma questão estrutural. A Defensoria tem 200 e poucos defensores públicos, quando o Judiciário tem 400 e tantos, o Ministério Público tem 400 e tantos, a gente precisava de no mínimo 400. Porque na Defensoria é diferente do Judiciário e do Ministério Público, e às vezes tem que ter defensor de um lado e do outro, porque, por exemplo, no direito de família, o marido é pobre e a mulher também é pobre, então tem que ter um defensor de um lado e do outro. Está aí o Dr. Edmundo, Presidente da Associação, a Dra. Teresa, que falou aqui. Então a Defensoria é decisiva, o Presidente Jayme colocou aqui. Isso é decisivo para a melhoria não só do sistema penitenciário, mas da violência no Estado de Pernambuco e no País. Outro assunto: agente penitenciário. Não pode, agente penitenciário ganha mil e poucos reais. O Deputado no começo perguntou. É de 600 a 6 mil, é insignificante. E o número? Em São Paulo, me foi dito aqui: 1 para 5 presos. Aqui parece que é 1 para 19 presos. Quer dizer, é um absurdo, tem que se aproveitar, fazer concurso, e a Defensoria já tem, já pode aproveitar. Os agentes penitenciários, se não tem concurso — parece que não teve recentemente —, que se faça de imediato. Agora, esse detalhe do Judiciário é importante. O que não funciona não é a Vara. A Vara funciona. Até ela foi desestruturada porque tiraram



não sei quantos funcionários esta semana do Dr. Adeildo. Então é uma questão do Tribunal, da sensibilidade da direção do Judiciário, que não tem a sensibilidade. Não é prioridade de Executivo nem de Judiciário, infelizmente — e falando na casa legislativa, penso que também do Legislativo — o problema do sistema penitenciário. Infelizmente não tem sido, em termos... Não estou falando só de Pernambuco, mas em termos nacionais, porque a propositura inicial pode ser nacional. Uma outra solução que melhora é a questão da concessão, o trabalho. Tem lugar que tem mais pessoas que trabalham. Ele é remunerado ali então ele está se ressocializando. V.Exas. viram as pessoas lá na Colônia Penal, fazendo roda de bicicleta, na padaria. A Colônia Penal — estou fazendo um relatório, fui lá há uns 2 meses, estamos terminando para apresentar ao Conselho esta semana — ela é contraditória. É contraditória por quê? Porque — quero fazer justiça à atual dirigente, que é uma pessoa competente — são 2 mundos. Eu dizia ao Deputado informalmente, o nobre Deputado Paulo Rubem, antes da sessão: é um mundo que qualquer pessoa, a senhora mais granfina do Recife pode ir lá fazer o cabelo, Dr. Jayme, que está no lugar de um salão igual de *Shopping*. Aí quando vai, porque chamo presídio mesmo, é um terror. Quando eu digo às vezes não entendem: o Conselho é um órgão, daí porque tem mandato, que está aí para colaborar. Mas eu fui à Caruaru, e está aqui o jornal de Caruaru: "*Conselho Penitenciário*"... Porque eu acho que a violação aos direitos humanos — e está aí um grande atuante na área de direitos humanos, Marcelo Santa Cruz — não é só bater no preso, e a gente sabe que há isso. Não é orientação do Governo, nós sabemos. Não é orientação dos agentes — um ou outro pode ter —, como não é da polícia, mas existe. Só a superpopulação, já é uma violação permanente. Em Caruaru, Deputada Terezinha Nunes, num lugar menor do que esse aqui, dormem 16 pessoas. Não dormem, é um cima do outro. Um que eu chamei disse: "*Eu tenho de ficar em pé porque sou mais fraco e se pisar no outro ele bate em mim*". E é um presídio administrado por uma mulher, eu entrei em todas as celas sem nenhuma escolta com ela, altamente... Ela não tem chaveiro, ela tem liderança. Mas são 800 presos para 98 vagas. É um humanamente impossível. Isso é uma permanente violação aos direitos humanos. O que existe não é culpa do atual Governo (*palmas*), e digo, não é — não estou aqui para fazer... — do Governo anterior, que aumentou muitas vagas. Eu vi o relatório, o Governo anterior aumentou muitas as vagas, e sei que esse vai aumentar. Mas é a



questão da decisão política, volta a dizer. A decisão política federal de dar estrutura, de dar mais dinheiro para o sistema, para a ressocialização. Estão ali porque sabem. É o caos! O chaveiro. O chaveiro é um absurdo, não pode ser comandado. Só não vi chaveiro em Canhotinho e em Caruaru. Chaveiro não pode, aí fica aquele que é mais forte, e onde é... Por exemplo, o representante. Eu não fui pessoalmente a Igarapu, mas foi o representante do Ministério Público. O Conselho tem 2 psiquiatras, 2 advogados, 1 Ministério Público Federal e 1 Estadual. O Ministério Público Estadual, o Dr. Clóvis Ramos Sodré, foi a Igarapu na semana passada. O chaveiro, não tenho nada contra, mas é um preso conhecido: Jorge Grampão. É uma pessoa violentíssima. E por quê? Porque é uma pessoa que tem mais ascendência, é mais violento então ele tem o chaveiro. Só entra ali a mulher... Isso tudo que foi denunciado, a rebelião do Aníbal Bruno... O Aníbal Bruno não é o pior não, é o pior porque é emblemático: 4 mil pessoas. Mas eu vi aqui, Igarapu tem 3,3, Deputado, mais do que o Aníbal Bruno. Então a questão é essa: superpopulação. Muita gente podia estar fora. Esse mutirão que o Presidente Jaime Asfora propõe, o Dr. Adeildo disse que não é possível, mas é um paliativo, tem gente ali. Eu digo, Presidente Jaime, se houver uma articulação da Ordem da Defensoria, com estrutura — sei que o Secretário Roldão é sensível a isso, o Secretário Rodrigo não tenho dúvidas, é um militante há anos dos direitos humanos —, esse mutirão, nós diminuiríamos; desses 17 mil, no mínimo 2 mil já podiam estar fora, não tenho dúvida. Gente inclusive que podia estar aqui, podia ter pena alternativa, que teve uma pena pequena que está lá e que poderia ter a pena alternativa. Muitos. Então, isso é uma questão estrutural, eu acho, Agora, como Presidente do Conselho, vou aproveitar e pedir, convidar a Deputada Terezinha Nunes e todos esses segmentos para uma reunião do Conselho, no final do ano, para a gente debater, durante uma manhã, esses assuntos. Aqui não dá tempo, 5 minutos não dá. Eu acho que estou perto de terminar, vi que todos falaram. Cinco minutos é pouco. O Presidente Jaime, a Defensoras e todos que falaram... Agora, isso é muito grave, é uma violação permanente aos direitos humanos. Repito, como ex-Presidente da Ordem, como advogado militante há 32 anos, como atual Presidente do Conselho Penitenciário: não é possível continuar. Sei que há sensibilidade, dos atuais governantes, e falo inclusive do Governador Eduardo Campos, que tem compromisso com o social e é uma pessoa que tem uma formação em direitos humanos.





**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Rodrigues) - Eu pediria ao prezado Jorge Neves..

**O SR. JORGE DA COSTA NEVES** - O Secretário Roldão e o Secretário Rodrigo. Mas esses são os problemas. Acho que se quiser, melhora, é difícil resolver. Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Rodrigues) - A Comissão agradece a participação do prezado Jorge Neves, Presidente do Conselho Penitenciária, e convida a Sra. Wilma Melo, do Movimento Nacional de Direitos Humanos, para fazer uso da palavra. (*Palmas.*)

A senhora dispõe de 5 minutos.

**A SRA. WILMA WALDOMIRO CARVALHO DE MELO** - Boa-tarde a todos. Em nome do Movimento Nacional de Direitos Humanos, saúdo todas essas mulheres corajosas, familiares de presos que estão aqui desafiando toda uma proposta e ajudando a construir uma nova visão do que é cidadania. (*Palmas.*) Dizem que preso não tem voto. É engano, é coisa do passado. Hoje, a estimativa da população carcerária brasileira é de 400 mil presos. Isso indica que temos no Brasil 430 mil famílias com laços carcerários. Considerando um núcleo familiar composto por 5 pessoas, podemos dizer que 2 milhões 150 mil pessoas têm vínculo com o sistema prisional por afetividade aos presos. Não é voto ? Eu acho que é muito voto. Todos os dias, quando elas falam comigo, eu digo para elas: "*Gente, você tem o poder do voto; cidadania começa com o voto; observa antes de votar*". O Estado parece ignorar essa realidade — sem investimento algum em pesquisa que possa revelar o perfil socioeconômico e cultural. Mas, empiricamente, quem trabalha diretamente com esse público, não é doutor, sabe dos riscos e da vulnerabilidade a que estão expostos. Encurraladas pelo fenômeno da exclusão, como diz a Dra. Ronidalva, estão com sua cidadania castigada, tanto por parte do Estado como pela sociedade. Rejeitadas pelo mercado de trabalho, elas em sua maioria são pobres e de origem da raça negra. Nosso sistema é meramente punitivo. Vulnerabilizado pela falta de uma política pública penitenciária intersetorializada, descentralizada. O que chamo de proposta de gestão compartilhada, Estado e Município? Até porque a origem do preso é do município, ninguém pode negar isso não; exceto os estrangeiros que já temos muito. O Movimento Nacional dos Direitos Humanos, que estou representando, é composto de aproximadamente 33 entidades, e que



trabalham... Quem vai à prisão percebe: é muito diferente o que a gente observa. Estourou o sistema prisional em Pernambuco. Que bom estourou, porque já estava há muito pedindo socorro. E foi a sociedade civil... Eu também faço parte do conselho da comunidade, que é o órgão da execução penal, que nem na função de Estado é respeitado. Por que pedi ao Dr. Adeílido um mandado de inspeção para assegurar que esse conselho entrasse? não havia necessidade não, minha gente. Porque o conselho da comunidade é um órgão da execução penal, que tem função de Estado nesse momento. Não estava precisando de mandato de inspeção, mas a gente pediu, e nem assim o sistema penitenciário reconheceu isso, nem sequer isso deixou entrar. Pensavam que nós iríamos atrás da tropa de choque cantando a musicazinha da tropa de elite? Não. Não queríamos isso. Nós queríamos estar, enquanto movimento nacional de direitos humanos, enquanto conselho da comunidade, enquanto comitê interinstitucional contra a tortura, acompanhando, e não deixaram. Sabe por que não deixaram? Para que a gente não acompanhasse o que foi feito, o que estava acontecendo lá dentro: os cachorros mordendo os presos; os chaveiros ainda comandando o sistema. Hoje quando eu falo: *“Eu sou pessoa vulnerável. Estou falando aqui, mas não sei em que momento e como eu poderei ser afetada”*... Porque já recebi recados; já ingressei em programa de defensores que, embora ainda não funcione, está lá registrado que eu sou uma pessoa vulnerável. E vulnerável, porque vou para dentro dos castigos, vulnerável porque vamos para dentro dos calabouços prisionais. Garanto aos senhores que quando os senhores foram hoje ao Aníbal Bruno estava maquiado. Garanto aos senhores que os senhores não conhecem o que a gente conhece no dia-a-dia. Não conhecem o castigo onde não tem sequer a possibilidade de respirar. Não conhecem o pavilhão N, onde os presos, de um lado, tem toda uma mordomia, e aí, do outro lado, eles são encurralados. Eu posso lhes dizer que a gente já encontrou 8 dormindo dentro do banheiro, 12 dormindo dentro do banheiro. Agora, hoje deve estar maquiado. Hoje, já devem ter resolvido alguns dos problemas. O Movimento Nacional dos Direitos Humanos a primeira coisa que fez foi convidar o Secretário Executivo para acompanhar uma visita ao Aníbal Bruno. Lá nós mostramos essa realidade. Seis meses depois, conversamos com ele. E essa conversa foi entre a minha pessoa e ele. Ele disse: *“É, eu podia até fazer alguma coisa não é, mas eu não fiz”*. Oito ou nove meses depois, a rebelião. Oito dias antes, havíamos visitado o presídio



Professor Aníbal Bruno. Estávamos acompanhado do promotor, do coordenador do CAOP Cidadania, da representante da secretaria e do representante do Conselho Penitenciário, na pessoa do Promotor Dr. Clóvis, e o movimento representado por 3 instituições, além da ADUSEPS. E, a realidade continua a mesma. Ou seja, a sociedade civil denuncia, a sociedade civil conversa, a sociedade civil participou do pacto pela vida. E eu posso garantir que contribuímos. Setenta por cento do pacto foi contribuição do movimento, sem dúvida nenhuma.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Dois minutos para concluir.

**A SRA. WILMA WALDOMIRO CARVALHO DE MELO** - No entanto, o que a gente encontra no dia-a-dia é a mesmice, não só desse Governo, mas de todos os Governos, com o sistema prisional. Sugestões: descentralização do sistema penitenciário; gestão compartilhada como o Secretário até já começou a desenvolver a idéia. Outro aspecto: suprimir da Lei de Execução Penal a palavra “regalia”. Porque, no Brasil, não funciona. Com essa corrupção, o entendimento de regalia é outro. Então, uma das coisas seria suprimir essa palavra “regalia”— já era de grande... Atualizar o Código Penitenciário aqui em Pernambuco. É uma coisa que a gente não tem como mirar, como saber o que é regalia, se é regalia, se é certo ou se é errado. Outra coisa, em nível nacional, respeitar a mulher presa em todas as suas especificidades. Porque, Pernambuco não tem ainda um presídio para mulher presa. Esse que tem não sei se vai ser inaugurado e quando vai ser. Mas nós precisamos respeitar. E denunciar aqui que, nas cadeias públicas de Pernambuco, existem mulheres grávidas. É importante que se diga isso. A mulher é aprisionada de forma diferenciada. Até os direitos delas, conjugais, são diferentes dos homens. E por último, levantar aquilo que Dr. Marco Aurélio diz, que no Brasil, 70% dos presos não completam o primeiro grau e 10% são analfabetos. Em Pernambuco, 28% são analfabetos e 68 possuem o ensino fundamental completo ou incompleto. A educação ainda está contemplada na LEP, como diz Marco Aurélio, Promotor de Justiça, como mera assistência e não como eixo principal para a reabilitação, do ponto de vista de incentivo para o desenvolvimento humano. Não vamos confundir penitenciária com presídio. Em penitenciária se cumpre pena, presídio é transitório. Aproveitando, Dr. Adeílido, aquela solicitação do Movimento Nacional de Direitos Humanos, que deve já ter chegado nas suas mãos, eu li num consultor jurídico de



que as pessoas podem hoje, a partir de uma decisão... pode haver o entendimento de que a pena, mesmo ela recorrível, ela pode, inicialmente, ser cumprida. Até porque, eles dizem — não entendo bem de lei — o seguinte: *“A Presidenta do STF, no entanto, afirmou que a condenação mantida em 2º grau de jurisdição sujeita-se à execução provisória, independente do trânsito em julgado, porque os recursos eventualmente cabíveis, especial e extraordinário, não têm efeito suspensivo”*. Então, eu gostaria... porque é uma saída para o Aníbal Bruno, onde tem muito preso condenado. Estou à disposição para, particularmente, conversar sobre o sistema prisional com o Movimento Nacional de Direitos Humanos. Acho, entendo — achismo é muito feio —, entendo que o Movimento Nacional de Direitos Humanos em Pernambuco tem muito a contribuir. Até os relatores internacionais, antes de qualquer verificação, conversam com o movimento, sentam, e a gente tenta mostrar, antes que vocês vejam a realidade maquiada. Obrigada. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Agradecemos à Dra. Wilma.

Nós vamos passar a palavra, agora, para o Dr. Bruno, que é Juiz de Execuções Penais lá de Guarabira, na Paraíba. Ele vai ter um tempo também para fazer uma exposição, é um convidado da CPI. Nós iríamos fazer uma visita à Paraíba nesta semana, mas, devido à outra agenda, nós solicitamos a presença do Dr. Bruno aqui conosco.

Logo em seguida, nós vamos ouvir o Secretário de Desenvolvimento Social do Estado de Pernambuco, Dr. Roldão, que vai se posicionar a respeito de tudo aqui que foi falado, e os Parlamentares terão oportunidade, em seguida, para também fazer as perguntas, indagações, a qualquer um dos aqui presentes que fizeram uso da palavra. O Dr. Bruno Isidro vai falar para esta Comissão, para esse plenário, sobre o trabalho de Execuções Penais do Estado da Paraíba e sobre a experiência única implantada no Brasil de utilização da pulseira eletrônica nos presos da Paraíba.

**O SR. BRUNO CÉSAR AZEVEDO ISIDRO** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Queria pedir silêncio ao Plenário, compreensão.

**O SR. BRUNO CÉSAR AZEVEDO ISIDRO** - Sr. Presidente, Deputado Neucimar Fraga, em nome de quem cumprimento todas as demais autoridades que



compõem a Mesa. As demais autoridades sintam-se cumprimentadas na pessoa da Deputada Estadual, Dra. Terezinha Nunes. E os demais cidadãos aqui presentes, também, da mesma forma, se sintam cumprimentados na pessoa do meu colega, Juiz de Execuções Penais, Dr. Adeílido Nunes. Trago aqui para esta Comissão, que, diga-se de passagem, de iniciativa bastante louvável, porque toda a sociedade brasileira assiste atônita, perplexa, a questão da Segurança Pública e que passa também, essa questão, pelo sistema carcerário... Nosso sistema carcerário está completamente falido. Esse é o ponto comum, de consenso, a que todos os debatedores aqui externaram em suas observações, em seus pontos de vista, e, certamente, cheio, repleto de pontos negativos temos o sistema carcerário. E isso a CPI, a partir de suas visitas, constata *in loco* esses defeitos, esses pontos negativos, que vai, de forma atenuada ou mais intensa, refletido isso em todos os quadrantes deste País. E no meu Estado, a Paraíba também, de certa forma, esses defeitos lá se fazem presentes. Há 3 anos estou à frente da Vara de Execuções Penais, na Comarca de Guarabira, há 90 quilômetros da capital, João Pessoa. E lá assumimos nosso desafio, até porque um pouco do nosso perfil é de não ser aquele juiz tão somente de gabinete, de ser aquele juiz envolvido, próximo à sociedade, entendendo, até pela minha origem de constitucionalista, de imaginar o Poder Público, o Poder Judiciário também poder implementar políticas públicas, políticas públicas em defesa da cidadania, em defesa dos direitos humanos, em defesa da Constituição. Assim, criamos algumas alternativas à frente das Execuções Penais. Falava, um pouco antes do início desta sessão, com o Deputado Francisco Tenório, e S.Exa. dizia que uma das questões, um dos pontos defeituosos do sistema carcerário é em razão da demora do Poder Judiciário em atender a todos os pedidos, a todos os benefícios apresentados pelos recolhidos. E aí o que foi que nós imaginamos? E isso até chamou a atenção do Ministério da Justiça, que nos fez um convite para, no dia 27, estarmos novamente em Brasília, na Câmara dos Deputados, sede do Parlamento brasileiro, e lá estaremos. Criamos lá na Vara de Execuções Penais de Guarabira uma rádio, chamada *Rádio Alternativa Esperança*, onde nessa rádio a gente cumpre aí a missão social, a missão jurídica, porque, dentro dessa rádio, nós criamos um programa chamado *Boletim Diário das Execuções Penais*, onde, de segunda à sexta-feira, a gente faz a leitura de até 10 processos diários, e aí são 50 processos durante a semana, dizendo ao preso como



anda o seu direito, quanto tempo tem de pena, quanto tempo falta, qual o próximo momento do processo. E aí o processo acaba sendo impulsionado, e o preso, de dentro do presídio, acaba tomando ciência de como está a sua vida processual, até porque a Paraíba também tem, como todo o Brasil tem, deficiência na Defensoria Pública, que tinha, dentre outras nobres missões, esta de atuar junto à Vara de Execuções Penais e de ser o elo na defesa dos direitos dos confinados, dos direitos dos presos. Então, através dessa iniciativa da Vara de Execuções Penais, criamos essa *Rádio Alternativa Esperança*. Também lá — e aí, sim, é uma iniciativa que ganhou grande vulto em nível nacional — tivemos a questão das tornozeleiras eletrônicas. Esta Comissão e todos os demais oradores que por aqui passaram frisaram muito bem os pontos negativos do sistema carcerário. Não irei fazer isso, para não ser redundante, porque os pontos negativos são comuns em todos os quadrantes deste País, e aqui estamos em busca de alternativas. E no meu entender uma das alternativas bastante importante, que a gente pode atenuar um pouco a questão do sistema carcerário... O DEPEN — Departamento Penitenciário Nacional — diz que é necessário o investimento de 6 bilhões para construir todos os presídios necessários. Hoje nós temos quase 430.000 encarcerados no País, e um número igual ou superior de mandados de prisão a cumprir. Hoje, nós somos a oitava população carcerária do mundo. Se cumpríssemos todos os mandados de prisão, seríamos o terceiro, desbancando Cuba, que é a terceira colocada. Mas aí esta Comissão está em busca de alternativas. Uma das primeiras delas, sem dúvida, é até o papel importante que cumpre esta Comissão, Sr. Deputado, Relator Domingos Dutra, de sair em busca de alternativas e de propiciar o debate, para visualizar e tocar fundo nas questões que passam por segurança. E uma das questões aflitivas da Segurança Pública é o sistema carcerário. É da nossa lembrança que São Paulo recentemente foi sitiada a partir de comando de dentro dos presídios paulistas, através do crime organizado. Então não pode ser o Estado ser desorganizado, e esta Comissão tem esse papel de sair à frente, de puxar o debate e de procurar soluções. Uma das soluções que eu acredito, que eu visualizo, porque dentro desse montante de quase 430 mil encarcerados, 40% disso são de presos provisórios, de presos que estão ali cautelarmente, que poderia aquela vaga estar sendo ocupada por um preso definitivo, por um preso de alta periculosidade... Então, nós, de forma pioneira, criamos lá em Guarabira o monitoramento eletrônico



de presos. E isso aí está sendo implementado através de um projeto piloto com 5 apenados voluntários, porque não existe lei ainda no Brasil. Foi aprovado no Senado o projeto, que se encontra na Câmara, já passou pela Comissão de Segurança Pública, e certamente virá, será lei. E aí a gente pode utilizar a tornozeleira eletrônica para presos provisórios, para prisões domiciliares, e aí diminuir a questão da superlotação nos presídios, como também aumentar a possibilidade das chamadas penas alternativas. Estava lendo um artigo que tramita no Congresso Nacional, ou melhor, um projeto de lei, que tende a aumentar para até 19 penas alternativas a serem implementadas neste País. Essa é uma das alternativas. Na Alemanha, só 2% das penas lá redundam em penas privativas de liberdade; nos Estados Unidos, 68% das penas são de cunho alternativo; em Londres, na Inglaterra, 50% são de penas alternativas. Então não podemos apostar tão-somente na pena privativa de liberdade, na pena de confinamento absoluto, porque é bastante caro, já que cada preso sai a uma média de mil reais. Um outro projeto que nós temos também lá em Guarabira é o Projeto Prestação Social. Lá nós temos 10 presos do regime fechado trabalhando em serviços de obras públicas, durante todo o dia, numa parceria que fizemos com a Prefeitura local. São essas algumas questões pontuais, até porque falta uma política de maior efetividade, de maior implementação na questão carcerária. Se eu pudesse pedir aqui o auxílio da técnica para liberar a reportagem... Essa reportagem foi para ser veiculada na *TV Justiça* do Supremo Tribunal Federal. Se pudesse soltar o vídeo, mas tem que... *(Pausa.)* Aperta "executar". Essa é da rádio. *(Pausa.)* O som. Está sem o som.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

**O SR. BRUNO CÉSAR AZEVEDO ISIDRO** - Esse é um preso que está fazendo... ele é o locutor da rádio; são 2 presos que tomam conta da rádio. E essa rádio, a principal função dela é de dar celeridade aos processos da execução penal. Por quê? Porque todos os dias, por volta de meio-dia, eu vou para o estúdio da rádio, que fica dentro do próprio fórum, pego os processos da execução penal, até 10 processos — e o nome do programa é *Boletim Diário da Execução Penal* — e leio ali para cerca de 500 apenados, porque essas caixas... A rádio é naquele sistema de difusora, que existe em toda capital de Estado, de São Paulo, Recife e nas cidades interioranas. E aí leio até 10 processos por dia para os presos. E, de dentro dos presídios, eles tomam conhecimento de como anda a sua pena, qual o



momento do processo, quanto tempo tem de pena, por que o direito foi dado, por que foi negado, qual é o próximo passo do processo. Isso, inegavelmente, leva celeridade, publicidade e oralidade aos processos da execução penal. Ao final da semana, são 50 processos tramitando, sendo julgados. Isso só nesse horário, mas a rádio funciona de 7 da manhã às 18 horas, e no restante da grade de programação tem programas das religiões evangélica, espírita, católica, do Ministério Público, dos Alcoólicos Anônimos. E aí tem também a parte profana, tem as músicas, Roberto Carlos, programas de esporte. A sociedade sendo chamada, convidada a participar desse projeto e despertando para a questão carcerária. E o outro projeto é das torneleiras eletrônicas, mas, infelizmente... A rádio, ela é — isso é uma das nossas unidades prisionais — auto-sustentável. Então o Poder Público acaba entrando com uma parte, os comerciantes e empresários locais participam também. Aí sou eu fazendo o programa *Boletim Diário da Execução Penal*, lendo os processos. Mas, enfim, creio que a questão do som não irá chegar. Uma das alternativas que apontamos aqui e trazemos como solução para esta Comissão é a questão das penas alternativas, do aumento das penas alternativas, aumento do tempo de possibilidade de aplicação dessas penas alternativas para crimes de até 5 anos, isso nós defendemos. Defendemos também a possibilidade de que os presos... as empresas privadas possam receber, ofertar empregos àqueles que deixam o presídio, aos egressos, e aí eles terem de forma reduzida a carga tributária relativa a essa mão-de-obra dos egressos. Essas são algumas das soluções que nós apontamos, e também a questão do monitoramento eletrônico. A questão do crime é extremamente complexa, passa por questão também social, pelo capitalismo excludente que nós vivenciamos, porque, como bem disse o Relator, Deputado Domingos Dutra, o nosso Direito Penal, isso já foi declarado pelo príncipe do Ministério Público Roberto Lira, que disse que o Direito Penal é o direito dos 3 Ps: dos pobres, dos pretos e das prostitutas. Então, trazendo para os dias de hoje, o direito penitenciário é o direito dos excluídos socialmente. Então a gente tem... E essa questão é um tanto complexa, porque vem pela falta de trabalho, vem pela questão do planejamento familiar. Mas, de forma mais pontual... Essa é a da torneleira eletrônica. A tornezzeria eletrônica ela funciona de forma — há curiosidade aqui do plenário, mas vou dizer, já fugindo aqui. A torneleira eletrônica... Foi em sala de aula que saiu essa idéia — também sou professor, de





Direito Constitucional — em sala de aula. Um dos alunos, falando como se aplicava o sistema nos Estados Unidos, falava sobre direitos fundamentais, e um aluno disse: “Professor, a nossa empresa tem condições de fazer isso, se o senhor quiser aplicar isso lá em Guarabira”. Então eu disse: “*Olha, o contrato está feito, contrato verbal, todos os demais alunos estão de prova, vamos fazer*”. E aí em 3 meses adequamos a tecnologia existente, que é a do monitoramento veicular, para esse aplicativo do sistema criminal. E aí estamos com 5 presos sendo monitorados lá no dia de hoje, fazendo esse aplicativo. Demarcamos todos os perímetros da Comarca de Guarabira, então os presos... E a imprensa até noticiou equivocadamente. Porque esses presos que estão nesse projeto, no projeto das tornozeleiras eletrônicas, o qual denominamos Projeto Liberdade Vigia, Sociedade Protegida — e esse nome já foi para provocar o debate a nível de Brasil, porque teve uma repercussão imensa esse projeto — esses presos são presos do regime fechado, e eles passam o dia na rua, trabalhando num outro projeto que nós temos chamado Prestação Social, onde os presos saem para trabalhar com a Prefeitura; A Prefeitura vem e pega aqueles 10 presos que têm uma indumentária que o identifique no meio da população, mas... Pronto, esse é um dos presos da tornozeleira. A tornozeleira é pequena, ainda está no aspecto rude, porque é um projeto-piloto, foi a primeira vez no Brasil, acho que na América do Sul. Mas em fevereiro estaremos novamente lá em Brasília — já fomos convidados pelo Ministério da Justiça —, e levarei já uma tornozeleira mais moderna, num perfil mais comercial. Mas, enfim, esses presos ficam no meio da rua o dia inteiro, e nós mapeamos todos os pontos da cidade, bares, possíveis casas de prostituição, casas de jogos, o perímetro da Comarca, as fronteiras da Comarca. Então, se um preso desses sair ou entrar num estabelecimento desse, em tempo real, o computador, além de avisar, mas, também, em tempo real, aquele celular que estiver cadastrado no sistema recebe uma mensagem via texto, uma mensagem de texto. Por exemplo, o celular do diretor do presídio é um dos celulares cadastrados, então, imediatamente, quando um preso adentra em um bar, e ele não pode lá estar, o celular do diretor do presídio recebe uma mensagem de texto em tempo real, e aí a gente sabe que aquele apenas esteve lá. E aí me perguntam muito: “Bruno, e se o preso retirar a pulseira?” Claro que ele pode tirar a pulseira, porque a pulseira não tem nenhum elemento que dê choque ou que a torne inviolável. Mas se ele tirar a tornozeleira, imediatamente o



sinal será bloqueado, deixará de emitir aquele sinal, e a gente sabe. E também sem falar que a tornozeleira eletrônica é para ser utilizada em presos que já incorporaram determinados valores, como senso de responsabilidade, senso de autodisciplina. Essa tornozeleira é para ser utilizada nos presos do regime semi-aberto. Porque um dos grandes males do sistema carcerário também é o preso do sistema semi-aberto, que passa o dia na rua sem uma efetiva fiscalização do Estado, e aí comete, volta, até por uma questão social, porque não encontra atividade lícita, acaba voltando para o crime e, à noite, está lá de volta ao presídio sem ninguém ter tido a preocupação de realmente monitorá-lo durante o dia. Mas esse preso do semi-aberto, para ter esse tipo de benefício, ele já incorporou, assimilou determinados valores, como senso de responsabilidade, de autodisciplina, dentre outros. Então, a tornozeleira era para ser aplicado nesse tipo de preso, do livramento condicional, do regime aberto. Advogo a tese, aqui, até diante de vários Deputados Federais, de que determinadas prisões provisórias, prisões preventivas, prisões temporárias, o Juiz a substitua pela tornozeleira. Prisão domiciliar com tornozeleira sairia muito mais barato para o Estado, porque esse preso não estaria ocupando uma vaga dentro do sistema prisional, estaria deixando a vaga do sistema prisional para aquele que efetivamente já foi condenado. Aquele preso provisório, que iria ficar em casa com a tornozeleira, estaria no ambiente da sua família, estaria consumindo às suas próprias expensas e não ocupando uma vaga do Estado e dando mais déficit econômico para o Estado. Então, são essas algumas de nossas contribuições à frente da Vara das Execuções Penais e que nós trazemos como sugestão para esta Comissão. Obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Rodrigues) - A Comissão agradece a presença ao Dr. Bruno Azevedo e pela grande contribuição.

Dando prosseguimento, convidamos agora a fazer uso da palavra o nobre Dr. Roldão Joaquim dos Santos, Secretário de Desenvolvimento Social do Estado de Pernambuco.

**O SR. ROLDÃO JOAQUIM DOS SANTOS** - Deputado Neucimar, Presidente desta sessão, Deputado Domingos Dutra, Deputado Bruno, em nome de quem saúdo os demais Deputados Federais, estimada Deputada Terezinha Nunes, a quem eu rendo o meu reconhecimento — várias vezes ela já nos provocou para vir a esta Casa legislativa, este laboratório da democracia, para discutirmos no plenário,



aqui e no auditório da Comissão, os problemas do sistema penitenciário. Então, em nome da Deputada Terezinha Nunes, eu quero saudar todos os Srs. Deputados Estaduais, Dr. Adeílido Nunes, talentoso Juiz de Execuções, em nome de quem eu saúdo os demais Magistrados aqui presentes; Dra. Teresa Joacyr, Defensora Pública, na ausência do Presidente da Ordem — saúdo os demais advogados presentes; Dra. Geresa Torres, Procuradora, em nome de quem eu saúdo os demais representantes do Ministério Público; Dr. Jorge Neves, do Conselho Penitenciário; demais autoridades; minhas senhoras; meus senhores; estimados servidores. Com certeza eu vou me deter nas indagações feitas pela CPI, qual seja: por que se chegou ao caos nos presídios e que sugestões nós damos para esta Comissão. Todavia, eu me reservo o direito — permitam-me essa petulância — de fazer alguns comentários preliminares que eu considero lúcidos. O primeiro deles é que nós temos realmente muita coisa fácil de resolver, haja vista o depoimento aqui...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Sr. Secretário, por favor, eu queria pedir a compreensão dos presentes e o silêncio, para que possamos ouvir agora o Secretário. Gostaria de pedir a atenção de todos, quem tiver algum assunto a tratar que não for possível esperar pode ir tratar lá fora.

**O SR. ROLDÃO JOAQUIM DOS SANTOS** - Eu estou dizendo que estamos num clima ainda de muita esperança, de muita expectativa, haja vista a presença nesta tribuna do Presidente da Associação dos Agentes Penitenciários, que se revelou realmente uma pessoa preparada, uma pessoa com quem se pode conversar e de quem se pode esperar muita coisa. Quero apenas aproveitar, na hora em que faço essa louvaminha, para dizer que realmente discordo da opinião dele com relação ao Coronel Humberto e com relação ao Governador Eduardo Campos, até porque devemos ver tudo numa contextualização, não podemos nos isolar para analisar separadamente determinadas situações. O Dr. Jayme Asfora, entre os problemas que ele falou aqui, ele falou em acabar com a função de chaveiro. Eu quero só dizer que é um propósito nosso, já conversamos esta semana com o Secretário Executivo de Ressocialização e com toda a sua equipe, estamos discutindo essa hipótese. É porque há pormenores que não convêm, nem há tempo para dizer aqui. Mas eu queria só trazer um dado curioso: o presídio de Caruaru, que é previsto para 90 pessoas, nós temos lá 800: dorme-se pelo chão, pelos corredores, pelo refeitório. Não há rebelião, é um dos presídios melhor



administrados em Pernambuco. Eu quero só trazer um dado muito positivo, para que todos tomem conhecimento: no presídio de Caruaru não existe a figura do chaveiro. Então, é possível que o Dr. Jayme Asfora e todos que falaram aqui realmente tenham razão, que a figura desse chaveiro é uma figura desagradável e desagregadora. Com relação ao mutirão, em tese eu sou contra mutirão, mas é como diz aquele matuto lá da minha terra: “Para a gente não se afogar, a gente se abraça com o jacaré”. Nós temos um amontoado de presos, lamentavelmente, que estão sem ser ouvidos, ainda nos sumariados, que já puderam, que já cumpriram a pena e podiam estar soltos, e essa solução que talvez venha pelo mutirão também foi objeto de uma conversa nossa com a equipe da Secretaria de Ressocialização, e cuidaremos disso. Mas voltemos agora às questões fundamentais exatamente trazidas pela Comissão: por que chegamos ao caos? Eles foram ao Aníbal Bruno e voltaram de lá vendo que tem um caos. Eu posso adiantar aos Srs. Deputados que tem um pouco mais do que V.Exas. viram, há coisas mais graves lá do que o que pôde ser visto realmente. Não foi o cuidado de ser maquiado, é porque uma visita dessa rápida, evidentemente, não pode constatar tudo que há de sério e de grave que há lá. Mas o que viram é procedente e tem um pouco mais. Mas por que chegamos a esse caos? Bem, nós temos vários motivos que podemos elencar: por exemplo, e aqui foi dito, a superpovoação dos presídios. Todos os presídios de Pernambuco estão superpovoados. Eu dei o exemplo de Caruaru, para 90, tem 800. Quer dizer, o que nós vamos fazer, o que pode ser feito? O Aníbal Bruno, que é previsto para 1.200, tem 4.000! O que se pode fazer aí? O que podemos fazer? Agora, tem um fato curioso: 70% dos presos em Caruaru, dos internos no presídio de Caruaru, são sumariados. Portanto, se fosse cumprida a Lei das Execuções Penais, se em toda comarca tivesse a cadeia municipal, onde os presos ficassem lá até serem sentenciados, diminuiria a população dos presídios, você podia implementar um programa de ressocialização e de educação. Então, nós temos realmente isso. A solução, talvez mais próxima, seria essa. Quarenta por cento, no geral, do Estado de Pernambuco, 40% dos presos são sumariados, que estão nos presídios. Retire dos presídios de Pernambuco 40% dos presos e você verifica que temos condições de, evidentemente, implementar um programa melhor de ressocialização em direitos humanos. E, daí, teria as sugestões. Creio que, antes de vermos as sugestões... Reuni com a equipe da CERES e perguntei: “O que é que



vocês acham do motim? O que houve no Aníbal Bruno? Cada qual dê sua opinião. Qual é a sugestão?” E eu não vi nenhuma sugestão aqui de Pernambuco. Vi do Juiz da Paraíba, que trouxe sugestões. Todos nós criticamos, todos nós falamos, mas ninguém traz uma sugestão. A gente pode fazer isso. Os presídios são superpovoados. O que é que eu faço? A tendência é aumentar. Na medida em que os mandados de prisão forem cumpridos, então, a população dos presídios vai ser aumentada. Botar onde? Vamos construir presídio? Para começar a construir um presídio, você tem, daqui a 2 anos, tem um presídio construído, se nós conseguirmos verba para isso. Então, não há sugestões salutares. Posso dizer a V.Exas. e a todos os que estão aqui presentes que tenham uma idéia, tenham uma sugestão, que pode não ser boa, que deva até ser combatida, mas é uma sugestão. Nós precisamos trazer sugestão. Perguntava aos colegas, lá, da CERES, e disse: “Nós terminamos, a rebelião no Aníbal Bruno desapareceu. Nós, então, voltamos para cá e vamos ficar sentados no nosso *bureau* até que haja nova rebelião. Nós vamos para lá, separamos, apagamos o fogo, botamos a Polícia.” É isso que nós vamos fazer, porque não há nenhuma sugestão nova. Uma coisa dolorosa que quero trazer antes de dar a minha sugestão é que, no presídio de Arcoverde, morreu um detento. Houve também uma rebelião e morreu uma pessoa. Vou trazer aqui um depoimento triste, doloroso, mas é triste e doloroso que todos nós somos culpados — é culpado o Ministério Público, é culpado o Governo do Estado, é culpada a Justiça. Esse cidadão que foi morto em Arcoverde estava lá há 60 dias, foi autuado em flagrante porque estava com uma espingarda soca-soca. Era um agricultor que vinha com uma espingarda soca-soca, foi preso em Ibimirim e mandado para o presídio de Arcoverde. Fazia 60 dias que estava lá, e o Juiz e o Promotor esqueceram! Quer dizer, esse homem não podia estar no presídio, esse homem não podia estar 60 dias preso por porte ilegal de arma! E uma espingarda soca-soca! Espingarda soca-soca, quem é do interior sabe, é o instrumento de trabalho do agricultor. Estava lá 60 dias e foi intermediar uma briga; 2 facções fizeram briga, ele foi intermediar, coitado, e morreu. Essas coisas, nós precisamos chamar à responsabilidade, porque não é só da Secretaria, não é só do Poder Executivo, mas é também do Ministério Público, é também do Poder Judiciário. E todos nós devemos trazer e correr para buscar soluções. Por que, então? A Lei das Execuções Penais, eu já disse aqui e repito, prevê que toda comarca tenha uma cadeia, e os



municípios, aquelas populações são contra a construção de presídios nos seus municípios, porque você vai trazer gente de fora. Mas os municípios não são contra a construção de cadeias, porque as cadeias vão ter presas nelas os seus conterrâneos. Então, é o parente do Prefeito, é o parente do Vereador, é o parente do Padre, do Juiz, do Promotor, dos comerciantes. Então, eles querem, eles fazem questão de ter, ali, aqueles presos. Então, está faltando a nós todos assumirmos, não deixar que pegue fogo o presídio, como pegou, nesse espetáculo tenebroso que vimos. E fica todo mundo no seu lugar, ninguém tem uma sugestão. Começa a fazer, diz o que é! Dê uma sugestão, a pior que tenha, mas dê! Não apagar o fogo, vir para o *bureau* e esperar que haja novo incêndio para a gente voltar para lá. Para concluir, a sugestão que tenho, que, hoje, pode ser aplicada em 2 etapas, mas a minha sugestão radical é a seguinte: quem cometeu um crime deve ser preso e tirar pena no lugar onde ele cometeu o crime. Então, as cadeias... Em vez de o Governador estar gastando dinheiro com presídio — é a minha tese —, ele devia investir na revitalização das cadeias públicas, junto com o Poder Judiciário e junto com os Prefeitos. Melhorar essa cadeia porque o indivíduo que cometesse um crime ficaria preso na sua cadeia, condenado, e continuaria tirando a pena na sua cadeia. E invoco 4 motivos apenas, 4 motivos. O primeiro deles é a chamada celeridade processual. Você tem um preso aqui em Recife, a cento e tantos quilômetros do local onde ele cometeu o delito, e o Juiz, então, marca a audiência e manda chamar. Acontece que o carro pode quebrar; na hora, o outro Juiz pode ter marcado... saiu um preso para a Justiça e não deu tempo de chegar. Portanto, não tem a escolta; quando você desloca, a Polícia, em vez de estar fazendo segurança, vai acompanhar o preso. Nós tivemos aqui preso que foi para o final do sertão de avião, gente! Como Fernandinho Beira-Mar é exemplo disso. (*Risos.*) Então, se o indivíduo fica na cadeia local, no dia do depoimento, ele vai no carro do Estado, no carro da Prefeitura, no carro do Juiz, no carro do Promotor, no carro do advogado, no carro da família. Na minha terra, São Joaquim do Monte, que é a melhor terra do Brasil, eu vi muito preso caminhar para a Justiça, caminhar para a Justiça no meio de 2 soldados. Quer dizer, até a pé ele vai! Então, se o preso está na cadeia local, ele tem possibilidade de rapidamente ajudar a celeridade processual, que é uma das faltas que nós mais apontamos aqui. O segundo argumento que eu uso é a chamada família. Normalmente, e aqui foi dito em alto e bom som, até com poesia



dos 3 presos, normalmente quem está preso é gente pobre. Então, você pega um pobretão daqueles de lá do interior e traz para Recife, para um presídio desses, a família se destrói, acaba. A mulher vai para a casa dos pais ou vai para São Paulo, os filhos vão pedir nas ruas, nos sinais, nas estradas, e, daqui a pouco acabou a família. Se ele fica na cadeia local, a família vai fazer feira, vai visitar o parente que está preso, vem para a missa, vem para o culto, vai visitar, vem comprar o remédio. Então, ele tem conhecimento, tem ciência da existência da família e pode se inteirar. É mais fácil. A Igreja, as igrejas ou os movimentos sociais podem dar assistência às famílias, como podem dar assistência também a quem está preso. O terceiro argumento que uso é o das rebeliões. Todos que participaram de rebelião, o doutor Pellegrino está ali, esteve comigo naquele momento doloroso, na hora que tem uma rebelião, você não conhece ninguém e nem ninguém conhece você! Não adianta! São terríveis! Ficam lá pegando fogo... E, às vezes, quando vem algum falar conosco, ele enrola uma toalha no rosto e vem falar com a gente para fazer o entendimento, e você não tem para quem apelar. Nem ele conhece as autoridades nem as autoridades o conhecem. Se ele está no interior e pensa numa rebelião, você chama a família, você chama o Padre, você chama o Pastor, o Juiz, o Delegado, o Promotor, o comerciante, e facilmente demove, tira da cabeça dele essa idéia de fazer rebelião. E o quarto e último argumento que uso para as cadeias municipais, é a sugestão, e ela é pobre, é muito pobre, mas é uma sugestão. Tragam outra, tragam a melhor, eu acho que tem, mas tragam! E não fiquem somente reclamando e fazendo estardalhaço sem nenhuma iniciativa! E o último argumento que uso é o da chamada ressocialização. E sempre pergunto, nas minhas indagações: o que é que faz um cidadão, lá, de um município do alto sertão, que aprendeu a cuidar dos seus bodes, a plantar sua lavoura quando cai a chuva, o que é que ele faz aqui num presídio, vamos dizer, de Itamaracá, por exemplo, na hora em que ele recebe o regime semi-aberto e que ele tem direito a passar o dia trabalhando e dormir na cadeia? Ele sai do presídio, Itamaracá ou Recife não tem o que oferecer para ele, a cultura dele é outra, ou ele fica dormindo ou vai cometer delitos! E nós só sabemos que ele cometeu delito quando ele é autuado em flagrante, porque, autuado em flagrante, ele diz: "Eu estava preso, estou no regime de privilégio da Justiça". Quando não, ele passa o dia cometendo crime e volta, vai dormir no xadrez. Se ele está na sua cadeia local, ele vai trabalhar na roça com a



família, na roça do vizinho, na oficina ali perto, na mercearia, com o Padre, com o Juiz, na comarca, com a Igreja. Quer dizer, ele fica trabalhando e todos ficam vendo, e serve de exemplo: “Aquele que está ali trabalhando cometeu um crime, passou tantos anos preso e agora está tendo o privilégio de trabalhar, mas vai dormir no xadrez”. E se ocorrer o “sabidão” de ir para o boteco tomar cachaça, o povo naturalmente vai dizer ao Promotor: “Olhe, doutor, aquele camarada não está indo trabalhar, não, ele está é bebendo no bar”. E facilmente será... Esse controle externo de que fala o Dr. Adeildo, que é uma sugestão excelente, facilmente se fará mais no interior do que aqui. A sugestão intermediária, com os meus argumentos, para encerrar, Srs. Deputados, é a seguinte. Enquanto não se pensa... E, veja lá, o Governador ainda não aceitou essa idéia; não combateu, mas não aceitou. Então, estou falando aqui para o meu próprio risco. Agora, uma solução intermediária seria, neste momento agora, o Governador — e vou sugerir isso a ele esta semana, estou pedindo audiência para conversar —, o Governador chamar para uma reunião o Poder Judiciário, o Procurador de Justiça e discutirmos esse assunto, porque o Prefeito aceita... 90 cadeias existem, nós temos 184 municípios, mas temos 170 Comarcas. Dentro das 170 Comarcas, temos 90 cadeias, das quais, quando está quebrando, a melhor coisa que faz o Juiz é: “Bem, vamos interditar essa cadeia. Manda para o presídio”. Não quer saber se cabe, lá, não; se Caruaru tem um presídio para 90 pessoas e tem 800. Ele manda para lá! Mas, não, a responsabilidade deve ser dele também! A Justiça deve dizer: prepare a sua cadeia e mantenha seus presos lá, pelo menos, os sumariados; não mande para presídio. Como aconteceu com o pobretão do soca-soca, lá, de Arcoverde. Se fizermos isso, estaremos... Pelo menos, é uma sugestão que estou trazendo para a CPI da Câmara, que, em bom momento, veio para cá e que muita coisa viu e muito mais grave ainda existe. Mas, lamentavelmente, a gente não pode se estender nem aumentar as discussões. Estou inteiramente à disposição para qualquer indagação que porventura se faça. Muito obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Agradecemos ao Dr. Roldão.

Vamos conceder a palavra agora ao Deputado Willian Woo, pelo tempo também de 5 minutos, para...





**O SR. DEPUTADO WILLIAM WOO** - Presidente Neucimar, na pessoa da Deputada Terezinha Nunes, eu gostaria de cumprimentar toda esta honrosa Mesa. Principalmente, agradecer ao Dr. Adeildo Nunes, que já esteve com a gente na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e realmente tem uma visão muito ampla sobre em que o Poder Judiciário poderia contribuir mais para as soluções dos problemas. Acho que cada um tem de fazer sua parte. O Bruno César é um exemplo disso. Acho que as comarcas ou as instâncias judiciais que não tivessem iniciativa assim, pelo menos, que passassem as custas processuais para o Fundo do DEPEN, para que tenhamos mais dinheiro.

Concordo muito com o que a Dra. Teresa me falou. Hoje, realmente, todos nós, eu, que tenho um perfil, a Comissão tem um perfil de membros do Ministério Público, e Defensores Públicos também presentes, tem também Delegados de Polícia, tem Bacharéis em Direito, é uma Comissão muito ampla, pessoas ligadas aos direitos humanos. A gente vê que, hoje, o custo do homem preso é muito alto. Um crime hediondo bobo, que é o mais comum da mulher, um crime de tráfico 33, a mulher foi pega com 20 papérolas de cocaína, 10 pedrinhas, ficar 11 anos presa!? Será que vamos resolver o problema do tráfico de droga, que é uma coisa internacional? É isso que gera realmente o crime organizado? Saber diferente como mudar isso a um custo... Uma pessoa que permanece por 11 anos, vamos investir nela 2 milhões de reais. Esse é o preço para construir uma escola para 800 crianças!

Hoje, todos nós sabemos, cada um na sua área, por isso que eu gosto de ouvir os debates, não concordei e concordei com várias opiniões aqui, mas acho que da democracia faz parte ter várias opiniões — se todos tivessem opiniões iguais seria muito triste. Mas, principalmente hoje, estamos num momento de ação efetiva, e isso parte do Executivo, porque chegamos ao topo máximo, que é o que vimos hoje.

Sr. Presidente, queria cair em 2 situações, porque eu não conheço bem o Estado de Pernambuco, só pude aqui ver sua beleza, conhecer suas praias, em 1997, visitar quase 100 províncias numa campanha de trazer cestas básicas para o Estado, principalmente, o que a gente viu hoje. É inaceitável cada um dos Parlamentares que estiveram hoje se omitirem, é inaceitável o que vimos hoje aqui em Pernambuco. Falaram que o resto do Brasil está assim. Presidente, não



participei de todas as visitas. Domingos Dutra pode me corrigir, que está 100% presente, mas não vi exemplo pior do que esse que vimos hoje. Não vimos exemplos perfeitos, todos podem corrigir. Por mais que seja melhor, sempre podemos nos aprimorar. Mas, hoje, foi caótico o que vimos, uma situação insuportável! O presídio, que eu nem sei decifrar o nome, o primeiro em que a gente foi, Aníbal Bruno, inviável, hoje, o nosso conhecimento técnico, manter uma certa liderança com mais de 800 presos. A gente tem aceitado como exemplar 30%, isso para lotação, que tem 800 vagas; a gente encontra 1.200 e acha exemplar, porque a gente sabe da realidade do País! Mas, no Aníbal Bruno, hoje há certa convivência, certa harmonia, porque não estamos nem cumprindo nosso papel, que é o de punir, porque as pessoas têm a liberdade total de trânsito, sem nenhuma cidadania. Não quero chegar ao caso da questão. Mas, se a gente vai punir, ele tem de sentir que está sendo punido, ele não sabe qual a motivação, ele está preso! Mas tem uma lanchonete, tem uma sorveteria para ir, tem outras operações lá dentro, parece uma cidade, cercada só, e com muitos problemas.

A arquitetura... Trabalhei pouco tempo na engenharia e falei com meu amigo Bornier que sempre sonhei em ter varanda, igual no Rio de Janeiro, grandona, e agora é moda em São Paulo, só fazem varanda grande. Não adianta eu mudar meu apartamento, eu tenho de mudar para uma planta com varanda nova. Não dá para aproveitar nada daquela planta do Aníbal Bruno.

Gostaria de ouvir nosso Secretário, eu sei das dificuldades, tudo é fácil no discurso, mas é no orçamento. Quanto está previsto no orçamento — se o Presidente me permite um bate-bola —, quanto se permite no orçamento para o ano que vem? Um presídio, em média, no Brasil, custa muito caro, porque é diferente de fazer uma escola, você não precisa de proteção, muro alto e tal. Uma escola... Com 2 milhões, você faz uma escola para 800 crianças. Só que um presídio para 800 presos custa 18 milhões! Quantos presídios estão previstos para a construção, por iniciativa somente do Estado? Porque, hoje, é da competência do Estado, não vamos ficar dialogando somente com o futuro. Acho que a competência de todos os presos deveria ser da União, porque eu acho que a gente ia conseguir uma maior uniformidade, mas que, hoje, é do Estado. Mesmo aqueles que não estão condenados, que se fala que se tirassem os 40% que estão lá, então, vamos tirar. Mas para onde vão esses 40% que não têm trânsito em julgado, também é



responsabilidade do Estado! Então, estão sendo construídos vários CDPs, Centros de Detenção Provisória, para aguardar o julgamento.

Então, qual é a previsão para o ano que vem? E se não houver previsão? Coloco até um desafio de nós, Parlamentares, que não podemos nos omitir, se a gente conseguir uma percentagem do Governo Federal, o Governo Estadual cumpre o resto, para desativar e acabar para sempre com o que a gente viu hoje? Porque a gente não pode voltar a Brasília com uma simples discussão, com várias idéias, e, aqui, pessoas que entendem muito mais e com muito mais experiência que a minha. Mas não podemos voltar com uma omissão, que nada vai acontecer com o presídio que vimos hoje! Nada!

Hoje, o que vimos foi o fim do sistema penitenciário. Espero que não existam demais no País! Uma condição em que o agente não tem condição de trabalho (*palmas*), alguma vontade mínima de ver uma visita numa cidade que, na quarta-feira, recebe 5 mil visitantes e, num domingo, 10 mil pessoas, isso é um movimento de turismo! Talvez, a praia mais forte do Estado não receba, num final de semana normal, tantas pessoas! Tinha de ter uma operação de trânsito, o pessoal fica 4 horas no sol. Não vou cair em demagogia e defender todos os setores, mas queria saber a resposta do Executivo com o que aconteceu, é um fato que chamou a atenção, e não foi o fato que nos trouxe aqui. O fato que nos trouxe para cá é que a gente pegou a tabela do sistema penitenciário, vimos os Estados que tinham maior superlotação e, a cada semana, estamos indo visitar um. Coincidentemente, tivemos a rebelião uma semana antes, mas viríamos a Pernambuco de qualquer forma, porque o Aníbal, hoje, em termos de superlotação, é um dos maiores exemplos para junto do DEPEN. Então, se o Estado, para o orçamento do ano que vem... Secretário Roldão, que sabemos sua experiência como membro do Tribunal de Contas, como Parlamentar, e a dificuldade que temos no orçamento. Se está prevista a solução, pelo menos, para o que a gente viu hoje, ou, então, para a construção dos 40% que vão sair do sistema e vão ficar num sistema de detenção provisória até o julgamento, se há algo. Se não houver, se o Governo poderia, até, impor uma função para nós, se o Governo Federal, que tem um dinheiro muito pequeno no DEPEN, nós, membros, tentamos arrumar, se a gente conseguir uma percentagem, o Estado cumpre para resolver esse problema.



E, para encerrar, Sr. Presidente, gostaria que resolvesse um problema simples. Algumas ações são pequenas. Não queria pedir detectores de metais, lá, no Aníbal Bruno, maiores instrumentos, porque é impossível você ter o controle para 4 mil presos. E se vocês exigirem que os funcionários façam o trabalho de execução das penas, vamos acabar com a harmonia. Lá, existe harmonia porque temos omissão, vamos ser bem claros. Por isso é que há harmonia lá. Todo o mundo tampa o olho e vai vivendo em harmonia. Porque se eles começarem a revista... Há pessoas que podem entrar com 100, 150 quilos em dia de visita, com bolo de 20 quilos. Segurança é segurança. Por mais que tire o direito... Em qualquer cadeia são 2 quilos. Pesou, corta. O resto não entra. Visitamos vários assim. Se eles exigirem isso, explode outra rebelião. Então, não vamos ser demagogos de exigir as coisas, quando vocês não têm condições de trabalho.

Mas há uma coisa simples para resolver, que vimos hoje e afetou a todos nós. Fomos visitar a Colônia Penal Feminina de Recife. Gostaria muito de pedir ao Executivo, para sairmos com uma vitória aqui, o seguinte. O segundo andar — eu acho que era uma igreja, uma escola de padres, um convento, não sei — é de madeira, mas pode ser reformado. Não vou falar para acabar a superlotação, porque é caro um presídio. Mas será que não seria possível fazer uma cela pelo menos com uma entrada de ar natural, para as mães que estão com crianças ficarem num lugar melhor? Aquela cena nos chocou. Entrar numa cela superlotada... Continuará a superlotação. Não vamos ser demagogos e dizer que há dinheiro para tudo. Quando você tira para cadeia, acaba escola, acaba saúde. Mas pelo menos uma salinha, uma obra de 100 mil reais... Fazer uma salinha... Que pelo menos aquelas que estão com as crianças durante os 6 meses, Deputado Tenório, Deputado Bornier, possam pelo menos ter um acesso melhor. Quando a pessoa tem que lavar a roupa, enxugar dentro da própria cela... Imagine o cheiro, sem sol, com 15 ventiladores ligados — parece um vendaval, quando se entra lá dentro —, para tentar respirar algum ar. E vimos crianças de 20 dias...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - De 8 dias. Tinha uma de 8 dias.

**O SR. DEPUTADO WILLIAM WOO** - De 8 dias. Foi uma situação que chocou todos nós. Se nós conseguíssemos sair com essa vitória, Secretário, por mais que nos mobilizemos... Não sou deste Estado, não sei como trazer o Orçamento para cá,



para resolver essa situação que vimos hoje. Sei que há construção de novos presídios.

Sr. Presidente, encerro agradecendo a todos, a todos os funcionários públicos do Governo do Estado de Pernambuco a recepção que nos deram, a todos os dirigentes e gerentes do Aníbal a atenção. Apesar de todas as dificuldades, todos vimos a vontade de quererem trabalhar. Quando alguém fica ouvindo... Por que ele criticou a Polícia com a Defensoria e o salário? Porque hoje, se tivéssemos uma polícia muito capaz, muito bem preparada, a criminalidade baixaria. Nós chegamos a um momento na sociedade em que estamos esquecendo de defender a Polícia. A peça principal num processo tem que ser o inquérito policial, não a ação do Ministério Público. O Ministério Público tinha que ser acessório, verificar o que a Polícia Judiciária fez. Hoje, é o oposto. Nada se acredita da Polícia Judiciária, quer-se fazer novamente o papel no Ministério Público. O salário dos nossos policiais não é digno. Quando falamos na Defensoria... Quero mais é que ganhem melhor, mas hoje, toda a carreira... Vão passando os delegados de polícia, que nem conseguem ser reconhecidos pelo Congresso Nacional como uma carreira jurídica. Para prestar o concurso, tem que ser bacharel em Direito. Então, uma questão que envolve cada uma as outras...

Agradeço muito o carinho, nas pessoas do Deputado Paulo Rubem Santiago e do Deputado Bruno Rodrigues, pela recepção que Pernambuco nos deu.

Mas gostaria muito... Não vim aqui só cobrar, Secretário. Se pudermos tirar um dinheiro do DEPEN... Realmente, o que vimos hoje nos comoveu e precisamos, de certa forma, montar essa parceria e se houver o desafio de buscarmos, por parte do Governador... Se S.Exa. falar 50%/50%, 70%/30%, vamos buscar o esforço dos nossos Parlamentares junto ao Congresso Nacional.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Obrigado, Deputado William Woo.

Com a palavra o Deputado Bruno Rodrigues.

**O SR. DEPUTADO BRUNO RODRIGUES** - Meu prezado Presidente da CPI, Neucimar Fraga; meus prezados colegas Felipe Bornier, Francisco Tenório, Domingos Dutra, Relator desta CPI; Luiz Carlos Busato, William Woo; Luciana Costa; meu prezado Secretário de Estado Roldão Joaquim; meu prezado Juiz da



Vara de Execuções Penais, Adeílto Nunes, grande amigo; prezado Juiz da Vara de Execuções Penais de Guarabira, na Paraíba, S.Exa. o Juiz Bruno Azevedo; Jorge Neves, Presidente do Conselho Penitenciário; Dr. Rodrigo Pelegrino, Secretário deste Estado; quero iniciar dizendo que existe o consenso de todos aqueles que conhecem pouco ou conhecem bem o sistema penitenciário de Pernambuco e do País de que o nosso sistema está falido. O que nós vimos hoje, na Colônia Penal Feminina, no Bom Pastor, bem como no Aníbal Bruno, são coisas estarrecedoras. Estarrecedoras para quem não convive, no dia-a-dia, com o sistema prisional. Evidentemente, temos ainda muito a percorrer na CPI.

O Aníbal Bruno, por exemplo, tem 3 presos por sua capacidade — 3 por 1. Como bem dizia Jorge Neves, temos outras unidades muito piores, como Caruaru, por exemplo, com 8 por 1. Então, se nós formos percorrer todo o Estado de Pernambuco, nós vamos adentrar num sistema totalmente falido, num sistema em que é preciso que o Estado aja rapidamente. E o que nós vimos hoje no Aníbal Bruno foi uma coisa de dar medo. Porque vimos, por exemplo, os agentes penitenciários... Acho que os agentes penitenciários não só aqui no Estado, mas em todo o País, são agentes heróicos, porque trabalham dentro de uma condição subumana, condições... Vimos lá que, para 4 mil presos, nós temos pouquíssimos agentes, ou seja, estão jogados à própria sorte. Infelizmente, o que nós vemos é que o Estado não corresponde às necessidades de trabalho do corpo funcional.

Vinha conversando há pouco com o Presidente da CPI, o Deputado Neucimar Fraga, e ele falava sobre uma unidade prisional modelo, no Espírito Santo, onde os agentes penitenciários recebem 6 mil reais por mês. Evidentemente, isso é um exemplo de como a coisa pode ser feita. Lógico que concordo com o Dr. Rodrigo Pelegrino que o nosso problema é sistêmico, é histórico, é uma coisa macro. Mas não podemos também cruzar os braços e deixar uma bomba relógio como a que está instalada no Aníbal Bruno estourar a qualquer instante. A qualquer instante pode, novamente, estourar uma nova rebelião, de proporções muito maiores, e o Poder Público não pode, efetivamente, ficar de braços cruzados.

Mas eu queria rapidamente, para passar para o próximo orador, fazer algumas indagações ao Secretário Roldão Joaquim e também ao meu prezado Juiz Dr. Adeílto Nunes. Começaria pelo Dr. Roldão. São perguntas práticas, para que possamos correr. Na rebelião que houve na semana passada, no Aníbal Bruno — e



esta CPI já viria para cá no mês de agosto, não está vindo por conta da rebelião —, o Coronel Humberto Viana, Secretário de Ressocialização, disse, no Portal G1, no último dia 17, que 100 presos seriam remanejados daquela unidade após a rebelião.

A primeira pergunta seria: para onde esses presos foram transferidos? Para qual complexo penitenciário? Se para dentro do próprio Estado ou se tem negociação com outros Estados para transferência desses presos; se foram 100 ou mais presos transferidos daquela unidade.

A segunda pergunta é se existem indícios ou provas de ramificações de facções criminosas, como PCC e Comando Vermelho, atuando no Aníbal Bruno. Se existem efetivamente provas concretas da atuação do PCC e/ou do Comando Vermelho no Aníbal Bruno.

A minha terceira indagação, Sr. Secretário, seria com relação ao DEPEN. O DEPEN deve realizar as inspeções e fiscalizações nos estabelecimentos de serviços penais no Brasil. Como é feito o trabalho do DEPEN aqui no Estado de Pernambuco? E se existe, na opinião do Secretário, representante do Governo aqui, descaso por parte do Governo Federal no repasse de recursos ou no contingenciamento dos recursos que deveriam ser passados, através do Fundo Penitenciário, ao Estado de Pernambuco.

Uma outra pergunta seria com relação ao trabalho que a Secretaria Executiva de Ressocialização tem feito em Pernambuco. O que foi feito efetivamente, e comprovadamente, se existe algum resultado eficaz, para que possamos incluir inclusive no relatório da CPI.

E, para finalizar, tratar também sobre a questão de Itamaracá. Itamaracá, alguns dos Parlamentares talvez não conheçam, é uma ilha no litoral norte de Pernambuco. É uma ilha maravilhosa, um distrito turístico maravilhoso. Nós temos lá 3 unidades prisionais, e há muito se vem anunciando a desativação dessas unidades. Este ano, ainda, o próprio Governo já anunciou a retirada dos 3 presídios. Então, eu queria perguntar, também, quais as ações concretas que foram feitas para a retirada das unidades prisionais de Itamaracá; se foi definido para onde vão e com que recursos serão realocadas essas unidades. Para terminar, ao meu prezado Dr. Adeildo, eu só queria colocar, sobre a experiência que o Dr. Bruno Azevedo traz aqui para a CPI — eu já tinha, inclusive, feito um registro, já iria falar sobre isso —, que existe no Congresso um projeto, de iniciativa do Senado, a pedido, inclusive, do



Governador José Serra, de São Paulo — e aí está o nosso Deputado William Woo, que é da área de segurança do Estado de São Paulo —, um projeto tramitando com relação à questão da...

**O SR. BRUNO CÉSAR AZEVEDO ISIDRO** - ... Já está na Câmara.

**O SR. DEPUTADO BRUNO RODRIGUES** - Já está na Câmara. Foi votado no Senado e está na Câmara. Trata-se do projeto da pulseira eletrônica. Acho que é uma coisa não consensual, mas seria muito importante — e queria parabenizar o Dr. Bruno Azevedo — saber a opinião do meu prezado Juiz Dr. Adeildo Nunes sobre se nós já poderíamos implantar aqui no Estado, vamos dizer, um plano piloto em termos dessa ação feita na Paraíba. Está tramitando no Congresso um projeto de lei para que nós possamos adotar essa... para que os presos possam usar, devidamente respeitados os limites da lei, essa pulseira eletrônica.

Então, são essas as minhas indagações. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Agradeço ao Deputado Bruno Rodrigues.

Alerto os convidados que, em seguida, após uma rodada de perguntas, poderão dar as respostas em bloco aos nossos Parlamentares.

Primeiro falará o Deputado Luiz Carlos Busato. Depois, ouviremos também o Deputado Paulo Rubens e o Promotor de Justiça, Marco Aurélio, que é nosso convidado.

Eles deveriam estar na Mesa, mas não houve espaço no plenário.

Concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Busato; em seguida, ao Deputado Paulo Rubem e ao Promotor Marco Aurélio.

**O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO** - Deputado Neucimar Fraga, Presidente desta CPI; Deputada Terezinha Nunes, que nos oferece a Casa. Em seu nome, cumprimento todos os componentes da Mesa e as pessoas que estão neste auditório. Várias coisas eu iria comentar, mas o Deputado William Woo foi muito feliz no seu pronunciamento e nas colocações que fez. Realmente, eu estive presente à visita aos presídios dos Distrito Federal, onde encontramos um presídio modelo, uma unidade que me parece vai servir de modelo para a construção das 3.000 vagas aqui em Pernambuco. Estivemos presentes também no Espírito Santo, onde encontramos um presídio de segurança média maquiado. Estivemos lá e, notoriamente, percebemos que foi preparado para a nossa visita. Estavam todos os





presos no pátio, de mãos dadas, num culto, obviamente tentando disfarçar a calamidade que é aquele presídio em termos de segurança. Mas, em compensação, fomos a um outro presídio de segurança máxima, onde realmente, com 3 ou 4 agentes, consegue-se controlar um contingente de 500 a 600 presos. É tudo eletronicamente controlado, muros altos, uma prisão realmente modelo, que poderia servir de modelo para qualquer país do mundo.

Ali eu percebi, Deputado Felipe — e o senhor estava conosco lá naquela visita —, que é muito mais castigo para o preso estar dentro de 1 cela, 22 horas preso, solitário, sem poder conversar com ninguém, a não ser com o seu parceiro por cela — pois são 2 presos por cela, com apenas 2 horas de sol durante o dia. Eu me coloquei no lugar daquele preso e confesso a vocês que tenho medo de matar uma formiga, hoje, na rua, e ter que ir para aquele presídio. Então, quando vejo aqui o Secretário nos dizer — desculpe, eu não conheço o nome de todos os Secretários aqui — que tem pessoas que estão se lixando para a condição do preso, é muito maior castigo para o preso estar numa prisão modelo, como aquela que vimos lá no Espírito Santo, do que estar numa prisão como essa que nós vimos aqui, no Aníbal Bruno. Quero parabenizar o diretor da prisão que nós estivemos visitando, porque não tem como, William — e tu tens razão quando tu falaste, e lá está o diretor, a quem quero cumprimentar —, realmente, conduzir a administração de um presídio como aquele na situação em que se encontra. Se ele tentar obrigar a revista das visitas que lá estão... e ele me contava que estiveram, neste domingo, 12.000 mulheres visitando o presídio, e 400 homens. Doze mil e quatrocentas pessoas fazendo visita num domingo. É impossível se fazer revista. Então, na realidade, para aquele presídio a única solução que tem é ir para o “chão” — como se falava naquela novela a que assistíamos antigamente. Colocar no chão aquilo e construir outro presídio, num outro lugar, provavelmente, mas dentro das condições mínimas de segurança para os agentes penitenciários.

Ouvi aqui o agente comentar a situação dos agentes penitenciários e me solidarizo com a sua opinião. Realmente não há condições. Nós temos que encontrar melhores caminhos para isso.

Ouvi aqui várias pessoas externarem suas opiniões; 3 delas me chamaram a atenção, a primeira foi a do Juiz. Trata-se de uma proposta real de alguma coisa que



ele está fazendo pela sua comunidade, com ou sem recurso. E esse merece os nossos parabéns pela iniciativa, pelo que está fazendo.

Ouvi aqui algumas propostas suas, também, Secretário, para as cadeias municipais, assumindo a culpa de que realmente o Estado tem a sua responsabilidade. E aí eu discordo do senhor, Secretário, quando tenta induzir que a responsabilidade é do Governo Lula. E eu não sou do PT, sou do PTB. Mas acho que nós não podemos simplesmente retirar a culpa das nossas costas, porque todos nós somos responsáveis pelo que aí está. A sua proposta de municipalizar a responsabilidade acho que é boa. Talvez tenha que haver um limite de número de habitantes por município, porque municípios pequenos não têm condições de fazer uma cadeia. Mas talvez a idéia seja a de colocar municípios acima de 20.000 habitantes, 50.000 habitantes, acho que alguma coisa desse tipo.

Mas eu quero, neste momento, Presidente, apoiar a idéia do Deputado William Woo. Eu tinha aqui algumas outras propostas, mas essa realmente, Deputado William Woo... Se nós, Deputados Federais, que aqui em Pernambuco estivemos, pudermos sair daqui com a promessa, ou com o empenho, pelo menos, da administração do Estado de dar melhores condições para aquelas crianças que lá estão, nós já nos sentiríamos gratificados.

E solicitaria também, Relator Domingos Dutra, que V.Exa. entregasse ao órgão competente o nome daquelas mulheres que vieram a nós, lá no presídio, algumas delas alegando que já estariam com pena cumprida, outras por outros motivos, para que pelo menos elas nos dêem crédito, confirmando que realmente fomos lá, ouvimos e fizemos alguma coisa. Porque essa promessa nós fizemos quando lá estivemos. Então, se o senhor pudesse passar às mãos — não sei de quem é a competência — de quem de direito, para que pudesse ser verificado, numa espécie de amostragem. Parece-me que lá há um caos enorme: falta de espaço para todas aquelas mulheres e falta de escolta para serem ouvidas na Justiça. Acho que esta última é responsabilidade não do Governo Federal, é responsabilidade do Estado, parece-me — eu não sou advogado, sou arquiteto. E o grande problema que nós identificamos — eu, pelo menos, como arquiteto, percebi, pois a minha responsabilidade nesta CPI é a questão da arquitetura carcerária. E essa é a nossa e a minha incumbência dentro da CPI —, realmente, é a arquitetura carcerária.



Não há condições de se fazer uma gestão, uma administração desse sistema prisional com aquele tipo de edificação que aqui nós vimos. Eu só imagino, William, se ali, no Aníbal Bruno, ocorre o problema de 3 vagas por 1, como foi dito aqui, como será naquele outro onde a lotação é de 8 por 1... Em Caruaru. Eu nem tenho coragem de visitá-lo. Se ali, com 3 por 1, é aquela barbárie — e acho que o preso tem que ser tratado com respeito, sim, porque senão não vamos ressocializá-lo, não vamos resgatar a dignidade do preso, vamos cada vez fabricar mais bandidos —, imagino o que não seja, Deputado Paulo Rubem, aquele presídio que tem 8 detentos para o espaço de 1.

Então, solidarizo-me com o Deputado William Woo na solicitação dessa proposta de pelo menos, emergencialmente, solucionar o problema das crianças que lá estão.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Felipe Bornier) - Quero parabenizar o Deputado Luiz Carlos Busato, do PTB do Rio Grande do Sul.

Em seguida, a palavra...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Sr. Presidente, o primeiro depoente, que é da Pastoral Carcerária, pediu uma sessão reservada. Eu também consultei as viúvas — que estão ali diferenciadas —, e também elas estão dispostas a uma sessão reservada. Portanto, como nós temos vôo às 9h e a Relatoria ainda tem algumas indagações, eu gostaria que V.Exa. deferisse a sessão reservada, porque acho importante para os trabalhos da Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Acho prudente a proposta do Relator, mas temos ainda 4 inscritos. Logo após falarem os inscritos, após os nossos convidados responderem algumas perguntas, vamos acatar a sugestão de fazer uma reservada. Mas vamos dar oportunidade a oportunidade a todos os inscritos.

Com a palavra o Deputado Paulo Rubem; em seguida, o Deputado Tenório; depois, o Promotor Marco Aurélio.

Depois das respostas dos nossos convidados, poderemos tornar a sessão reservada e fazer uma audiência diferenciada.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Sr. Presidente, Deputado Neucimar Fraga; Deputada Terezinha Nunes, em nome de quem saúdo, para



economia de tempo, os demais integrantes da Mesa; representantes do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e do Poder Executivo; entidades e familiares de presos, vou ser bastante breve, porque algumas questões já foram aqui tratadas. Mas quero destacar um tema que tem marcado a nossa intervenção e o nosso debate não só na CPI como também na Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados, da qual faço parte, junto a outros Deputados aqui presentes, a exemplo do Deputado William Woo e de outros Parlamentares.

Segurança pública e Justiça têm custo. Não adianta nós discutirmos projetos, propostas, investimentos, construção, recuperação de presídios, construção de novos presídios, publicação de editais, realização de concursos públicos, provimento de cargos vagos para carreira de defensor público, de agente penitenciário e do Ministério Público, se não tivermos condições de apontar os custos e a fonte para financiamento disso, que deva ser justiça, segurança pública, defesa social, direitos humanos e cidadania. Eu saí por uns instantes para prestar informações a uma emissora de TV, mas havia pedido ao Deputado Dutra que passasse uma informação. Mesmo tendo ele passado a informação, quero repeti-la aqui: o Brasil dispõe de um fundo, o Fundo Penitenciário Nacional, cujo objetivo é complementar com recursos federais a administração penitenciária dos Estados: presídios, penitenciárias, delegacias. E para este ano, 2007, o orçamento do FUNPEN prevê 211,9 milhões de reais — orçamento aprovado em lei, discutido no Congresso. E até o dia 12 de novembro só haviam sido empenhados e pagos 6,39% dos recursos do Fundo Penitenciário. Se retroagirmos a análise do orçamento a 2001 — ao período de 2001 a 2006 —, podemos estimar que, com o lançamento do PRONASCI, Programa Nacional de Segurança e Cidadania, haverá a recuperação dos investimentos nas principais unidades orçamentárias do Ministério da Justiça, porém, para os próximos 6 anos, apenas retornaremos ao nível de investimentos que ocorreu em 2001, que já era precário.

Ontem à noite, concluindo os preparativos desta nossa visita, busquei informações e, por acaso, encontrei um artigo publicado em 1998, da Professora e Pesquisadora Julita Lengruber, que já foi do Conselho Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro. Nesse artigo, ela declarava-se apavorada com o aumento da população carcerária, em números de 1998, algo em torno de 145.000 presos em todo o Brasil, e com as condições que eram encontradas nos presídios, nas



penitenciárias, para que esses presos cumprissem a sentença, segundo a Lei de Execução Penal. Se em 1988 ela se encontrava aterrorizada, de lá para cá ou ela enlouqueceu ou continua sendo uma brava resistente da defesa de um outro sistema prisional, de uma outra operação para ação jurídica no campo prisional no País. Eu disse, na quarta-feira, na reunião que durou 4 horas na Ordem dos Advogados de Pernambuco, logo quando cheguei de Brasília, que estamos num momento oportuno, em Pernambuco, nos Estados e no congresso, para discutir o redimensionamento das mudanças que são necessárias para uma correta aplicação da Lei de Execução Penal, para a promoção da integridade dos presos e para a ressocialização dos presos e presas que estão reclusos em todo o País. Por que eu digo isso? Porque os Estados estão discutindo os seus orçamentos para 2008. Os Estados estão discutindo o Plano Plurianual, que prevê investimentos e metas para até 2011. Então, não há momento mais oportuno para que a sociedade possa se dirigir às Assembléias de Pernambuco, do Espírito Santo, de Minas, de São Paulo, às entidades profissionais, às entidades dos direitos humanos, às entidades de pesquisa, para dizer quanto será necessário, em termos de investimento, para que não tenhamos mais comarcas sem defensor público, tribunais de júri sem defensor público, comarca sem Ministério Público, presídios com número escasso de agentes penitenciários — porque isso tudo tem custo. Se a sociedade quer ter tranquilidade, quer ter a certeza de que o seu sistema prisional é eficaz, deve saber que há custo. E o custo vem dos impostos que a sociedade paga. Então, é importante dimensionar e discutir o orçamento de Pernambuco, porque o orçamento que vai ser votado nesta Casa é o primeiro orçamento elaborado a partir da posse do novo governador eleito. Todos os governadores eleitos, a partir da eleição do ano passado, para exercer o primeiro mandato, agora é que eles estão apresentando ao Legislativo a sua proposta de orçamento. Eu ouvi aqui ainda há pouco a Defensora Pública Geral do Estado referir-se ao quadro dos defensores públicos e me lembrei do depoimento da Promotora Pública de Brasília, Dra. Cleonice Rezende, que atua junto a uma das varas de execução penal do Governo do DF, quando denunciava a falta de investimentos e a escassez de defensores públicos. Segundo ela, o argumento do Governo do Distrito Federal é que o Distrito Federal já está no limite de gastos de pessoal previsto pela Lei de Responsabilidade Fiscal.



Eu estava com o computador portátil ligado à Internet, e, no mesmo instante, acessei a Secretaria do Tesouro Nacional. Fui aos dados do Governo do Distrito Federal e vi o contrário. O Governo do GDF, no último relatório publicado, gastou 34,6% das despesas de pessoal dentro da receita corrente líquida, quando o limite prudencial é 49%.

Então, eu tenho insistido, nós temos insistido em abrir os orçamentos públicos estaduais, abrir os orçamentos do Fundo Penitenciário, porque só assim se pode discutir concurso público para defensor público, agente penitenciário, as estruturas dos presídios. Muitas presas e presos reclamaram hoje que são marcadas as audiências, mas as audiências não acontecem porque não tem escolta, porque não há veículos, porque não há agente da Polícia Militar, não há agente penitenciário, não há pessoas em condições adequadas para que essas audiências ocorram.

Então, eu imagino que, numa audiência que é marcada e não acontece, volta-se à estaca zero. Qual é a expectativa desse preso e dessa presa por uma nova audiência, e por uma audiência que possa apresentar solução para o problema que ela leva ou para uma decisão judicial?

É preciso que a gente comece a discutir esses orçamentos. É preciso que a gente pressione o Governo Federal para que seja acelerada a liberação de recursos do Fundo Penitenciário.

Eu ouvi com muita atenção, na reunião de quarta-feira, a preocupação do Dr. Adeildo Nunes, da pesquisadora Dra. Ronidalva Melo, da FUNDAJ, que aponta de uma forma concreta para a desativação do Presídio Aníbal Bruno. E acho que a situação do Aníbal Bruno — e não falo isso porque sou Deputado de Pernambuco —, fosse o Aníbal Bruno um presídio como qualquer outro em qualquer outro Estado, nas mesmas condições, é uma situação excepcional.

Acho que nós temos que ir ao Ministério da Justiça, externar ao Ministro Tarso Genro essa situação, ao Diretor do Departamento Penitenciário, Dr. Maurício Kuehne, defendendo que o Governo Federal aponte para Pernambuco, para Rondônia ou para o Espírito Santo uma situação excepcional e se inicie a elaboração de projetos para que, quem sabe, de 2 a 4 anos, possam ser construídos novos presídios em outras condições carcerárias e se promova progressivamente a desativação do Presídio Aníbal Bruno. Ali não tem solução. Não adianta fazer reforma. O que se fizer ali de reforma é gambiarra. E a gente sabe o que significa



fazer gambiarra: é puxadinho, é coisa que não vai resolver a situação carcerária, prisional. Mesmo que você possa prover o número suficiente de defensores públicos para acompanhar os presos pobres, mesmo que você preencha todos os cargos necessários de agente penitenciário, aquilo ali virou um barril de pólvora permanente.

É preciso que se encontre uma outra situação. E nós temos recursos previstos na Lei Orçamentária, 211 milhões, dos quais só foram executados, até o dia 12 de novembro, 13 milhões, 6,39%. Por que se está retendo recursos do fundo penitenciário?

Essa é uma frente que a gente pode abrir para não tratar todos os Estados de maneira igualitária, porque não há igualdade. Há Estados em situação mais controlável e Estados em situações muito mais explosivas. E creio que Pernambuco, como Rondônia e outras unidades da Federação, estão numa situação atípica. Se nós formos classificar, acho que alguns Estados estariam em alerta vermelho, outros em alerta amarelo, outros em condição estável. Mas estes, como Pernambuco e alguns que vocês conhecem, precisam de um atendimento específico.

Acho que a CPI, quero compartilhar isso com o Presidente e o Relator, deve pensar imediatamente, antes até da conclusão do seu relatório, em externar ao Ministro da Justiça essa preocupação. Não vamos esperar 2008, porque 2008 é um ano de perna curta, só se pode pensar projeto, liberar recursos no mínimo até o mês de junho, porque é um ano de eleições municipais, é um ano de pernas curtas. Então, é preciso que a gente ainda esse ano consiga levar essas preocupações ao Ministério da Justiça e que defendamos a plena liberação dos recursos do fundo penitenciário. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Felipe Bornier) - Parabéns pelas palavras, Deputado Paulo Rubem Santiago.

Em seguida, vamos dar a palavra para o Promotor de Justiça, Dr. Marco Aurélio Farias da Silva.

**O SR. MARCO AURÉLIO FARIAS DA SILVA** - Boa-noite a todas e todos. Exmo. Sr. Deputado Federal Felipe Bornier, quero saudar V.Exa. em nome de todos os Deputados Federais aqui presentes; Deputada Terezinha Nunes, que sempre à sua convocação estamos presentes, em nome de quem gostaria de saudar todas as autoridades do Estado de Pernambuco; Dra. Gerusa Torres, nossa Procuradora de



Justiça, agentes penitenciários, colegas da Coordenação do Programa Estadual de Proteção dos Defensores de Direitos Humanos; saudação à Wilma pelo seu trabalho, pela sua coragem, pela sua dedicação; e uma saudação especial aos familiares de presos, porque têm contribuído e muito para que o trabalho do sistema penitenciário seja aperfeiçoado.

Tenho vindo diversas vezes a público para falar sobre o sistema penitenciário, e em Pernambuco é extremamente grave e aguda a crise em relação à questão da mulher presa, situação essa que foi acompanhada em 2000 pela então Comissão ou Caravana da Cidadania do Congresso Nacional. Fizemos essa denúncia, por várias vezes, a instituições inclusive internacionais, como a Anistia Internacional. E mais uma vez aqui à CPI do Sistema Penitenciário, especialmente porque há Deputados que entendem da questão da arquitetura do sistema penitenciário aqui presentes. Jamais em Pernambuco fora construída uma unidade penal para abrigar a mulher que possa reconhecer, não de uma forma melhor, mas de uma forma adequada a sua situação.

Na última reunião aqui convocada pela Deputada Terezinha Nunes, tivemos a informação de que aquela que seria então a primeira penitenciária ou instituição penal para mulheres em Pernambuco estaria praticamente pronta. Seria interessante se essa informação. Não sei se a Dra. Marlúcia está presente, ou se o Secretário tem conhecimento. Se ela está pronta, que se interdite de imediato a Colônia Penal de Bom Pastor e que se faça, então, a remoção das mulheres para essa outra unidade penal.

Eu passei os últimos 7 anos como Promotor da Execução Penal. Atualmente estou coordenando o Centro de Apoio das Promotorias de Cidadania. E todas as vezes que eu ia visitar a Colônia Penal de Bom Pastor, que entrava nas celas, saía de lá com uma crise de faringite. Ali eu não tenho a menor dúvida de que são completamente insalubres aquelas condições, sem contar ou adicionar a questão de que fora denunciada pelo juiz na última reunião, Dr. Abner, que falava — substituído o Dr. Adeildo na Vara de Execuções Penais — que há instituição penal em Pernambuco, Secretário, que abriga mulher presa junto com homens. Não está sequer dando cumprimento àquele dispositivo constitucional que determina o seu recolhimento em local adequado.





Não estamos pedindo uma situação melhor. Estamos pedindo apenas um tratamento penal adequado. Essa situação, embora poderíamos até descrever outras aqui. Eu acredito que há 1 ano ou 2 anos atrás estiveram os Deputados Raul Jungmann e Moroni Torgan trabalhando a questão do sistema carcerário na perspectiva do crime organizado. E também já falávamos dessa situação.

Situações outras que ouvimos aqui de alguns palestrantes não vou comentar, mas confesso que há de algumas discordo e vejo até com uma grande tristeza a gente não perceber — e eu acho que é o grande foco da questão — que o preso perdeu apenas a liberdade, não perdeu a sua condição de sujeito de direitos.

E, nessa perspectiva, gostaria de fazer um apelo à CPI no sentido de que, ao ser, Sr. Relator, confeccionado o relatório, sejam pesquisados, aferidos quais os eixos da ressocialização, da socialização, da integração social, que seja, estão sendo efetivamente empregados. Para mim, utilizando as palavras da Prof<sup>a</sup>. Ronidalva, subsiste apenas a ideologia da segurança. A educação, temos inclusive levado isso em vários debates.

E é importante também, Secretário, aproveitando o ensejo, que V.Exa. repasse à CPI o que foi o pacto pela vida. Inclusive tive oportunidade de ali estar presente. A sociedade pernambucana discutiu o sistema penitenciário — e já respondendo às 2 questões do Relator, até para que V.Exa. se inteire dessa situação —, identificou as causas e propôs o que seria, então, as soluções para o caso de Pernambuco.

Essa questão está, portanto, acredito, não vou dizer que ela consegue acabar com todos os males, mas está já definida, não apenas por um programa de governo apenas, mas por uma discussão com a sociedade, até para que possamos entender que as políticas públicas, quando vistas da ótica societal, têm que ser efetivamente implementadas.

Sabemos das dificuldades, mas quero aproveitar a oportunidade para fazer esse apelo para se dar conhecimento do trabalho que tem sido feito aqui em Pernambuco em relação à identificação, diagnóstico, inclusive, se falando de custos, que também é um dos objetivos desta CPI.

Voltando à questão inicial, do eixo da socialização — pasmem —, 19 anos após a Constituição de 1988, nós ainda temos a educação na Lei de Execução Penal como uma mera assistência. E educação, pela nossa Constituição, é direito,



sim. E não conseguimos, por mais que tenhamos reclamado, mudar ainda essa situação legislativa diante da Lei de Execução Penal. Ter, então, a educação como eixo para ressocialização me parece imprescindível. O trabalho está lá previsto, mas a educação, não.

Uma iniciativa aqui, utilizando-se apenas de correntes jurisprudenciais, a Vara de Execução, acatando inclusive parecer nosso, passou então a deferir a remissão por estudo, e as pessoas do sistema penitenciário, acredito, podem dar seu depoimento para dizer da importância que foi esse reconhecimento judicial.

Mas é necessário que se afirme legalmente que a educação no Brasil é um direito, para que possamos, então, assegurar a todo detento o direito à educação, inclusive àqueles que por um momento, digamos assim, de desinteligência, cometa uma falta grave. É necessário se assegurar a educação acima de tudo.

Nós temos hoje basicamente, ou praticamente, nos resumido à questão da segurança. É preciso mudar o foco, insisto. A educação haverá de ser ainda neste País, de acordo com a Lei de Execução Penal, matéria de *legi ferenda*, o eixo da ressocialização ou socialização, de integração social ou inclusão social, como queiram chamar.

Nessa perspectiva, nós gostaríamos... Inclusive, não iríamos perder a oportunidade, porque se fala também de demora na instrução processual.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Felipe Bornier) - Para concluir, por favor.

**O SR. MARCO AURÉLIO FARIAS DA SILVA** - É uma verdade, mas também como proposta que seja efetivamente instituída uma política de recambiamento de pessoas presas. Essa tem que ser uma política nacional. Nossos presos que estão em São Paulo, os presos de São Paulo que estão aqui, os presos que estão na Região Norte, enfim, tudo isso — sobretudo os processos do Tribunal do Júri, não há condição, a não ser nos casos dos crimes previstos com detenção, que são poucos, a maioria é com reclusão — tem que estar presentes para a sessão.

Aliado a isso, seria também importante a criação de um cadastro nacional de presos. Muitas vezes, os presos têm o mandato expedido por uma autoridade judicial de Pernambuco. O sujeito é preso em outro Estado, e nós não tomamos conhecimento. Isso me parece que seria também extremamente importante.

E por último, para concluir, também a modificação do art. 105 da Lei de Execução Penal. Dr. Adeildo não perderia essa oportunidade por nada. Esse art.



105 diz que a guia de recolhimento só será emitida com o trânsito em julgado. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal já dá uma interpretação completamente diferente. É necessário que o juiz, a autoridade judicial, ao prolatar uma sentença penal condenatória, emita a guia de recolhimento e possamos, então, dar a imediata execução da pena, e dessa forma assim assegurar que o preso perca tão-somente a sua liberdade e jamais a sua dignidade.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Felipe Bornier) - Para dar continuidade, o Deputado Federal Francisco Tenório.

**O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO** - Eu escrevi aqui algumas coisas que fui observando, mas tenho certeza de que eu não vou me reportar a tudo. Vou ser breve.

Esta CPI é diferente das demais CPIs instauradas no Brasil. A grande maioria tem o objetivo de apurar escândalos e mostrar resultados. Esta não. Esta tem o objetivo de fazer um estudo sobre o sistema penitenciário brasileiro. E, com base nesses dados encontrados, elaborar políticas públicas que venham resolver esse problema.

Nós não podemos dissociar a questão penitenciária da questão segurança pública. É intrinsecamente ligado, e hoje o ponto número um da questão violência no País é o sistema penitenciário.

Então, eu observei aqui, e nós temos que ser objetivos nesse processo, os problemas encontrados hoje, alguns citados. Por exemplo: superlotação; maus-tratos; assistência jurídica — não existe assistência jurídica, ou é muito falha —; falta de cumprimento de prazos da lei por parte do Poder Judiciário — e aí eu chamo a atenção do Ministério Público, porque é o fiscal da aplicação da lei —; a corrupção no sistema penal.

Então, pontilhando, no momento que nós resolvermos a questão da superlotação, da aplicação dos prazos da lei — e aí entram profundamente o Poder Judiciário e o Ministério Público —, teremos resolvido grande parte do problema do sistema penitenciário.

Não há possibilidade nenhuma de existir ressocialização no Presídio Aníbal Bruno. E aí por diante. É um dos que tem uma situação difícil, e nós consideramos



ele hoje como um dos piores do Brasil, talvez porque acabou de sair de um motim, mas existem vários iguais e piores que o Anibal Bruno no Brasil.

Então, a pena em si, a privativa de liberdade principalmente, tem 2 princípios básicos: um é a punição do preso, é o castigo pelo mal que ele cometeu, e o outro é a ressocialização desse preso para devolvê-lo à sociedade. Esse desapareceu. Esse foi substituído por um muito pior, pelo inverso: a formação do preso no processo criminal, na violência, na bandidagem, na corrupção, dentro do próprio presídio.

Então, eu digo sempre que os governantes nunca viram segurança pública como uma tarefa primordial do Estado. E também observa-se que tratar de segurança pública, combater violência não dá voto. Mas alguém disse aqui: "*Mas tira.*" Então, é preciso que a consciência bata nos governantes de que, se não cuidar do combate à violência, e intrinsecamente ligado o sistema penitenciário do Brasil, são fadados à falência nos seus processos políticos, porque o tema hoje mais citado em todo meio político, em todo meio social, em todo meio que se vive, é o combate à violência, e nós estamos discutindo um ponto: sistema penitenciário.

Daí, minha gente, fica uma observação ao Secretário de Desenvolvimento Social à questão do presídio feminino. Um presídio para 150 vagas tem 550 mulheres, vivendo ali em condições subumanas terríveis, mulheres prenhas, a ponto de ter menino, e mulheres com criancinhas, numa sala úmida, infectada de germe, de doença de todo tipo, com criancinha lá dentro.

Enquanto isso, em uma ala do presídio, e aí vêm as sugestões mínimas, Secretário, a ala superior está desativada. A ala superior, que teria poder de circulação melhor, teria melhores condições de alojar ali as grávidas, as prenhas, as paridas, as criancinhas. E aí é um recurso mínimo, é iniciativa, é responsabilidade. E aí está o Ministério Público de ir lá nesse presídio, de verificar *in loco* e de responsabilizar o Secretário, dando um prazo para que se construa ali aquela ala de atenção às mulheres grávidas e às mulheres com crianças de até 6 meses, que é o período que fica no presídio. Fica aqui essa chamada de atenção para esse fato pontual, porque choca qualquer pessoa.

O outro aspecto, e eu faço essa recomendação aqui: quem for visitar o presídio feminino não fique apenas nas oficinas de trabalho, não fique apenas na sala da diretora na escola, porque quando nós entramos tivemos a impressão que



tínhamos chegado no melhor dos presídios do Brasil. A diretora nos recebeu e disse: eu faço isso, isso, isso, isso. Ótimo. Entusiasmada, boa. Gostei. Saí de lá e disse que essa mulher devia ser Secretária de Segurança de Pernambuco ou quem sabe do Brasil. Mas quando a gente entra no presídio, aí está a revolta lá dentro e as mulheres dizendo: *“Vão visitar o Japão.”* O Japão. Eu me lembrei, porque nós temos um *china* aqui, que ficamos brincando com ele. É uma sala de castigo.

Aí, entramos em uma ala, e as próprias mulheres disseram: *“Aqui essa ala é a ala da elite, é a ala melhor.”* *“Vamos entrar nela, que é a melhor?”* Boa Viagem e Favela. Entramos em Boa Viagem. Meu Deus do céu. Ali é terrível. Mas pior é a Favela, pior é o Chapão. Ali dentro a droga reina. Em qualquer presídio.

Então, Secretário, queremos, esta CPI, voltar aqui, para visitar o presídio feminino, que é pontual. Ali, se não se tiver cuidado, vai pipocar. E a superlotação é maior do que no presídio masculino. Agora, os homens reagem mais. Os homens têm maior poder de reação. Mas o dia em que as mulheres cismarem de reagir ali dentro, cria-se outro motim e olha o rolo ali dentro,

Mas, gente, eu não quero me alongar, porque, na realidade, nós viemos aqui escutar. Nós viemos aqui ouvir de vocês, ouvir os problemas e ouvir sugestões. Eu anotei várias sugestões aqui, várias sugestões. Uma delas foi a questão dos presídios municipais, as cadeias municipais. E eu já falei com o Secretário: *“Vamos ter muito cuidado no trato dessa questão, porque eu também acho que os grandes presídios não têm sentido, que o preso tem que estar perto da sua família, no seu município, principalmente, se for possível”*. Mas a estrutura de segurança do Brasil, não é só a de Pernambuco e de Alagoas, é falha.

Pequenas cadeias públicas com 10, 15 presos ali dentro é muito passível de invasão para se tirar esses presos, porque estão invadindo delegacias para roubar armas, delegacias para tirar presos, executar presos. Então, não podemos ter esses pequeninos presídios, cadeias municipais. E corremos o risco de essa idéia ser absorvida como voltarem os presos a ficar na delegacias de polícia. Não se pode mais ter preso em delegacia de polícia, a não ser enquanto se conclui o flagrante para se encaminhar ao presídio.

Agora nós temos que ter presídios regionais, presídios médios. Presídios que abriguem 100, 200, 300, presidiozinhos pequenininhos, não. Presídios médios, que fica fácil de conduzir, fácil de administrar.



Nós observamos também que houve no Brasil, em especial em Pernambuco e Alagoas, o abandono do Estado no trato dos presos. Ninguém manda no Presídio Aníbal Bruno, a não ser os presos. O Estado só cuida do muro, só da parte de fora, para não saírem. E assim mesmo mal, porque fogem muito. Na parte interna, quem manda são os presos. Vamos tirar o chaveiro? Vamos. Eu acho mais prático esperar construir mais outros presídios, uns 10, para substituir o Aníbal Bruno, para poder tirar o chaveiro, porque, no momento em que tirar o chaveiro ali de dentro, vão tirar apenas teoria, mas, de fato, ele continua existindo. Talvez a chave na mão do agente. Vai ser difícil, porque é um costume, é um direito consuetudinário que os presos já absorveram.

Outro aspecto é a questão da mão-de-obra. Como é que nós temos aqui os agentes penitenciários numa greve que já dura mais de ano. Que não se tenha alternativas. Que não se resolve. E aí eu digo: vai resolver apenas atendendo todas as reivindicações, não, — e aqui eu sei que tem o Presidente do Sindicato dos Agentes — mas é tomando decisão. É dizendo: *“Olha, definimos: vai ser assim; quem quiser continuar, continue, quem não quiser, sai e vai procurar serviço em outro canto.”*

Agora, sabemos que temos que melhorar o padrão dos agentes penitenciários no Brasil inteiro. Temos que melhorar. E a Câmara está fazendo o seu papel, está cumprindo o seu dever. Nós estamos criando a Polícia Penitenciária, ou a Polícia Penal, como queiram chamar, no Brasil, e tentando dar uma conotação nacional. Estamos colocando na Constituição da República a Polícia Penitenciária, para que se tenha condições de fazer com dignidade o trabalho de cuidar dos presos no nosso Brasil.

Gente, muito obrigado. Eu não quero mais me estender. Quero mais é ouvir vocês *.(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Felipe Bornier) - Agradeço as palavras ao Deputado Francisco Tenório. Mais uma vez, aqui expresso essa satisfação de todos os Parlamentares desta CPI, que, realmente, não quer voltar a Brasília com braços abanando, e sim com resultados, cobrando, realmente, dos Governo aqui uma importância maior.

Com a palavra agora — já agradecendo, em nome da Comissão, a oportunidade de utilizar este espaço, aqui, na Assembléia de Pernambuco — a



Deputada Estadual Terezinha Nunes, Presidenta da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa.

**A SRA. TEREZINHA NUNES** - Bem, em primeiro lugar, saúdo o Deputado Neucimar Fraga, o Deputado Bruno Rodrigues e o Deputado Paulo Rubem, e, em torno deles, os demais Deputados; Secretário Roldão, juiz Adeildo, demais presentes, autoridades presentes.

Eu queria falar, e fiquei aqui me coçando, porque a gente tem, realmente, trazido muito esse debate aqui, na Comissão de Cidadania da Assembléia. E essa questão, por exemplo, do presídio feminino, foi debatida há 15 dias aqui, foi trazida inclusive uma denúncia do juiz das execuções penais, sobre a presença das crianças na penitenciária. E nós trouxemos todo mundo aqui, e ficou acertado que será construída uma creche. E a informação que nos deram, o Governo do Estado, era que dentro de 15 dias iniciava a construção da creche e que até o final do ano existiria, lá no presídio feminino, uma creche para abrigar as crianças que estão lá, porque realmente é um absurdo o que acontece com as crianças, presas com as mães no presídio feminino. Mas isso foi...

Agora, para vocês terem uma idéia do descaso com o sistema penitenciário, a diretora da penitenciária só conseguiu recursos para construir essa creche com 13 empresas privadas. Foi de uma em uma, até conseguir os recursos. Eu não vou culpar aqui o Secretário Roldão, porque eu sei que o sistema penitenciário é o primo pobre do sistema brasileiro, hoje. É preciso a gente alertar para isso. Ninguém quer saber do sistema penitenciário. As pessoas que cuidam do sistema penitenciário estão sentadas num barril de pólvora, não dormem de noite, não dormem de dia, porque ninguém consegue ter paz cuidando do Aníbal Bruno, ninguém consegue ter paz cuidando da penitenciária feminina de Pernambuco, como não consegue ter paz cuidando da penitenciária de Caruaru.

Agora, eu gostaria de dar um depoimento aqui e dizer por que não tem rebelião em Caruaru. Eu acho que isso é um exemplo a ser seguido. A penitenciária de Caruaru é a única penitenciária de Pernambuco em que o município se envolve com ela. O Município de Caruaru participa, a Prefeitura participa da gerência do presídio de Caruaru. Os empresários oferecem emprego para os presos em Caruaru. Têm trabalhos dentro da penitenciária para os detentos. Então, eles fabricam confecções lá. Então, há uma mobilização da sociedade do Município de



Caruaru em torno desse presídio. Daí porque tem muito mais gente do que em todos os outros presídios e não tem rebelião, porque há uma mobilização da sociedade.

E aqui, o que está acontecendo, e acontece no Brasil inteiro, é que os Prefeitos dão as costas para o sistema penitenciário. Fazem de conta que não é com eles, deixam tudo na mão do Estado. E se os Prefeitos não entrarem, tanto na área do sistema penitenciário quanto na segurança, não vamos resolver o problema do Brasil. Eu não acredito que se resolva o problema da segurança e muito menos do sistema penitenciário só na mão do Governo do Estado. Tanto o Governo Federal tem que se envolver fortemente, quanto o município, sobretudo o município. Temos que começar a cobrar dos Prefeitos essa cota de responsabilidade deles. Por enquanto, eles estão fazendo de conta que não é com eles.

Aqui se falou em questão de votos. Preso não vota, por isso que os Deputados, os políticos, não ligam para presos. Não é verdade. Eu acho que não é problema de voto; é problema de que, como eu disse, o sistema penitenciário é o primo pobre. Ninguém quer saber: Governador não quer saber; os outros Secretários não querem saber. Quando o Secretário da área vai solicitar recursos, não têm recursos. Todo mundo corta o que tem que ir para o sistema penitenciário e obriga o Secretário a manter uma penitenciária como o Aníbal Bruno. Eu não queria estar no lugar dele, porque eu não ia dormir de noite, sabendo que o Estado só cuida mesmo dos muros da penitenciária, porque lá dentro é a corrupção, é o chaveiro, é a morte, como está denunciado pelo Promotor Marcellus. Eu entreguei, ele não pôde vir, mas mandou dizer que existe dentro do Aníbal Bruno um grupo de extermínio. Dentro do Aníbal Bruno. Está denunciado aqui, pelo Dr. Marcellus, que todo mundo conhece, aqui, Promotor das Execuções Penais. Mandou por escrito. Dentro do Aníbal Bruno existe um grupo de extermínio.

Então, a situação é essa. Eu queria somente dizer, por fim, que nesta Assembléia Legislativa, a Oposição — eu sou oposição ao Governo do Estado — tem mantido uma posição aqui, em relação à área de segurança, de extremo equilíbrio e de apoio às atitudes do Governo. O Governo tem obtido, da Oposição desta Casa — eu que presido a Comissão de Cidadania, que cuida da área de segurança —, todo o apoio necessário. Nós estamos inclusive evitando muita cobrança, porque entendemos a dificuldade do sistema. Agora, queremos e pedimos aos Deputados Federais que nos ajudem, que ajudem Pernambuco, que ajudem





sobretudo o Nordeste, porque eu acho que nos outros Estados é a mesma coisa. Porque aqui, com os recursos que os Estados têm para manter educação, saúde e todos os outros setores, realmente é muito difícil. E área de segurança fica em último plano, e o sistema penitenciário em último dos últimos planos — essa é que é a verdade.

Então, é preciso esse apoio, é preciso que se denuncie isso, que a população saiba disso, e que fique alerta para isso, porque, da forma como está... O povo de Pernambuco não quer mais penitenciária. Nós aprovamos uma lei na Assembléia, de minha autoria, este ano, proibindo a construção de penitenciária em área urbana do Estado, para ver se a população aceita as novas penitenciárias, porque as 2 últimas construídas, uma foi em Jaboatão, uma penitenciária modelo para jovens foi destruída pela população; teve o Ministério Público que ir para lá para assegurar que a penitenciária fosse concluída. Só tem 40 meninos lá; é uma penitenciária modelo. Depois uma penitenciária feminina em Garanhuns foi desativada pelo atual Governador por pressão da população; uma penitenciária nova, feminina. O povo não quer mais nem penitenciária feminina, porque o povo — alguém disse aqui — quer que joguem preso no mar — essa é que é a verdade. A gente tem que trabalhar com essa realidade. Agora, a gente não pode deixar isso acontecer. E, se a gente não quer deixar isso acontecer, a gente tem que se unir, tem que denunciar e tem que buscar soluções.

Então, eu acho que esta decisão da Comissão de estar aqui, de dizer o que disse aqui, de mostrar o que viu, que eu também já vi, e saí perplexa do Aníbal Bruno... Eu acho que é preciso mostrar, denunciar e resolver. Ter solução. Precisamos de solução.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Antes de passar a palavra para o Relator, a Sra. Aglany solicitou a palavra, e nós vamos conceder a palavra para ela pelo tempo de 3 minutos, que está também representando aqui os agentes.

Logo em seguida, o Deputado e Relator Domingos Dutra vai estar com a palavra.

**A SRA. AGLANY MARIA DE ALMEIDA** - Boa-tarde. Na pessoa da Deputada Terezinha eu cumprimento todos os representantes dos Poderes aqui presentes.



Eu gostaria só de fazer uma correção. Eu fiz uma inscrição como cidadã e não como agente penitenciária, embora eu seja agente penitenciária, e eu vou dividir o tempo com uma pessoa que representa nossa categoria.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Nós já tivemos um representante dos agentes, já falou o Presidente do Sindicato.

**A SRA. AGLANY MARIA DE ALMEIDA** - Mas é porque um colega nosso havia se inscrito também. Um minuto e meio para cada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Um minuto e meio. Vou ser rigoroso com o tempo por causa do horário nosso.

**A SRA. AGLANY MARIA DE ALMEIDA** - O.k. Então quero aproveitar para ser bem rápida.

Eu ouvi a fala de todos vocês, pessoas que conhecem muito bem não só o Aníbal Bruno como o sistema penitenciário no Brasil todo, conhecem nossas dificuldades, a gente não precisa elencar aqui. Mas uma coisa eu queria dizer. Principalmente agora, no final, a Deputada Terezinha Nunes, e um outro Deputado também, disse que o Estado está responsável só pelos muros e não pela cadeia em si. Se isso fosse verdade, não existia mais nenhum preso dentro do Aníbal Bruno. Eu gostaria de afirmar isso, até porque, se dependesse deles todos, eles estariam na rua.

A gente sabe, sim, que o Estado é omissivo, de todas as dificuldades que existem lá dentro, mas os poucos agentes penitenciários e policiais militares que são disponibilizados a trabalhar no Aníbal Bruno têm procurado fazer a sua parte e têm feito, sim. Caso contrário, essa rebelião teria tido um número de mortos muito maior, de uma proporção muito maior, porque nós estávamos dentro do Aníbal quando a rebelião estourou, e nós só tivemos 3 mortos num ambiente onde 4 mil homens estavam se rebelando, e armados de madeira, de pedra. Então, se eles quisessem, se tivesse grupo de extermínio organizado para matar preso dentro do Aníbal Bruno, isso teria acontecido. A gente sabe que tem grupo de extermínio lá dentro, porque a polícia está fazendo o seu papel, prendendo e mandando lá para dentro, que é o lugar. Mas, organizado para matar, eu me surpreendo com isso.

Uma outra coisa que eu queria falar é que se a gente discute muito e fala muito sobre a situação do preso — e nós também estamos presos dentro do Aníbal Bruno, nós, os agentes penitenciários, os técnicos, os advogados, e não só no



Aníbal Bruno, em todas as unidades prisionais, porque, além das dificuldades para se fazer o trabalho, tem a questão da discriminação que nós sofremos, os baixos salários, a falta de pessoal para executar o trabalho.

Hoje, a Comissão esteve no Aníbal Bruno e viu a sala de revista, onde é feita a revista das mulheres que entram para dentro da unidade: 2 ou 3 policiais militares, ou agentes penitenciárias, para visitar 10 mil mulheres. Isso é humanamente impossível. A gente precisa olhar os parentes, as mães, esposas e filhos de detentos que estão lá fora, mas a gente precisa olhar também a situação das profissionais e dos profissionais que estão ali dentro trabalhando. Nós temos 7, 8 homens para tomar conta de 4 mil homens. Isso é humanamente impossível.

E, aí, eu queria aproveitar a minha fala para perguntar para o Estado de Pernambuco, os representantes do Estado, e do Governo Federal, o que é que vai ser feito com o Aníbal Bruno, porque se fala de decisões para se tomar a médio a longo prazos, porque, para mim, passou de 6 meses, já é médio prazo, não é curto prazo. O que é que vai ser feito daqui a 8 ou 10 dias, quando os policiais militares e os policiais civis que vocês presenciaram dentro do Aníbal Bruno precisarem sair? Como é que nós que estamos trabalhando 8, 10, 18 horas por dia vamos ficar ali dentro? Quem vai garantir a nossa segurança? Porque a gente trabalha ali dentro, a gente se acostumou de um jeito com... Eu passo, e o Diretor, e os nossos colegas, entre os presos sem ter noção, a gente tem noção do risco que nós corremos, mas, agora, a gente passou a ter uma noção muito maior daquilo. O que é que vai acontecer, porque no dia em que estourou a rebelião no Aníbal Bruno, entre os vários motivos de insatisfação que os presos tinham, um dos pontos foi a questão da demora da visita: a mãe e a esposa que chegam às 6h da manhã e só vão entrar de 1h ou 2h da tarde, porque nós só temos 2 ou 3 policiais militares para revistar as milhares, 3 ou 4 PMs para revistar as bagagens, que vocês puderam ver que são muitas.

Então, o que é que vai ser feito quando esses policiais que estão hoje reforçando a guarda interna saírem de dentro do Aníbal Bruno? Como é que nós vamos trabalhar até que se desative o Aníbal Bruno, até que se retirem os presos lá de dentro? O que é que o Estado e o que vocês vão lançar como proposta para resolver esse problema? Porque nós também, tanto quanto os presos, nós temos



filhos, maridos, esposas, e nossos familiares que estão nos esperando em casa.  
(Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O.k.

É o Ricardo ou o Nestor? Seu nome é?

**O SR. RICARDO COUTINHO VALENÇA** - Ricardo Valença.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Ricardo Valença. Com a palavra, então.

**O SR. RICARDO COUTINHO VALENÇA** - O senhor no início falou que quem quisesse fazer denúncias que utilizasse aqui o espaço, só que antes eu gostaria de fazer um rápido preâmbulo.

O Secretário falou aqui que as pessoas não sugerem propostas para mudar e melhorar o sistema penitenciário. Não existe aqui no Estado pessoa ou sindicato que aja mais apresentando propostas no sentido de modificar, e denunciando também irregularidades, do que o Sindicato dos Agentes Penitenciários, e muito na pessoa do Sr. Breno Rocha.

Em segundo lugar, eu gostaria de saber primeiro dele qual é o projeto da Secretaria que ele hoje comanda, porque ele é o Secretário da Pasta, e existe um Secretário Executivo. Ele todo dia vai para a imprensa e para todos os órgãos de comunicação, meios de comunicação, dizer que o projeto dele é cadeias públicas. O Secretário Executivo dele já tem outra proposta, que é construir 2 complexos penitenciários, cada um para 3 mil presos.

Então, primeiro, Secretário, eu acho que o senhor deve discutir com o seu secretariado qual é a política de vocês, para ficar num único discurso, ao invés de ter 2 discursos numa única Secretaria. Isso é um absurdo.

E quanto a sugestão, o senhor tem que parar de pedir sugestão e trabalhar, porque o senhor é quem ganha para isso. A gente ajuda, mas o senhor é quem ganha para isso. A culpa não é minha.

Agora, vamos lá para as denúncias.

Eu estive aqui na Comissão de Cidadania, convidado pela Deputada Terezinha Nunes — ela lembra muito bem disso — faz 2 meses, depois de ter feito denúncias envolvendo a colônia penal feminina, na qual eu era lotado à época. Cheguei para trabalhar num dia de domingo, salvo engano — sábado ou domingo —, e fui entrar na sala da segurança, que é a sala onde os agentes ficam. Para minha



surpresa, a chave não se encontrava com o cabo da guarda — que a PM está lá —, com um outro agente colega nosso, mas sim com uma presa, lá no pavilhão — a chave da sala da segurança, sala essa onde é armazenada munição, algemas, coletes balísticos, vários relatos de operações a serem realizadas em conjunto com a Polícia Militar... E fui ao pavilhão, peguei a chave da presa, e relatei em ocorrência, informei ao Presidente do Sindicato, Breno Rocha, que já denunciou de imediato na imprensa. Aí, sim, a Deputada Terezinha Nunes tomou conhecimento e nos convidou a participar aqui da audiência. Nós viemos, prestamos informações, não só acerca desse fato gravíssimo que é uma presa estar portando munição, até porque é crime portar, deter, enfim, arma de fogo, acessório, munição, está lá previsto no Estatuto do Desarmamento. E denunciemos outras coisas, como, por exemplo, a agente penitenciária que trabalha na Colônia Penal, ela para tomar o banho, no horário de intervalo, ela toma banho de cuia. Então, os Deputados que são de fora, que têm outra cultura, cuia é qualquer lata ou pedaço de lata. A pessoa põe no tonel, puxa a água e vai se banhando. O refeitório das presas, a diretora acabou e inutilizou, para poder dar vez a uma outra empresa oferecer, segundo ela, trabalhos para as presas. Enquanto isso, a presa almoça na quadra, no chão, junto com o seu filho. Eu tenho imagem disso, que eu gravei na câmera filmadora. Enfim, depois de relatar tudo isso aqui na Comissão de Cidadania, antes já tinha ido para a imprensa, uma série de outros argumentos, rádio, mas, depois de ter vindo aqui, chamado pela casa do povo, no dia seguinte o Secretário me transferiu para o gabinete do Superintendente, onde eu estou lotado até hoje, há 2 meses, sem fazer nada. Não me dão atribuição nenhuma, missão nenhuma, ou seja, só para ficar lá, caladinho. Tenho que... vou lá todo dia, passo o tempo lá, assino o meu ponto, vou para casa. Ou seja, é dinheiro público desperdiçado, certo? Essa é uma denúncia. Outra denúncia muito grave também, prevista na lei, no Estatuto do Desarmamento: nós conseguimos, diante de muito embate, muita luta, o Governo anterior, que o Governo comprasse, adquirisse armas e munições para o sistema penitenciário e que atendesse a lei, a dotação de armamento estabelecida pelo Exército, que diz que temos que usar fuzis, armas calibre ponto 40, espingarda calibre 12, e que a Polícia Federal determinou um curso de 112 horas/aula de tiro para o agente poder se habilitar a trabalhar com aquele armamento. Resultado: o Secretário acaba de desviar do sistema penitenciário 85 mil cartuchos de arma ponto 40, para onde eu



não sei. Eu sei que ele desviou 85 mil cartuchos. Então, eu queria que ficasse registrado aqui, tá certo, essa denúncia, que é grave. A gente já não tem recurso e o único que chega o Secretário desvia. Oitenta e cinco mil cartuchos ponto 40. Durante a rebelião do Aníbal Bruno, essa já é uma outra denúncia, um colega nosso lotado no Aníbal Bruno, Carlos Frederico Marques...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Só para esclarecer. Quando você fala “desviou”, desviou para outro órgão ou desviou do setor público para o setor privado?

**O SR. RICARDO VALENÇA** - Aí, eu não sei..., eu acho que foi para outro... Não sei. Mesmo que se foi para outro órgão, não pode, porque o Exército é quem controla o recambiamento de munição de uma instituição policial para outra. Então, mesmo que seja para outro órgão de segurança pública do Estado, não pode, sem a aquiescência do Exército. Existe o Regulamento 105 do Exército, que determina.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Ok.

**O SR. RICARDO VALENÇA** - Então, o Comandante da PM não pode doar para a Polícia Civil, e vice-versa. Então, está aí uma infração. Um crime e uma infração administrativa. O colega Carlos Frederico estava dando apoio na rebelião lá do Aníbal Bruno. Ele estava de férias, mas nós temos uma praxe aqui no Estado, quando tem alguma unidade rebelada, agentes de outras unidades vão lá socorrer os colegas, que outrora trabalharam juntos, e devido também à defasagem de policiais. Então, o colega, nas férias, foi lá prestar socorro aos colegas, aos outros colegas que lá estavam combatendo, tentando debelar aquela rebelião, e foi acusado pelo Secretário, Humberto Viana, de estar tirando fotografias e vendendo, fato que não é verdade. Fato que não é verdade, até porque vários agentes policiais militares têm lá, que hoje todo mundo tem sua câmera e todo mundo fotografa, e isso não tem nada a ver. Ele reuniu com mais 2 ou 3, né, entrou ele e o primo dele, segurou o agente, eles seguraram o agente e roubaram a arma do agente. Roubaram a arma do agente. A arma registrada. O agente prestou queixa na delegacia já de São Paulo e até agora essa arma não apareceu. Já prestou queixa na delegacia, protocolamos ontem com ele uma denúncia junto ao Procurador-Geral de Justiça, e até agora essa arma não apareceu. Então, é uma denúncia gravíssima. O colega foi lá para ajudar e teve sua arma subtraída ilicitamente. E ele não é autoridade para fazer esse tipo de serviço. Se ele quisesse, ele chamava um



delegado, pedia para o delegado verificar se a arma era registrada ou não, aí sim o delegado é autoridade competente para isso e faria. O agente tem arma registrada, arma própria, comprada do seu próprio bolso, e foi lá para ajudar e teve sua arma subtraída. Então, aqui, até agora, o Estado, ninguém tomou providência... Só resta apelar para as autoridades federais, porque isso é inaceitável. Uma outra coisa também é que hoje saiu um decreto, uma mensagem do Governador para a Assembléia Legislativa, no sentido de proibir que o agente penitenciário faça declarações, como eu estou fazendo aqui agora. Ou seja, cercear todo tipo de informação para quem quer que seja. Eu estive aqui na casa do povo Joaquim Nabuco e no outro dia fui transferido e não ouvi nenhuma resposta, nem por conta do representante desta Casa, nem de outra Casa. Então, eu peço aqui que o Deputado Federal, que tem poder de ingressar com uma ação direta de inconstitucionalidade, já leve essa denúncia que está na sua mão e ingresse imediatamente contra esse abuso feito pelo Governador Eduardo Campos, que mesmo que seja aprovada, eu, particularmente, não vou calar a minha boca. Não tenho medo do Governador ou de Secretário. E outra coisa que eu gostaria de esclarecer: agente penitenciário tem medo de muito pouca coisa. Muito pouca coisa. Não vai ter medo de um Governador ou de um Secretário que venha a todo instante nos ameaçar. Então, se estão pensando que a gente tem medo, pode tirar o cavalo da chuva, que a gente segura, passou aqui 2 anos segurando PCC, aqui na Penitenciária Barreto Campelo, segurando integrantes do Terceiro Comando, do Rio de Janeiro, Falange, o Comando Vermelho...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Para concluir.

**O SR. RICARDO VALENÇA** - Então, eu peço que sejam tomadas medidas no sentido de que sejam corrigidos esses abusos. Muito obrigado a todos. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Agradecemos ao Ricardo. Com a palavra o Relator.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, demais presentes nesta sessão, creio que aos poucos a CPI vai encontrando o seu rumo, e esta visita a Pernambuco, apesar do pouco tempo, mas eu acho que ela foi bastante produtiva, por aquilo que a gente viu, lamentavelmente, mas também pelas sugestões positivas que nós estamos levando daqui. E também porque eu creio que todos nós, Deputados, a exemplo da grande maioria das autoridades, sempre



ficamos muito distantes dessa realidade. Os presos são seres humanos invisíveis. Todos nós estamos aprendendo com esse sofrimento.

Antes de fazer algumas indagações, eu queria fazer alguns pedidos, Presidente. Primeiro, pedir a todos que estão aqui que quem tiver documentos que possam servir à CPI para nos entregar hoje ou nos remeter posteriormente. O endereço, vamos deixar. Os agentes penitenciários informaram que têm quilos de documentos com denúncia. O senhor Promotor informou que há um trabalho feito aqui com várias propostas. Então, gostaríamos de ter os documentos.

Também pedira que nos mandassem por e-mail sugestões que possam ser transformadas em sugestão de políticas públicas para os governos, mas também de iniciativa legislativa, que nós vamos apresentar ao Congresso Nacional. Portanto, o que tiver de proposta, agradecemos penhoradamente, porque esta Comissão, o maior saldo dela é se conseguirmos oferecer sugestões viáveis, inclusive legislativas, já que temos muitas propostas no Legislativo, por companheiros e Deputados que não convivem com a realidade.

Queria, independente da avaliação da inutilidade do mutirão, Sr. Presidente, mas eu acho que os apelos que nós ouvimos hoje, independente de outras denúncias, mas 99% dos presos reclamaram da falta de assistência jurídica. Ou por não ter advogado ou por não conhecer advogado. Tem inclusive preso que recebeu a sentença, segundo ele, e não foi para a audiência. Processos parados. Então, eu gostaria que o Governo do Estado, que está presente, a Defensoria Pública, que está presente — o Poder Judiciário não está presente... *(Pausa.)* Segundo fui informado, está... Mas está o Juiz de Execução. E eu queria saber se ele responde pelo Tribunal, senão, a Execução, que assumisse o compromisso de pensar nesse mutirão, porque essa é a queixa mais grave que nós ouvimos. Se houver esse compromisso aqui, acho que estamos resolvendo muita coisa.

E já faria uma pergunta: agentes do Presídio Aníbal Bruno nos informaram que se houvesse um mutirão jurídico talvez mil presos sairiam dali. Ou iam embora ou mudariam de regime. Isso significaria diminuir a superlotação, significaria economia para todos nós. Independente se esse é o número, mas esta é uma realidade. Gostaríamos de ouvir as pessoas presentes sobre esse pleito.

Segundo, gostaria que mandassem soltar, ou verificasse, ou tirassem dali, do Presídio Aníbal Bruno, o menor de 16 anos chamado Marinildo de Elóis de Lima. Ele





está na Cela 2 do PN. Está com 2 anos e 6 meses. Portanto, ele entrou ali com 14 anos de idade. E isto não depende de Governo Federal, não depende de Governo Estadual, depende de gestão do sistema. Gostaria que...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Repita o nome, por favor, Deputado.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Miranildo de Elóis de Lima. Ele está no PN, é Pavilhão N, cela 2. Eu não sei se ainda tem... Ele tem 16 anos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Relator.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Pois não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - É só para colaborar. Eu sei que a informação está passando por V.Exa. V.Exa. está fazendo uma solicitação, mas acho que devia fazer uma solicitação anterior, para confirmar se essa é a idade dele mesmo, não é? Porque, talvez, ele esteja falando, e a gente não sabe se essa é a idade. Se a idade dele realmente for essa, realmente ele não deveria estar ali. Então, acho que a direção tomaria as providências a partir da constatação se realmente ele fala a verdade em relação à idade.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Tudo que a gente passar aqui, como nós estamos visitando, deve ser checado pelos órgãos competentes, já que deve ter uma margem aí de declarações que podem não conferir.

Há também um apelo de um caminhoneiro chamado Abelar Lopes. Também está no Pavilhão N... Na triagem, aliás. Está na triagem, 35 homens estão lá. Segundo ele, ele é caminhoneiro do Paraná, está preso desde o dia 19/10. Ele recebeu um cheque clonado e foi preso por conta desse cheque que deram para ele. Ele foi descontar e foi preso. Gostaria que, se pudessem, também verificassem a situação desse cidadão. O caminhão está... Foi abastecer, está em um posto de gasolina, etc. Depois, posso dar dados. Mas acho que quem for lá na Cela nº 3, na triagem, é fácil identificar esse caminhoneiro, e parece que a declaração dele é bastante real.

Queria também solicitar... Nós, no presídio feminino, nós vimos uma senhora — e aí fica para o Ministério Público tanto quanto para a Defensoria — , está na Cela 17, me parece. É a senhora Mara Conceição da Silva. Ela tem 77 anos, com vários problemas de saúde. Estaria ali, segundo ela, teria sido acusada de ter assassinado o seu filho. E, segundo ela, ela estava no hospital. Gostaria também



que pudessem examinar a situação dessa senhora, pela idade, que é um caso bastante simbólico.

Também tem uma senhora no presídio feminino, a D. Rosineide Lúcia da Conceição. Eu estou aqui com a sentença dela. Ela foi absolvida no dia 17 de setembro, aqui. Ela foi acusada de tentativa de homicídio. O Ministério Público transformou em uma lesão corporal, ela foi absolvida e responde por um crime de homicídio em São Paulo, em Jabaquara. O juiz daqui já mandou transferir. Segundo ela, o Estado diz que não tem recurso para fazer a transferência. Gostaria também que a direção aqui, o Governo do Estado verificasse a possibilidade de transferir essa pessoa lá para o Estado de São Paulo.

Ratificando o que foi dito aí por vários Deputados, eu gostaria que o Estado separasse, primeiro, separasse as mães. As mães, botassem em uma cela, as gestantes, botassem em outra cela e também as mulheres doentes. Não são muitas. Fica muito ruim ficar crianças, gestantes, mães misturadas com outras tantas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Deputado, só para tirar uma dúvida. Quando o senhor se refere às mães, são as mães recentes?

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - As mães recentes, que estão com os filhinhos lá, com as crianças. Obrigado, Sr. Presidente. As mães que estão com as suas crianças ali. Eu acho que não custaria nada fazer a separação delas já que todas as celas estão superlotadas, e agrava porque são crianças como V.Exa. bem relatou.

Queria solicitar também — houve denúncia de todas, e eu estou falando de todas porque houve reclamação de maus tratos no presídio feminino, principalmente pela pessoa que trata mais diretamente com os presos — que houvesse orientação para um tratamento mais humano. E aí são todas, para evitar que haja represálias sobre elas.

Sr. Presidente, algumas perguntas. Essas são as sugestões que eu gostaria de deixar aqui para o Governo do Estado porque eu acho que são medidas que podem ser tomadas e podem, talvez, minorar um pouco a situação desses presos. Eu queria perguntar, assim, rapidamente, para os agentes, qual o salário deles. Bem objetivo: os agentes, o salário, e qual é a quantidade de agentes no Estado? Qual é a quantidade necessária? Quantos agentes foram mortos nos últimos tempos? Quais são os traumas que sofrem diante dessa pressão e se tem algum tipo de ação



do Estado, de apoio psicológico, etc., e capacitação? Gostaria de fazer essas perguntas para os agente.

Para a Sra. Defensora, gostaria de fazer a pergunta: quantos Defensores seriam necessários hoje para atender à demanda? Perguntaria ao Sr. Adeildo Nunes quantos municípios são termos aqui e qual o déficit de juizes na sua opinião? São termos, não são comarcas, são termos agregados a comarcas, que é um problema, no meu Estado, por exemplo, é dramático. Queria saber quantos institutos médicos legais existem no Estado? Quantos têm e onde é que estão, porque o Instituto Médico Legal é fundamental para a boa saúde do processo penal. Queria perguntar ao juiz e também ao diretor da..., ao secretário que está respondendo pelo sistema. Houve muitas reclamações sobre adiamento de audiências. Para alguns presos foi marcada audiência 4 vezes, e não houve audiência, e isso tem repercussão. Queria saber qual é o motivo desses adiamentos? Quais são as causas? Quantas são as escoltas também? Qual é a distância lá do presídio para o Fórum? Queria perguntar ao Secretário que está respondendo pela penitenciária qual é o critério de nomeação dos chaveiros, porque os chaveiros estão respondendo pela função do Estado. Qual é o critério dessa escolha? Nós encontramos lá cantinas, que são as de chaveiros, que já alugaram para presos, que estão pagando uma renda e estão empregando. Tem uma cantina que ele emprega 3 pessoas. Uma microempresa na mão de um preso, que tem lá uns 5 ou 6 homicídios.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Ali é bom, que a microempresa não paga imposto nenhum.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Exatamente. Queria saber também do sistema se tem processo de punição por irregularidade, por corrupção ou qualquer outro tipo de irregularidade no sistema. Perguntaria também — tem 4 juizes presos — por quais motivos? Se existe algum outro preso com esse status social, por corrupção, por fraude? É para ir avançando, Sr. Presidente?

Eu perguntaria ao Dr. Bruno, da Paraíba... Já foi? Eu perguntaria ao secretário que cuida do sistema se há organizações criminosas identificadas como organizações do sistema penitenciário de Pernambuco e se essas organizações têm vínculo com outra organização fora do Estado e quais são? Queria também perguntar se há algum indício de participação de advogados com essas organizações que vai além da atividade profissional? Que tipo de atividade os



advogados têm que facilitam a reprodução do crime, que fortalecem essas organizações? De preferência citar nomes e se há algum processo disciplinar na Ordem dos Advogados do Brasil em relação a isso?

Eu queria fazer a última pergunta, Sr. Presidente, uma pergunta bem simples. Qual o Governador de Pernambuco que já fez alguma visita a presídio aqui? E se os Juízes de Execução e os Promotores visitam os presídios, não diria mensalmente, mas de uma forma mais constante. Se visitam os presídios, se conversam com os presos ou se dirigem apenas a direção da penitenciária? Sr. Presidente, eram essas as perguntas e os pleitos, o requerimento que a relatoria faz.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Sr. Presidente, é só um detalhe. Primeiro, como eu informei ao Dr. Marco Aurélio, quando nós aprovamos a Emenda Constitucional 53, que cria o Fundo para a Educação Básica, na regulamentação da emenda foi aprovada uma proposta de nossa autoria, que assegura ao sistema prisional a abertura de classes de educação de jovens e adultos e de ensino médio, considerando que essas matrículas são parte da rede estadual de matrículas para fins de recebimento dos recursos do FUNDEB. Então, está dada a base constitucional e a base legal para que as unidades prisionais, em entendimento com o Conselho Estadual de Educação, possam oferecer, de maneira programada, sobretudo para aqueles que já estão cumprindo sentença, a oportunidade de voltarem ao sistema educacional. E esse *per capita*... cada preso sentenciado que for oferecido a ele uma matrícula, ou para jovens e adultos, ou para conclusão do ensino fundamental ou do ensino médio, vai contar, para que o Estado possa receber recursos do Fundo para a Educação Básica. Essa é uma questão. Uma outra questão, eu pediria aqui, que falo em nome de todos os Deputados que estiveram lá no Bom Pastor, ao Secretário, Dr. Roldão Joaquim, que seja estendido também esse apelo ao Secretário-Executivo, Coronel Humberto Viana, para que o Governo do Estado dimensione, de imediato, uma intervenção, para que essas crianças que ficam com as mães até 6 meses, elas tenham um local apropriado. Nos disse lá, a diretora do presídio, que está sendo construído um berçário, em conjunto com a iniciativa privada, através de uma parceria, não me recordo bem se foi esse o termo, mas é importante que essas crianças não apenas possam dispor de um espaço adequado para permanecer durante o dia, mas que elas não fiquem na cela, porque todas as celas que nós visitamos são absolutamente insalubres. Eu dizia à



Dra. Ana, que ela passou por uma situação de risco no inverno. Qualquer uma daquelas crianças poderia ter sido acometida de uma infecção pulmonar e ter morrido em alguns dias, que é o risco maior, ao lado da diarreia e da infecção intestinal, que mata as nossas crianças até 28 dias de nascidos ou até 1 ano de nascidos. Então, se está se otimizando a construção desse berçário, que se possa assegurar, não só para a permanência durante o dia, mas que elas não durmam nas celas com as mães, porque o que nós vimos lá é uma condição de absoluta insalubridade. Queria até... Se uma promotoria da saúde fizer uma inspeção, vai interditar aquelas celas, porque...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Queria pedir silêncio, por favor.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Muito antes das mães, correm risco de morte essas crianças que estão lá até os 6 meses.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Nós vamos passar a palavra agora ao Secretário, Dr. Roldão, para que possa se manifestar a respeito de alguns questionamentos que foram feitos. Como o Governo do Estado e a sua Pasta foi a mais citada, acho prudente passar a palavra, para que o mesmo possa fazer uso para a réplica de todos os depoimentos que foram feitos aqui pelos inscritos e convidados. Então, eu passo a palavra ao Dr. Roldão. A Comissão de Direitos Humanos queria fazer uma reservada com a CPI. Nós estamos designando o Relator, Deputado Domingos Dutra, acompanhado do Deputado Felipe Bornier, para que possa, em um outro ambiente aqui reservado, fazer o relato ao Relator. E nós vamos continuar aqui o nosso depoimento, ouvindo agora o Secretário, Dr. Roldão.

**O SR. ROLDÃO JOAQUIM DOS SANTOS** - Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu anotei as indagações e as responderei objetivamente, por uma medida do tempo. Primeiro, o Orçamento do ano que vem do Estado são 12 milhões de reais, está previsto no nosso Orçamento, e a previsão é de construção de 2 presídios estaduais. O número 2 é indagação do Deputado William Woo: "Quantos presídios estão previstos para o próximo ano?" Eu já acabei de dizer que são 2 presídios.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Secretário, o senhor poderia, só para tirar dúvida nossa: esses 2 presídios que serão construídos, com capacidade para quantos presos cada um?



**O SR. ROLDÃO JOAQUIM DOS SANTOS** - A expectativa é de 3.000 presos para cada um.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - São construídos 2 presídios...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. ROLDÃO JOAQUIM DOS SANTOS** - De 3.000 presos para cada um.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Vai construir um presídio para 3.000 presos?

**O SR. ROLDÃO JOAQUIM DOS SANTOS** - Exatamente.

*(Intervenções simultâneas fora do microfone. Inaudíveis.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Fica aqui...

**O SR. ROLDÃO JOAQUIM DOS SANTOS** - Apenas tem que levar em consideração apenas o seguinte, com “permissíssima” vênica da intervenção *(ininteligível.)*, é que se esses presídios estão previstos com área para essa quantidade, evidentemente será dentro de toda a técnica, toda a modernidade que é possível e não comparável com o Aníbal Bruno. Não se pode construir muros para botar...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - É com qual custo, Secretário?

**O SR. ROLDÃO JOAQUIM DOS SANTOS** - Essa decisão de custo ainda, realmente, não tenho.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Porque o senhor está falando que é um investimento de 12 milhões, para resolver o problema de 6.000 vagas. Pelo que nós estamos acompanhando em relação à DEPEN e ao Governo Federal, a gente percebe que, assim, está muito aquém. Agora, não cabe à CPI...

**O SR. ROLDÃO JOAQUIM DOS SANTOS** - Há uma explicação, há uma explicação para a obtenção desse...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Eu só queria deixar claro, nós estamos fazendo intervenção como sugestão, não cabe à CPI interferir no projeto do Governo. Fica aqui uma preocupação da CPI, viu, Secretário? Não é uma interferência, nós não queremos fazer. Fica só a preocupação da CPI, porque hoje o DEPEN — Departamento Penitenciário Nacional, ele está trabalhando com a proposta livre nacional de presídio de, no máximo, 800 presos; 500 é o número



administrável, é recomendação do DEPEN. Se o Estado de Pernambuco quiser ter acesso a recursos federais para a construção de presídio, seria importante que o Estado pudesse também estar adaptado à proposta do DEPEN. Isso facilitaria muito a parceria, porque, com essa proposta, a CPI não vai fazer interferência, mas nós vamos deixar aqui registrada a nossa preocupação de ter mais 2 Aníbal Bruno construídos no Estado de Pernambuco. Então, que fique a preocupação. Queríamos solicitar, em nome do programa do DEPEN e por recomendação da CPI, que o Estado pudesse rever a construção de mais 2 presídios, com capacidade para 3.000. É uma recomendação, uma sensação, não é interferência, que nós não temos esse poder, mas fica aqui a nossa preocupação.

**O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO** - Presidente, só uma observação, eu queria a sua permissão. É uma pergunta que eu não fiz, queria que o Secretário anotasse, para nos responder: qual o percentual de presos que está cumprindo pena? E qual o percentual que está aguardando sentença? Para que a gente tenha esses números estatísticos, para nossas avaliações futuras. E o outro aspecto é que o próprio Secretário tem consciência, conforme ele disse, como sugestão, que os pequenos presídios têm maior praticidade no trato com o preso do que os grandes. Então, não tem sentido esse planejamento de 2 grandes presídios no Estado de Pernambuco. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Com a palavra...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - É verdade.

*(Intervenções fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O Secretário tem a palavra, para continuar a sua explanação.

**O SR. ROLDÃO JOAQUIM DOS SANTOS** - Eu queria só fazer 2 observações. A primeira delas é que eu estou..., me propus a responder as indagações que foram feitas, eu não estou discutindo o mérito aqui. Todo o mundo sabe, apesar de o agente penitenciário ter dito que eu ando dizendo em todo o canto que tenho projeto diferente dos outros... Não, eu tenho uma proposta. Essa proposta, sempre que me fala, eu pergunto, eu digo qual é. Mas eu estou aqui..., não estou entrando no mérito das discussões. Esse problema dos 2 presídios foi comunicação que foi feita ontem, que tem particularidades. Primeira delas, foi ontem



só que foi anunciada. Evidentemente, isso será discutido pela equipe técnica. Segundo, o problema dos recursos, está claro que o Governador não é irresponsável para fazer um negócio desse aleatoriamente. Quando ele pensa, quando ele imagina isso, com certeza ele tem algum apoio federal para fazer isso. Especificamente em Pernambuco, nós estamos disponibilizando a área da Ilha de Itamaracá, é uma ilha belíssima, fabulosa e que tem 3 presídios. E ele pretende... Um quarto dessa ilha é do Estado, um quarto dessa ilha. Então, pretende, realmente, alienar essa área de terra, e, com certeza, esse recurso, esse dinheiro será empregado, exatamente, na construção desse presídio. Com relação ao Bom Pastor, em que pese o Dr. Adeildo ter a informação, mas também já foi dada aí. O problema das crianças, está sendo construída uma creche no Bom Pastor, exatamente para essas crianças lá ficarem. Eu não quero me deter muito aí, porque nós temos coisa mais grave do que o Bom Pastor. Há uma cadeia feminina no interior, com situação pior do que nós estamos pensando aqui. Mas já tem problemas demais para nós discutirmos agora.

O percentual que o Deputado me perguntou, dos presos cumprindo pena. Nós temos cerca de 17 mil e poucos presos em Pernambuco, no Sistema Prisional, dos quais 40% desses 17 mil são presos sumariados — cerca de 40%.

O Deputado Bruno Rodrigues me pergunta para onde foram transferidos os presos. Realmente essa resposta foi dada inclusive à Comissão, por escrito, pelo Sistema Prisional, ocupando realmente os presídios aqui.

Segundo os indícios de atuação do PCC e do Comando Vermelho no Aníbal Bruno, e se há advogados vinculados a esses movimentos, não foi detectada presença, interferência, Deputado, nem do PCC, nem do Comando Vermelho. Até porque, como disseram aqui os agentes, a jovem agente penitenciária, se houvesse qualquer interesse realmente de massacrar, tinha havido um desastre. Porque 4 mil homens brigando e olhando um para o outro, evidentemente que, se tivessem a intenção, pelo menos do PCC ou do Comando Vermelho, de fazer carnificina, não teriam feito apenas 3 mortos.

Então, não foi detectada a presença desses comandos, e está prejudicada, portanto, a segunda indagação, que é sobre a presença de advogados.

O DEPEN o que fez em Pernambuco. Está claro que o DEPEN tem analisado os projetos que nós estamos levando e aprovado alguns deles, e estamos





aguardando o repasse desses recursos, inclusive a Escola Penitenciária. Não vejo descaso do Governo Federal no repasse desses recursos, apenas essa morosidade burocrática, que lamentavelmente nós já conhecemos como realmente ela é morosa.

O que foi feito em benefício do Sistema Prisional? Bem, com certeza, o que eu disser aqui merece crítica, porque o que eu posso fazer num presídio previsto para 80 pessoas e que tem 900? Quer dizer, nós temos feito milagre. O presídio, por exemplo, de Caruaru, que é tido como exemplo, está aí funcionando — uma das coisas é que não tem chaveiro. O que pode ser feito tem sido feito, dentro da limitação que nós temos de vagas para o número de pessoas.

A desativação de Itamaracá eu tenho a impressão de que eu já resolvi. Itamaracá é uma ilha belíssima para os que estão de fora, é aqui na área metropolitana, e o Estado tem um quarto dessa ilha. Nós estamos fazendo o levantamento topográfico da área, que será evidentemente alienada, e os recursos serão revertidos no benefício do Sistema Prisional.

O Dr. Luiz Carlos Busato e Dr. Paulo Rubem Santiago evidentemente fizeram só indagações de ordem perfunctória. O Fundo Penitenciário da União — esse depoimento de Paulo Rubem é um depoimento que nos preocupa, mas evidentemente esperamos que ele seja melhor disponibilizado ou descontingenciado.

O Promotor Dr. Marcelo Aurélio fala do presídio para mulher. Nós realmente tínhamos um presídio em Garanhuns que era um presídio de mulheres que foi realmente repudiado pela população, e o Governador Eduardo Campos retirou esse presídio, mas já havia um presídio construído realmente para mulher. Esse presídio foi transferido para um presídio novo em Buíque, foi um presídio construído também na administração passada e que está sendo usado exatamente para as mulheres em Buíque. Portanto, há um presídio de mulheres em Pernambuco, sem que isso justifique o Bom Pastor e essa cadeia de Verdejante, que é uma coisa semelhante ou pior do que o Bom Pastor.

O problema de recambiamento de presos é uma coisa gravíssima aqui, mas é aquela história que eu havia falado quando defendi a idéia das cadeias. É que você tem presos das mais diversas comarcas, não tem presos só da Comarca de Recife. E quando se trata de preso para ser removido para fora do Estado pior ainda, porque nós temos um número maior de presos que estão fora do Estado, em São



Paulo, no Rio de Janeiro, e que o sistema lá não manda para nós. E se não mandam os Estados mais ricos, imaginem nós, que não temos nem condições maiores para ter um número de carros e de pessoal melhor.

Bem, o problema de mulheres no presídio masculino. Não é que estão juntas; há um presídio, o presídio de Petrolina tem uma área onde estão, no presídio masculino tem uma área onde estão as mulheres.

O Dr. Adeildo Nunes está lembrando que uma cidade a 80 quilômetros de Petrolina poderá ser usada exatamente para colocar essas mulheres e, no lugar delas... E os homens dessa cidade, que é Afrânio, irem lá para a cadeia de Petrolina.

Deputado Domingos Dutra, o problema do mutirão, eu, em princípio, disse que eu sou contra mutirão, mas como diz o nosso homem do interior, com medo de se afogar a gente se abraça com o jacaré. Esse mutirão será feito, nós estamos conversando com o Presidente da OAB e com a SERES para nós organizarmos não só os já advogados existentes, os advogados colocados à disposição pela OAB, e nós então, as universidades, as faculdades de Direito emprestarão os seus estudantes de Direito curriculares para, sob a orientação desse delegado, nós começarmos esse mutirão, que eu espero que não fique como mutirão, fique como permanente.

Com relação à denúncia do menor que está por lá, eu tenho minhas dificuldades de acreditar que tenha um menor, mesmo porque ninguém vai para o presídio a não ser por ordem do juiz, e o juiz não ia mandar uma ordem para prender um menor, sobretudo um menor que já está lá há 2 anos. A mesma coisa se diga dessa mulher no Bom Pastor. É bom que a gente deixe isso bem claro: não há ninguém no presídio que não seja determinado pela Justiça. O papel do Estado, do Executivo, é apenas administrar enquanto ele estiver lá dentro. Em todo o caso, o problema da Rosineide e desse menor serão apurados.

O problema de separar as mães gestantes e as mães que estão com as crianças, vamos pisar o chão. O problema é separar para onde. A gente tem um presídio com 3 vagas para 1 pessoa só — como é que a gente faz para fazer isso? Talvez esse problema da creche seja uma solução, e a gente caminhar para as soluções que foram objeto de minha proposta, embora criticada pelo estimado agente penitenciário.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Sr. Secretário, justamente se faz o seguinte: a creche, pelo que fui informado, está sendo construída com parceria privada, e está tendo dificuldades para funcionar. O Estado não poderia acelerar isso?

**O SR. ROLDÃO JOAQUIM DOS SANTOS** - Não, é com parceria. Quando é com parceria não é só a empresa privada. Quer dizer, nós estamos aproveitando esse estímulo da iniciativa privada e vamos emprestar, alocar também os nossos recursos. Agora, não tem é espaço para isso, não tem é espaço para você dimensionar, para ter ela só para as mulheres que estão com suas crianças ou que estão para dar à luz.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Mas o Estado ainda vai participar, então?

**O SR. ROLDÃO JOAQUIM DOS SANTOS** - Com toda certeza.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. ROLDÃO JOAQUIM DOS SANTOS** - Com relação aos maus tratamentos nos presídios femininos, que foi aqui denunciado, está claro que isso estará anotado para nós fazermos a verificação — eu não tenho conhecimento disso e não tenho respostas para dar agora.

O adiamento das audiências é por aquele motivo: você tem presos de Recife, de Olinda, de Jaboatão e do interior. E, quando o juiz marca uma audiência, às vezes não tem carro, nem tem policial para acompanhar. Saiu um para Olinda, saiu para Recife, não pode sair lá para Ribeirão, ou lugar mais distante, e isso está naqueles defeitos que eu apresentei do Sistema Penitenciário.

O critério de nomeação dos chaveiros é uma palavra é que eu acho muito feia; não há critério, não existe; chaveiro, não existe essa nomeação; isso é um problema interno, cada penitenciária faz isso, e quem faz, faz errado. Agora, lamentavelmente, há determinados costumes que você não pode parar agora, imediatamente; se você parar, você tem uma rebelião. Então, não há critério nenhum, isso é problema da administração de cada diretor de presídio, que permite ou não permite. E eu dei aqui um exemplo: um presídio de 90 pessoas que tem 800, e lá não existe rebelião. Um dos motivos é a ausência de chaveiro. A diretora de lá, que é uma mulher, não admite chaveiro, quem é chaveiro são os agentes, os funcionários, portanto, do Estado.



O processo de irregularidade por corrupção ou indisciplina. A informação que passa a SERES é exatamente que todo gesto de indisciplina e de corrupção tem sido objeto de instalação de processo disciplinar e de processo criminal, quando é chamada a delegacia competente para fazer, no casos semelhantes.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Só mais uma pergunta ao Secretário. Nós temos algum diretor de presídio que esteja respondendo a processo administrativo por irregularidade de administração, ou algum agente, também, que esteja respondendo a processo por irregularidade ou por algum ato de desvio de conduta dentro do sistema? Quantos são, se algum já foi punido e se algum já foi expulso?

**O SR. ROLDÃO JOAQUIM DOS SANTOS** - Olha, evidentemente, eu não tenho essa informação. Não tenho informação, por exemplo, que os diretores de presídios respondam por algum procedimento irregular.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Nem um ex-diretor?

**O SR. ROLDÃO JOAQUIM DOS SANTOS** – Não tenho essa resposta para lhe dar. Agora, há alguns agentes penitenciários, como há alguns agentes... bem, a sua pergunta é penitenciários, que estão presos por irregularidades constatadas. Houve até um que se suicidou, porque estaria, talvez, imaginando que pudesse chegar até ele a prisão dos demais colegas. Com relação ao governo que fez alguma visita ao presídio, eu não tenho informação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Eu acho que a última foi Miguel Arraes, quando foi preso político. *(Risos.)*

**O SR. ROLDÃO JOAQUIM DOS SANTOS** - Essas indagações foram as que me foram feitas. Agora, eu digo a V.Exa. que o Dr. Adeildo Nunes, que está aqui presente, tem algumas informações complementares a fazer, sobretudo com relação à creche lá do Aníbal Bruno. Desculpe, da Colônia Bom Pastor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Dr. Adeildo com a palavra.

**O SR. ADEILDO NUNES** - Muito obrigado. Eu fiz várias anotações aqui. É evidente que não daria tempo. Eu queria, Deputado Neucimar...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Eu vou ter só que estipular o tempo, porque nós temos que sair daqui às 8h30min. Então, eu vou dar 5 minutos ao Dr. Adeildo.

**O SR. ADEILDO NUNES** - Ótimo. Para mim está bom.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Se puder fazer com 4, porque ainda vou dar 1 para o Promotor.

**O SR. ADEILDO NUNES** - Algumas observações aqui eu anotei, vou procurar responder a algumas muito rapidamente. O Deputado Bruno Rodrigues me indagou sobre a questão do monitoramento eletrônico. Eu estive, há 9 anos, em Portugal, quando fiz um curso de Mestrado, e conheci de perto o modelo de lá. O meu medo, Deputado, é: como fazer isso aqui em Pernambuco, no Brasil, de uma forma geral. O sistema é extraordinário. A minha preocupação é com o controle. Como é que vai ser feito esse controle. Porque aqui no Brasil a gente não consegue disponibilizar dentro do presídio sequer um detetor de metal, que é quebrado no dia seguinte. No Governo anterior, no início do primeiro Governo anterior, o Secretário adquiriu quarenta e poucos detetores de metais. Com 8 dias, todos eles estavam quebrados. Então, não há controle. Eu tenho muito medo dessa questão do monitoramento eletrônico, porque a tecnologia vai exigir muito mais.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Estavam quebrados ou foram quebrados?

**O SR. ADEILDO NUNES** - Não, foram quebrados, na verdade, e ninguém sabe o autor, porque... Eu queria aproveitar até esta oportunidade para dizer que concordo com quem disse aqui que quem manda na cadeia é o preso. Eu estou há 9 anos no sistema. É assim. O Estado faz de conta que controla, mas as decisões são tomadas pelos presos. No Aníbal Bruno é impossível. O Estado, hoje, do jeito que ele está, há muito tempo, já não administra mais o Aníbal Bruno. Eu estou aproveitando só o gancho para dizer que, se não for feito um monitoramento eletrônico no modelo, por exemplo, que a gente pode copiar de fora, com controle rígido, dando responsabilidade a alguém, com treinamento, não vai dar em nada. Vamos gastar muito dinheiro com esse monitoramento, que é extraordinário o modelo. Deputado Bruno, imagine, nós temos em Pernambuco 1.800 presos... 2.800 presos em regime aberto. O que se faz em Pernambuco? Não temos casa de agregado nem patronato. Temos um órgão chamado CAEL. O juiz de execução penal transfere o preso para o regime aberto e diz: "*Ser apresentado em 15 na CAEL.*" É assim, Deputado Paulo Rubem. Ele vai lá, às vezes ele nem vai, manda a mãe, manda a namorada, mando o irmão, para carimbar um documento. O preso vai, porque senão ele é considerado foragido. Não há nenhum trabalho do ponto de



vista de tirar documento do preso, conseguir um emprego para esse preso, aproximar a família etc. Então, eu tenho muito medo dessas inovações no sistema penitenciário brasileiro porque essa tecnologia começa muito bem, depois se acaba, quebram tudo e ninguém controla. Quem foi? Ninguém sabe. Daí a minha insistência com o controle externo, porque eu acho que é o único órgão que poderia realmente, de uma vez por todas, decidir isso. As pessoas erram, cometem crimes, cometem atrocidades, corrupção a toda hora e não se chega à autoria. Aproveito também para falar sobre procedimento administrativo. Todos os dias eu ouço — só precisa ouvir qualquer rádio aí —: *“Fugiu o preso de tal canto. Foi instaurado uma sindicância.”* Ninguém nunca soube o resultado dessa sindicância. Eu, como juiz, que sou, pela Lei de Execução Penal, a primeira pessoa que deveria saber o resultado da sindicância, em 9 anos, nunca recebi um resultado de uma sindicância apurada dentro de um presídio de Pernambuco. É assim. É feito lá, ninguém sabe como é, dizem que vão instaurar...Quero aproveitar. Creio no monitoramento, Deputado Bruno, acho que deve prevalecer, agora, com essa perspectiva de necessidade de um controle e eficaz, um planejamento extraordinário. Então, nós temos esse regime aberto. Seria ótimo para esse preso o monitoramento eletrônico. O livramento condicional é pior ainda, porque o preso que está cumprindo a pena e que saiu, muitas vezes ele sai do fechado direto para o livramento, portanto, ele não passa sequer pelo semi-aberto nem pelo aberto, vai direto para o livramento...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Um minuto para concluir.

**O SR. ADEILDO NUNES** - E aí também não temos nenhum tipo de fiscalização. Daí o índice de reincidência. Fiquei abismado com os 211 milhões que o Deputado Paulo Rubem trouxe do orçamento para 2006 e só 13 milhões foram gastos. Eu não entendo nada de orçamento, Deputado. Depois, ali nos corredores, eu vou lhe perguntar: se não gastar esse dinheiro, para onde vai? O Promotor Marco Aurélio — trabalhamos juntos 7 anos na Vara de Execução Penal com harmonia, sempre — trouxe a questão da educação como direito e não como assistência. Olha, eu estou cheio. A Lei de Execução Penal é assim de direito para preso, eu nunca vi ser reconhecido nenhum. Não acho que é por aqui o caminho, não. Deixa do jeito que está, a assistência já é suficiente. Porque os direitos que estão lá na Lei de Execução Penal não são cumpridos, por que vou aumentar mais direito para preso se os que existem já, desde 84, nunca foram cumpridos? Recambiamento de



preso, já foi dito aqui, em nível nacional. É verdade. Nós temos 800 presos que estão fora de Pernambuco que deveriam estar aqui, e temos 680, os últimos dados, não foi da Secretaria, que deveriam estar aqui e estão lá. Ninguém tem dinheiro para pegar um avião ou fazer um convênio, pelo amor de Deus, com Minas Gerais, São Paulo. Eu levo o meu daqui e você traz de lá. Vamos fazer um convênio. Qual o custo para levar esses presos? Um avião só fazia isso em 2 viagens, 2 dias. Cadastramento Nacional de Preso. Eu não tenho cadastramento nem — vou lhe dizer — da colônia penal, que tem 550 presos. Se você, hoje, me perguntar quantos presos tem lá, eu sei, manda um relatório para mim, a Secretaria manda...Aliás, recentemente, todo dia eu recebo, mas eu, oficialmente, não tenho esse dado. Não sei quem é o preso que está lá. Falta informatização do sistema. Não é só no nacional, não, como cobra o Promotor Marco Aurélio. Deputado, me dê mais 2 minutos. Eu estou com tanta vontade de...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Mais 1 para concluir.

**O SR. ADEILDO NUNES** - Bom, então, eu concordo plenamente... A questão do mutirão. O que precisava especificamente na emergência do Aníbal Bruno? Um mutirão — aí nesse ponto eu concordo — para fazer um levantamento desses presos que dizem: "*É morosidade da Justiça.*" É preciso saber se esse preso está respondendo processo em Caruaru, por que ele não foi para a audiência, etc.? Quer dizer, um mutirão para, primeiro, fazer um raio xis, um diagnóstico dos 4 mil presos que estão lá.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Fazer um censo prisional.

**O SR. ADEILDO NUNES** - Um censo prisional. É verdade. É outra coisa que é cobrada. Aqui em Pernambuco, Deputado, começaram uma no Barreto Campelo, com 15 dias quebraram todo o sistema. Quando os técnicos chegaram lá no outro dia, perderam todas as informações de 15 dias que tinham feito no Governo anterior. Isso aconteceu. Censo penitenciário, portanto, é uma coisa que agora foi muito bem colocada. Demora no julgamento, já foi falado, muitos fatores: falta de juiz; falta de aparelhamento. Não é só a falta de apresentação do preso, porque às vezes o preso vai e a testemunha não comparece, o juiz tem que adiar. Gostei muito da idéia da polícia penitenciária. Foi colocada aqui a necessidade como órgão de segurança pública, porque agente penitenciário não é órgão de segurança pública. É preciso saber disso. E essa polícia penitenciária, agora sim, embutida no 144 como emenda



constitucional, agora sim, até com poderes, porque é uma distorção. Essa questão do agente penitenciário, na verdade, foi um quebra-galho. Para tirar a polícia de dentro dos presídios, vamos conseguir aqui o meu. O que a gente faz? Cria o agente penitenciário sem quadro de carreira, sem salário digno, sem nenhuma estrutura, ele querendo ser de segurança pública, porque ele só... sem ser. Tudo isso. Falta de capacitação e de estrutura. Agora, eu queria perguntar também por que tanto tempo essa greve dos agentes penitenciários? Eu não entendo por que há 1 ano e tanto estão em greve alguns agentes penitenciários em Pernambuco. Déficit de juízes — foi a pergunta do Relator — é grande. Pernambuco, hoje, precisaria mais de 200 juízes. Terros. São 153 terros, 187 municípios e 137 comarcas. IML são 3 — Recife, Caruaru e Petrolina, recentemente. Adiamento das audiências. Causas. Já disse, são inúmeros os fatores. O Código de Processo Penal precisa melhorar, não é? Precisamos fazer uma reforma urgente. É de 41, Deputado. Nós, delegados, policiais, a Polícia, o Ministério, trabalhamos com um Código de 41 ainda, que exige a presença do preso sem necessidade nenhuma de ele estar lá. E se não for a nulidade... Eu propus, naquela vez que estive lá na... que se pusesse um fim no interrogatório. Não há necessidade de interrogatório no processo penal, não há, nenhuma, porque o preso não presta compromisso de dizer a verdade, vai lá, mente, se cala, até, se quiser, fica calado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - A CPI já acatou sugestão, nós estamos discutindo isso.

**O SR. ADEILDO NUNES** - Ah, muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Na verdade o nosso Código Penal diz que ninguém é obrigado a falar a verdade e ninguém pode mentir. Aí fica difícil, não se sabe o que respeitar.

**O SR. ADEILDO NUNES** - E ele pode se calar. Como ele pode se calar, não responder nada. Quer dizer, para que interrogatório se não há necessidade, não tem prática nenhuma? Se você pudesse imaginar, se a gente tivesse tempo para discutir só interrogatório, eu ia dizer: primeiro, qual é a importância do interrogatório do réu? Para ele confessar e ser atenuante, somente. Confessar a autoria e ser atenuante, mas somente isso. Olha, 4 juízes estão presos, eu não sei o motivo. Isso é segredo de justiça, eu não sei. Agora, sei que estão presos, 4 presos estão lá, todo mundo sabe. Visita dos juízes aos presídios. Posso assegurar, Deputado, que Pernambuco





talvez seja um dos poucos Estados que cumpre religiosamente. Anteontem eu estive na Colônia Penal Feminina, na semana passada fui para o Bom Pastor, amanhã vou para o Hospital de Custódia e Tratamento. Eu edito uma portaria todos os meses, e vou junto com o promotor. E isso tem dado muitos bons resultados. Bem, eu tinha muitas anotações, eu só queria dizer, para terminar, Deputado, se me permite, veja, o sistema penitenciário brasileiro é completamente desumanizado, não se vê o homem, não se vê a mulher. A administração de presídio no Brasil é cuidar da segurança interna do presídio, a preocupação. Nunca vi alguém chegar e dizer: eu vou fazer — e tem um Deputado arquiteto —, eu vou construir um presídio, eu vou precisar de 2 escolas, uma clínica para ter um médico, ninguém se preocupa com isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Para concluir agora, Dr. Adeildo.

**O SR. ADEILDO NUNES** - Tem muita coisa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Concluir, tá concluindo.

**O SR. ADEILDO NUNES** - Aliás, eu passei 2 horas e 40 minutos em Brasília, agradavelmente. Acho que, praticamente, seria isso. Eu queria só dizer, com relação às creches, para encerrar, já se iniciou o trabalho, foi uma gestão feita pela Comissão de Cidadania aqui, que viemos todos para cá. Estive ontem lá. E, na verdade, já se iniciou o processo de construção da creche na Colônia Penal Feminina e também do berçário, não é?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O.k.

**O SR. ADEILDO NUNES** - Viu, Deputado. Agora, estou sempre à disposição, até porque V.Exa. tem como me localizar, e os meus endereços, e a gente pode trocar mais idéias. Estarei sempre à disposição.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - E a Comissão não dispensa a experiência do senhor na área prisional. Em outra oportunidade poderemos solicitar. Com a palavra o Sr. Promotor.

**O SR. MARCO AURÉLIO FARIAS DA SILVA** - Eu gostaria de dizer que é sempre uma satisfação poder contribuir, mas é difícil realmente reconhecer o preso enquanto sujeito, de direito. Negar-lhe educação, Dr. Adeildo, realmente, para mim, é uma grande tristeza ouvir V.Exa. dizer isso. Negar educação num País onde



sabemos que a taxa de analfabetismo é algo impressionante, como é que podemos trabalhar a ressocialização? Mas eu pedia, e quero agradecer ao Relator...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Eu só queria, dentro desse assunto, deixar uma sugestão aqui. Nós cobramos muito da Secretaria de Justiça o compromisso da educação no presídio. Mas nós deveríamos passar a cobrar da Secretaria de Educação, que o dever de educar é da Secretaria de Educação. Acho que tinha que ser responsabilidade do Secretário... E nós fazermos cobrar do Secretário da Justiça. Nós estamos discutindo na CPI a possibilidade até de criarmos uma lei de responsabilidade penal.

**O SR. MARCO AURÉLIO FARIAS DA SILVA** - Responsabilidade social...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Penal...

**O SR. MARCO AURÉLIO FARIAS DA SILVA** - Penal mesmo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Dentro do sistema, para que possamos responsabilizar penalmente os agentes públicos responsáveis pelo cumprimento da Lei de Execução Penal, que hoje não cumprem e fica por isso mesmo. Mas eu acredito que incluir essa obrigação da educação no presídio, deixar a cargo da Secretaria de Educação do Estado, que tem recurso para isso, lá não falta recurso, sobra dinheiro. Tem Governador dando abono até para o professor porque não consegue gastar o dinheiro todo do FUNDEF e do FUNDEB agora. Deixar sob responsabilidade da Secretaria de Educação, ao invés da Secretaria de Justiça ou a Secretaria de Defesa Social. Mas continua...

**O SR. MARCO AURÉLIO FARIAS DA SILVA** - Estaremos pedindo, na sexta-feira, junto ao Conselho Estadual de Educação, que regulamente já em Pernambuco. Mas eu pedi a palavra — e quero agradecer a V.Exa. — para corrigir algumas coisas na palavra do Dr. Roldão, de quem eu peço a atenção. Primeiro, se falou aqui que foi construída penitenciária nova feminina em Garanhuns. Na realidade, foi construída, sim, porém para o público masculino e adaptada para o público feminino. A transferência para Buíque — eu conheci a cadeia de Buíque —, a mesma situação. Efetivamente construída unidade prisional para abrigar a mulher presa só temos um, que é ali em Paratibe, que, desde já, eu reitero, vamos fechar o Bom Pastor e transferir essas mulheres para Paratibe. As informações que me chegaram são de que ela já está pronta. Então, vamos cuidar disso o mais rápido possível. Muito obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Eu quero agradecer a presença de todos. Eu quero aqui só fazer uma consideração. Eu acompanhei toda a sessão, praticamente, alguns depoimentos mais calorosos, algumas cobranças mais incisivas. Eu quero parabenizar a sociedade por participar, parabenizar todos aqueles que tiveram a coragem de vir aqui expor a opinião, fazer as cobranças, mas eu quero parabenizar também o Secretário pelo seu equilíbrio, pela sua educação também aqui, que, mesmo ouvindo aqui todos os desabafos em relação à sua Pasta, foi extremamente educado e democrático e respeitoso ao responder aos questionamentos feitos aqui. Fica aqui o nosso sincero respeito, pela CPI, pela forma como V.Exa. tratou todas as denúncias que foram feitas aqui à sua Pasta. E parabenizar todos aqueles que tiveram coragem de vir aqui para expor os problemas. E dizer que a CPI solicita, depois, uma resposta de ofício às Secretarias pertinentes das cobranças que foram feitas pela CPI aqui nesta audiência. E, se nós entendermos necessário, poderemos voltar ao Estado de Pernambuco para acompanhar de perto os problemas, que nós entendemos que, dos Estados visitados até agora, é o Estado mais crítico em relação ao sistema prisional.

**O SR. ALBERTO FEITOSA** - Sejam sempre bem-vindos!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - E nos colocamos à disposição do Estado para sermos parceiros do Estado na solução dos problemas junto ao Governo Federal, desde que o Estado de Pernambuco também esteja integrado ao modelo de investimento no sistema prisional defendido hoje pelo DEPEM e apoiado pela Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Carcerário. No mais, nós queremos agradecer ao Deputado Alberto Feitosa, do PR do Estado de Pernambuco, que está conosco, agradecer aos funcionários da Assembléia, que nos apoiaram, os técnicos do som, a presença da sociedade civil organizada, os vereadores, lideranças comunitárias, sindicais, organizações que lutam na defesa dos direitos humanos, da cidadania no Estado de Pernambuco, agradecer o apoio da Polícia Militar, da Polícia Federal, que está conosco nos acompanhando, agradecer a presença de todos e agradecer o Governo do Estado, através da Secretaria de Desenvolvimento Social e de Segurança, pelo apoio dado à CPI aqui no Estado de Pernambuco. Muito obrigado. Está encerrada a reunião. Que Deus abençoe a todos.